



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Curso de Mestrado de Relações Internacionais

“O Reavivamento da Geopolítica Alemã: O Novo Califado”

Dissertação de mestrado em Relações Internacionais

Especialização em Estudos da Paz e da Segurança

Orientadora: Professora Doutora Carmen Amado Mendes

João André Coelho Mendes

Coimbra, Setembro de 2016



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

As palavras terão sempre uma força de expressão e serão um meio de comunicar o nosso agradecimento a todos aqueles que, pela sua inteligência, conhecimento e amor influenciaram ou promoveram o sucesso das nossas vidas. Há contributos de natureza diversa, que não podem, nem devem deixar de ser realçados porque sem eles, a realização desta dissertação de mestrado não se teria tornado realidade. Por essa razão desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

À minha orientadora, Professora Doutora Carmen Mendes, pela sua sábia orientação, pautada pelo rigor e exigência e acima de tudo porque me ensinou, que refletir é desarrumar os pensamentos.

Ao Professor Pascoal Pereira do Seminário de Acompanhamento, pela sua paciência, disponibilidade e pelas palavras de incentivo que me ajudaram a sair do labirinto em que por vezes me encontrava.

Aos meus colegas e amigos pelo seu companheirismo, força e apoio nos momentos de desânimo e que não se pouparam a ouvir-me falar desta dissertação.

À minha família por serem modelos de coragem e pelo seu apoio incondicional, incentivo e paciência demonstrados. Em especial à minha mãe que nos momentos mais duros, que não foram raros, me fez acreditar que chegaria ao final desta difícil, mas gratificante etapa. E em muito, muito especial, aos meus avós, pelo seu amor e fé e pelas orações diárias que fizeram por mim. A eles dedico este trabalho!



It is not by speeches and majority resolutions that the great questions of the time are
decided [...] but by iron and blood.
Otto von Bismarck, *Blut und Eisen* (1862)

Resumo

No Verão de 2014, o autoproclamado Estado Islâmico (EI) transformou completamente o panorama político do Médio Oriente ao colocar-se na condição de força insurgente para instaurar uma nova ordem mundial. Por um lado, a sua motivação e ação obsessiva e desenfreada pela conquista territorial, bem como as estratégias e táticas subversivas que utiliza, não só para tomar mas para manter a ocupação dos territórios, têm-lhe permitido alcançar uma força e um poder preponderante. Por outro lado, a pretensão em criar um Califado fiel aos preceitos originais do Islão, e assim conseguir um Estado hegemónico com o objetivo de islamização do mundo, tem levado a aproveitar-se dos vazios de poder e da fraqueza e instabilidade dos Estados do Médio Oriente e do Norte de África, subjugando territórios e desrespeitando a sua identidade e fronteiras. A utilização de formas clássicas de ocupação e conquista de espaço pela via militar coerciva, com vista à criação de um Império Islâmico Pan-Regional, levou-nos a questionar se a expansão territorial do EI e a construção do novo Califado reavivam as ideias preconizadas pela Geopolítica Clássica da Escola Alemã. Este trabalho objetiva os conceitos de Espaço Vital, Autarcia, Fronteira Natural Elástica, Pan-Região e Hegemonia que estão subjacentes à Geopolítica Alemã. A dissertação evoluiu em torno desta questão, examinando a relação entre os referidos pressupostos no *modus operandi* da conquista territorial do EI. A ascensão deste foi abordada por forma a esclarecer as suas origens, a sua organização e pretensões, à luz da Teoria Realista das Relações Internacionais.

A pesquisa concluiu que a expansão territorial e a construção do novo Califado evidenciam a atualidade dos pressupostos da *Geopolitik* considerada “morta” por alguns autores.

Palavras-chave: Geopolitik; Estado Islâmico; Espaço Vital; Autarcia; Fronteira Natural Elástica; Pan-Região; Hegemonia.

Abstract

In the summer of 2014, the self-proclaimed Islamic State (IS) utterly transformed the political situation of the Middle East being an imposing force that implements a new global order. On the one hand, their motivation and obsessive and ruthless action seeking territorial occupation, as well as the subversive strategies and tactics adopted by them, not only to take but also to maintain the occupation of territories, have allowed them to achieve a preponderant power and force. On the other hand, their pretension in creating a Caliphate faithful to the original fundamentals of Islam, and thus turning into a hegemonic State with the goal of worldwide islamization, has led them to take advantage of vacuums of power and weakness and instability of the States of Middle East and North of Africa, controlling territories and disrespecting their identity and borders. The adoption of classical forms of occupation and conquest of space by a coercive military pathway aiming for the creation of a Pan-Regional Islamic State has led us to question if the territorial expansion of IS and the construction of the new Caliphate do in fact evidence the actuality of the assumptions of the German School of Classical Geopolitics. The present work analyzes the concepts of Vital Space, Autarky, Elastic Natural Border, Pan-Region and Hegemony, which are subjacent to the German School. The present dissertation was developed based upon this question which examines the application of such assumptions in the *modus operandi* of territorial expansion of IS. Its ascension was approached in a way that allows us to understand its origins, organization and pretensions towards the Realist Theory of International Relations.

This research has concluded that the territorial expansion and the construction of a new Caliphade highlight the actuality of the assumptions of German School of Geopolitics deemed “dead” by some authors.

Key-words: *Geopolitik*; Islamic State; Vital Space; Autarky; Elastic Natural Border; Pan-Region; Hegemony.



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Lista dos acrónimos

- AQ – Al Qaeda
- AQC – Al Qaeda Central ou Comando Central da Al Qaeda
- AQI – Al Qaeda no Iraque
- EI – Estado Islâmico
- EII – Estado Islâmico do Iraque
- EIIL – Estado Islâmico do Iraque e do Levante
- IS – Islamic State
- ISIS – Islamic State of Iraq and Levant

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - A Geopolítica Alemã da Escola Munique	13
1. As Raízes do Pensamento Geopolítico	13
2. O Determinismo de Friedrich Ratzel	15
2.1. A Biogeografia	16
2.2. O Lebensraum	17
3. Rudolph Kjéllen e o Organicismo	19
4. A <i>Geopolitik</i> de Haushofer	21
5. O Realismo das Teorias de Ratzel, Kjéllen e Haushofer	28
Capítulo 2 – As Origens do Estado Islâmico	31
1. Al Qaeda no Iraque (2002-2006)	32
2. Estado Islâmico do Iraque (2006-2013)	34
3. Estado Islâmico do Iraque e do Levante (2013-2014)	35
4. Consolidação do Estado Islâmico e declaração do Califado (2014)	38
5. O Governo Islâmico	42
6. O Realismo Político do Califado	44
Capítulo 3 – A <i>Geopolitik</i> do Califado	47
1. O Espaço Vital Islâmico	48
1.1. Os Recursos Humanos	49
1.2. Os Recursos Naturais	55
1.3. Os Recursos Militares	57
1.4. A Força do Califado	58
2. Autarcia Islâmica	59
2.1. As Fontes de Financiamento	59
2.2. A Potenciação de Recursos	64
2.3. O Poder Económico do Califado	66
3. O Pan-Islamismo e a Hegemonia Islâmica	67
3.1. As Províncias Islâmicas	67
3.2. A Ideologia do Estado Islâmico	73
3.3. O Expansionismo do Califado	79
4. O Organicismo do Estado Islâmico	83
Conclusão	85
Lista de Referências Bibliográficas:	94
Anexos	119



Introdução

O presente trabalho procurou analisar os contributos da Geopolítica Clássica, muito especificamente da Geopolítica alemã, também denominada *Geopolitik*, para a compreensão das estratégias de expansão territorial do atual autoproclamado Estado Islâmico, doravante designado como EI, uma Organização Jihadista, e também conhecido como ISIS, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria. Para um melhor enquadramento da *Geopolitik*, recorreremos aos pressupostos das teorias de Friederich Ratzel, Rudolph Kjellen e Karl Haushofer. A forma como estas teorias fazem a apologia da criação de um espaço unificado amplo e abrangente com vista à incrementação e projeção do poder Estatal nos assuntos mundiais permite-nos concluir que formas agressivas e coercivas de conquista territorial ainda se constituem, atualmente, como um instrumento de formulação de política externa por parte de uma entidade que se assume como um Estado, como é o caso do Estado Islâmico. Foi também realizada uma análise das origens, estratégias de expansão, governo e ideologia do EI, recorrendo à Teoria Realista das Relações Internacionais. A análise temporal deste trabalho está balizada entre 2014 e 2015, anos em que se verificou o auge da expansão territorial do EI.

No Verão de 2014, o EI transformou completamente o panorama político do Médio Oriente ao encabeçar a insurgência sunita contra os governos de Bagdad e de Damasco. Ao dominar a oposição, os combatentes jihadistas combinaram fanatismo religioso com perícia militar, para alcançarem vitórias inesperadas sobre as forças iraquianas, sírias e curdas. A expansão territorial que se estendeu ao longo da fronteira entre o Iraque e o Irão, ao Curdistão Iraquiano e aos arredores de Aleppo, a maior cidade síria, culminou na mudança mais radical da geografia política do Médio Oriente, desde a implementação do Acordo de Sykes-Picot, após o final da I Guerra Mundial. Ao assumir-se como Califa em junho de 2014, Abu Bakr Al-Baghdadi, a quem os muçulmanos de todo o mundo devem obediência, tenta restaurar o Califado Islâmico, com o objetivo de alcançar uma ordem mundial islâmica (Cockburn, 2014: 13-49).

Através de uma estratégia de ocupação rápida de território, que em muito faz lembrar uma tática baseada em ataques relâmpago ou *Blitzkrieg*, usada pelos alemães na II Guerra Mundial, o EI venceu quatro divisões do exército iraquiano e invadiu diversas

instalações militares, controlando um terço do território do Iraque (Warrick, 2015: 303). Com recurso a uma força militar proeminente, o EI tomou algumas das cidades iraquianas e sírias mais importantes como Mosul, Baiji, Tikrit, Hawija, Ramadi, Fallujah, Tal Afar e Raqqa. Ao controlar províncias ricas em recursos naturais e energéticos, o Estado Islâmico faz com que, não só o Médio Oriente, mas todo o mundo, se sinta ameaçado devido à sua localização, aos seus recursos, às suas capacidades e à determinação dos seus soldados e líderes (Lewis *et al.*, 2014: 4-6).

O fato do EI anexar territórios pela força das armas, com vista à criação de um Império Pan-regional, a exemplo da Alemanha que se inspirou nas teorias da *Geopolitik* que serviram objetivos geoestratégicos que justificaram a sua expansão, com vista à conquista do mundo pela via militar, leva-nos a formular a seguinte questão: Será que a expansão territorial do EI, e a construção do novo Califado, evidenciam a atualidade dos pressupostos da Geopolítica Clássica, da Escola Alemã?

Há autores que defendem que, os pressupostos fundamentais dos geopolíticos clássicos foram abandonados, estando mesmo ultrapassados, ou até caducados. Os trabalhos do geógrafo e geopolítico Saul B. Cohen, através da sua célebre obra *Geography and Politics in a World Divided* (1963), limitam-se a banir a palavra Geopolítica e a repudiar as teses germânicas. Ignácio Ramonet (2002: 10-16) afirma que a supremacia militar já não se traduz, como no século XX, em conquistas territoriais, as quais, no seu entender, se tornaram a longo prazo e na conjuntura atual, “politicamente ingovernáveis, militarmente perigosas, financeiramente dispendiosas e mediaticamente desastrosas”. O mesmo autor acrescenta que a globalização visa, mais do que conquistar países, conquistar mercados e que a preocupação do poder moderno não é com efeito, a conquista de território, como na época das grandes invasões ou nos períodos coloniais, mas é o controlo de riquezas. Reforça ainda que os três fatores tradicionais do poder – a dimensão do território, importância demográfica, abundância de matérias-primas – já não constituem trunfos invejáveis e até podem constituir-se como desvantagens, nesta era pós industrial. Outro autor, como Samuel Huntington (1996: 248) defende que a questão territorial foi historicamente bastante importante, mas é hoje em dia relativamente insignificante. Refere que os conflitos entre o Ocidente e o Islão estão, deste modo, menos centralizados no território do que em questões intercivilizacionais mais amplas,

como a proliferação de armamento, direitos humanos, democracia, controlo de petróleo, imigração, terrorismo islamita e a intervenção ocidental.

Na perspetiva de José Vesentini (2003: 15-29) os pressupostos fundamentais dos geopolíticos clássicos foram caducando com a globalização económica e política, com a revolução técnico-científica e o progressivo enfraquecimento dos Estados Nacionais. Uma grande potência mundial, atualmente, é antes de tudo um Estado, ou uma confederação, como no caso da União Europeia, que não tem de contar com um grande território, numerosa população, boa estratégia militar e armamentos pesados, mas sim possuir tecnologia moderna e com força de trabalho qualificada.

Gerard O'Tuathail (2003: 2), defensor da Geopolítica Crítica, surgida no começo dos anos 70, do século passado, em oposição à Geopolítica Clássica, argumenta que esta merece uma atitude de ceticismo e descrença generalizada. O fim da Guerra Fria permitiu a emergência de uma nova ordem geopolítica dominada por questões geoeconómicas, em que a globalização económica e financeira estão constantemente a moldar a soberania dos Estados e a refazer a estrutura geográfica do planeta. O mesmo autor defende que a nova geopolítica descreve, acima de tudo, um mundo dominado não por lutas territoriais entre blocos, mas por problemas transacionais emergentes tais como o terrorismo, a proliferação nuclear e os choques de civilizações. Na nova ordem internacional, as relações políticas que têm como objeto a terra, residem nas lutas estatais e pessoais, em assuntos que dizem respeito à degradação ambiental, a poluição e o aquecimento global.

Apesar destas perspetivas convergirem na defesa de que os pressupostos fundamentais dos geopolíticos clássicos estão caducados, verifica-se que, na atual época de globalização económica e política, o EI coloca precisamente a dimensão territorial, no topo da sua agenda. O Estado Islâmico esforça-se, pela via militar, em restabelecer um império abrangente de vastas dimensões territoriais, rico em recursos naturais, energéticos e humanos de forma a conseguir a sua autossuficiência e a consolidar uma posição de destaque que garanta o seu poder no Sistema Internacional. Se para as nações e Estados já existentes e consolidados o importante é a conquista de mercado e de riqueza, para o EI, que se constitui como uma entidade estatal ainda em gestação, a questão primordial é a conquista e a dimensão territorial, demográfica e abundância de matérias-primas. Assim, os argumentos dos autores referidos perdem força quando aplicados ao EI e à sua expansão territorial. A importância territorial, nos dias de hoje, sai assim reforçada no que

concerne ao nosso estudo de caso, contrariamente à relativa insignificância que lhe é atribuída pelos autores supracitados.

Deste modo, importa analisar a bibliografia existente sobre teorização da *Geopolitik*, dos quais o geógrafo Friedrich Ratzel, o político Rudolph Kjéllen e o General Karl Haushofer foram os principais expoentes. Contudo, a informação relacionada com as teses originais destes teorizadores da Geopolítica Clássica é, de certo modo limitada, uma vez que as obras estão pouco divulgadas em Portugal. Assim, não foi possível encontrar qualquer obra original dos teóricos da *Geopolitik*, embora conseguíssemos aceder a alguns textos de Ratzel e Haushofer, traduzidos para inglês e português do Brasil. Por tal fato, recorreremos aos manuais de geopolítica e aos escritos, teses e artigos, de outros autores mais atuais que têm investigado sobre a temática (Cf. Correia, 2010, 2012; Costachie, 2011; Dias, 2005; Fernandes, 2011; Fernandes, 2003; Defarges, 2010; Losano, 2008; Almeida, 2012; Alves, 1988; Arcessa e Mourão, 2011; Moraes, 1990; O'Loughlin e Wusten, 1990; Sinnhuber, 2013; Smith, 1980).

Em relação ao EI, muito tem sido escrito desde o Verão de 2014, altura em que proclamou o seu Califado e iniciou um processo de vastas conquistas territoriais através das suas táticas violentas de anexação. Contudo, optámos por realizar uma seleção dos autores mais atuais sobre o tema. A maioria refere-se à história e ao contexto no qual a Organização se move e à sua componente ideológica e tática. No entanto, não há uma análise da estrutura dessa ideologia, com a exceção de Duarte (2015) que dá valiosos contributos nessa área. Este autor, enquadra essencialmente o jihadismo global, enquanto ideologia política de matriz secular com objetivos bem delineados. Considera que o EI privilegia o tipo de guerra subversiva, cujas táticas operacionais são o terrorismo, a insurreição e a guerra de guerrilha. O seu contributo incide sobre o esclarecimento dos objetivos políticos do EI a médio e a longo prazo que passam pela conquista e a alteração da ordem vigente do Sistema Internacional. Sobre o ressurgimento do fundamentalismo Islâmico e das suas premissas ideológicas destaca-se o trabalho de Pinto (2008) que nos ajuda na compreensão da dimensão religiosa e política dos movimentos extremistas, como é o caso do *jihadismo salafismo* que se constitui como paradigma religioso e civilizacional e logo pelo seu potencial, como possível desafio ideológico ao ocidente.

Bunzel (2015) refere-nos a história do EI, a qual divide em quatro etapas; a primeira relacionada com a sua génese, a Al Qaeda do Iraque (2002-2006); a segunda diz



respeito ao Estado Islâmico do Iraque (2006-2013); a terceira ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante (2013-2014) e a quarta e última etapa coincide com a consolidação do Estado Islâmico e com a declaração do Califado nos territórios atualmente ocupados (2014-presente). O autor concede contributos que nos ajudam a perceber e a contextualizar os acontecimentos que levaram à criação do Estado Islâmico. Cockburn (2014), Warrick (2015), Mccants (2015), Stern e Berger (2015), Weiss e Hassan (2015) abordam em traços gerais a ascensão do EI e a sua expansão territorial através da conquista militar e de táticas terroristas, e de propaganda sofisticada. As suas obras dão-nos ainda conta das alterações do panorama político no Médio Oriente e dos objetivos do EI na instauração de um Califado a nível mundial. Estes autores fornecem-nos amplas informações, que se complementam e têm grande utilidade na compreensão do impacto do EI sobre o Médio Oriente e o resto do mundo.

Para além das obras destes autores, recorreremos também a fontes primárias que referenciam as conquistas e expansão territorial, o controlo de recursos naturais e energéticos e a aquisição de ativos económicos e militares que têm alimentado a máquina de guerra do EI e promovido a sua autossuficiência e independência do exterior. Esta informação é de grande relevância atendendo a que evidencia os indicadores de expansão territorial e grau da autarcia do EI. Podemos mencionar também o relatório das Nações Unidas da proteção de civis nos conflitos armados no Iraque, os artigos dos peritos e investigadores de Centros de Estudos sociais: Brookings Doha Center, Institute for the study of War, Security Sector Reform Resource Center, Wilson Center; os meios de comunicação social, Jornais e revistas nacionais e internacionais: Agência Brasil; Alarabyia; AlJazeera; Asia times; Atlantic; BBC News; Business Insider; BuzzFeed; Euronews; Foreign Policy; Frontline; Público; RTP notícias; Observador; The Guardian; The Independent; The Washington Post; The Wall Street Journal; The Huffington Post; The Daily Star; Reuters; The Irish Times; The World Post; The Atlantic; The New York Times; The Economist; International Business Times; The World Post; RT; Rudaw.

Num clima de anarquia e conflitualidade, o Estado Islâmico disputa o Ocidente, uma coligação de Estados e outros grupos jihadistas, pela sua sobrevivência, permanência, supremacia, influência, credibilidade e poder. Tal facto, pode ser enquadrado no âmbito da Teoria Realista. Segundo esta Teoria, o Estado é o ator principal das Relações Internacionais, agindo de forma racional de acordo com os seus

interesses, contando apenas com as suas próprias capacidades para sobreviver. Numa arena internacional marcada pelo conflito e pela ameaça, os Estados competem uns com os outros a fim de conseguirem maximizar a sua influência e o seu poder na ordem internacional vigente (Morgenthau, 1948; Carr 1981; Donnely, 2005; Hobbes, 1651). Os autores dão contributos importantes ao nível das bases teóricas do Realismo e da perceção estado-cêntrica do Sistema das Relações Internacionais. O realismo político constitui-se como a teoria mais clássica e mais usada na disciplina das Relações Internacionais. A sua análise refere-se aos imperativos estatais que se baseiam na procura do poder político e na prossecução do interesse nacional (Donnely: 29).

O capítulo treze da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes of Malmesbury, publicada em 1651, concebe a política num estado de natureza pré-social, focando-se essencialmente na essência humana e na anarquia Internacional, dois elementos que nos ajudam a compreender a realidade da política internacional (Donnely, 2005: 32-34). Hobbes pressupunha que a natureza tinha feito todos os homens iguais e que dessa igualdade estava incluída a capacidade de atingir os seus fins. Num mundo onde o principal objetivo é a própria conservação, o indivíduo esforçava-se para destruir ou subjugar o outro, culminando numa desconfiança de uns em relação aos outros (1651: 76). Para fazer frente às ameaças a única solução residia numa potenciação da própria força e da sua invenção, e da antecipação, através da força ou astúcia, a fim de subjugar o inimigo de forma a evitar a ascensão de um poder suficientemente grande que pudesse ameaçar o bem-estar de uma das partes (1651: 77-78). Para Hobbes, existiam três causas de discórdia: a competição, com vista ao lucro; a desconfiança, com vista à segurança; e a glória, com vista à reputação. Num tempo em que o ser humano vivia sem um poder comum superior, capaz de o manter em respeito, o homem encontrava-se naquela condição a que se chama guerra, onde todos os homens estão contra todos os homens (1651: 77). Num mundo de constante temor e perigo da morte violenta, a vida do homem tornava-se solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta (1651: 77-78). Os homens por sua vez, fixavam os seus olhos uns nos outros, isto é, nos seus fortes, guarnições e canhões, guardando as fronteiras dos seus reinos, e colocando espiões nos territórios vizinhos. Por outro lado, a propriedade e o domínio estava destinada a quem era capaz de a conseguir e conservar (1651: 79).



Semelhantemente, Hans J. Morgenthau, entendia um mundo, que por inerência, se baseava nos interesses opostos e nos conflitos, cujas soluções acabavam por ser sempre precárias (1990: 131). Para ele, o realismo político via a política, tal como a sociedade em geral, como algo que era governado por leis objetivas que tinham as suas raízes na natureza humana. Morgenthau afirmava que segundo as evidências da história, o principal marco indicador de todo o realismo político era o interesse definido em termos de poder, onde na cena internacional, o homem de Estado agiria de forma racional com vista a maximizar o seu poder (1990: 132-135). Para o pioneiro do campo de estudos das Relações Internacionais, o poder era tido como tudo aquilo que estabelecia ou mantinha o controlo do homem pelo homem (1990: 141). Por outro lado, o realismo político considerava boa, uma política externa racional que tinha por objetivo minimizar os riscos e maximizar os benefícios, exigindo uma política de sucesso (1990: 139). A ação racional do Estado nos assuntos internacionais, deveria basear-se na prudência, ou seja na apreciação das consequências que advinham das diversas ações políticas possíveis, a fim de preconizar o princípio moral estatal de sobrevivência nacional. O realismo político sustenta a autonomia da esfera política questionando a forma como uma determinada política em específico influencia o poder total da nação (1990: 144-146).

Edward Halett Carr, ao longo do capítulo VIII da sua obra *Twenty years of crisis: 1919-1939*, fez uma análise entre as relações políticas entre estados e o seu poder nas relações internacionais. O poder político podia ser dividido em três categorias. A primeira dizia respeito ao poder militar, que partia do pressuposto de que todo o ato do Estado, no aspeto do poder, está dirigido para a guerra, não como uma arma desejável, mas como uma arma que pode ser necessária como último recurso (Carr, 1981: 143). Na sua ótica, as potências seriam classificadas de acordo com a sua qualidade e suposta eficiência do equipamento militar, incluindo a força humana à sua disposição. O poder militar, sendo um elemento essencial na vida do Estado, tornar-se-ia não só um instrumento, mas um fim em si mesmo. As guerras mais sérias seriam feitas para tornar o próprio país militarmente mais forte e para evitar que outro país se tornasse militarmente mais ameaçador. A luta adquiria um carácter defensivo e preventivo, que por sua vez impediria a consolidação de uma posição mais desfavorável ao inimigo numa eventual guerra futura. As ambições territoriais são consequentemente vistas como o produto como a causa da guerra entre nações (Carr, 1981: 144-148). A segunda categoria dizia respeito

ao poder económico, tida como um instrumento de poder, na medida em que partia do pressuposto de que todo o progresso da civilização tem estado de mãos dadas com o desenvolvimento económico (Carr, 1981: 149). O mesmo autor diz-nos ainda que as principais guerras internacionais, do período da Renascença até ao século XVIII, foram guerras comerciais. Durante esse período desenvolveu-se uma nova corrente económica, denominada Mercantilismo, que sustentava que a riqueza era a fonte do poder político, pelo que o Estado deveria estimular a produção interna, comprar o menos possível ao exterior e acumular a riqueza sob a forma de metais preciosos (Carr, 1981: 149). A autossuficiência era um dos objetivos da política mercantilista, constituindo-se desde os tempos mais remotos, como uma das condições naturais e necessárias á vida económica e ao bem-estar das populações. Ao constituir-se como um instrumento de poder político, a autarcia correspondia acima de tudo a uma forma de estar preparado para uma eventual guerra futura (Carr, 1981: 157-162). A terceira categoria dizia respeito ao poder sobre a opinião, que se baseava na arte da persuasão, na retórica e na propaganda utilizada pelo poder político sobre a sua opinião pública interna e externa (Carr, 1981: 172-178).

Por outro lado Morgenthau identificava oito fatores que conferem poder à nação dentro da cena Internacional. A geografia e a localização da superfície terrestre, são tidas como o fator mais estável de poder (Morgenthau, 1948: 80). A posse de recursos naturais, matérias-primas e de reservas alimentares, essenciais para a autossuficiência, produção industrial e esforço de guerra, permitiam grandes vantagens sobre uma nação que era dependente de importações, constituindo outro fator de poder (Morgenthau, 1948: 82-83). Desde a primeira Guerra Mundial que o petróleo se constituiu como uma das principais fontes de energia, indispensável para suportar as indústrias e a guerra. Cada vez mais o armamento e os veículos eram suportados por este recurso energético, sendo que os países que possuíssem reservas de petróleo adquiriam uma maior influência e projeção de poder nos assuntos internacionais (Morgenthau, 1948: 84-86). Outro fator residia na capacidade industrial, que baseada na tecnologia das comunicações e de armamento moderno, constitui-se como um elemento indispensável para a acumulação do poder. A qualidade e a capacidade produtiva, a especialização e o conhecimento do trabalhador, as invenções científicas, e a organização administrativa faziam parte da base da qual a capacidade industrial assentava (Morgenthau, 1948: 86). A preparação militar constituía-se como outro dos fatores, fazendo parte dele as inovações tecnológicas e técnicas militares e a

quantidade e a qualidade das forças armadas (Morgenthau, 1948: 88-91). A população assumia de igual modo um papel fundamental. Sem uma grande população era impossível estabelecer e suportar os desígnios produtivos e industriais necessários para conduzir a atividade da guerra, estabelecer um largo número de tropas que pudessem lutar pela sua terra, ar e mar e garantir o fornecimento de comida, meios de transporte e comunicações, munições e armas às tropas no combate. É nesta ótica que se percebe o porquê de, tanto a Alemanha Nazi e a Itália Fascista, terem estimulado medidas que fossem ao encontro do crescimento populacional, a fim de suportar os seus pretextos ideológicos que se baseavam na expansão imperialista (Morgenthau, 1948: 91-94). Outro fator baseava-se no carácter e na natureza política que uma nação adotava na prossecução dos seus objetivos (Morgenthau: 96-100). Por outro lado a moral nacional, baseada no grau de aceitação da política externa por parte da população junto ao seu governo em tempos de paz e guerra, constitui-se como outro dos fatores que determinavam o poder de uma nação. A moral nacional residia na qualidade do governo em garantir uma verdadeira representatividade aos seus cidadãos e na capacidade de influenciar a atividade governamental sobre os recursos naturais, capacidade industrial e a preparação militar (Morgenthau, 1948: 100-104). Por último, Morgenthau identifica a qualidade da diplomacia, como sendo o fator mais importante, contudo instável, de todo o poder nacional (Morgenthau, 1948: 105-108).

Resumidamente, o Realismo Clássico parte do pressuposto de que num sistema Internacional Anárquico, os Estados, tidos como os atores principais das Relações Internacionais vivem num clima de constante rivalidade e ameaça. Num mundo anárquico, onde os mais fortes se apoderam dos mais fracos, o Estado é impelido a pensar na maximização do seu poder económico, militar e diplomático constituindo a base de toda a sua segurança. A corrente clássica do Realismo olha para a realidade Internacional de um ponto de vista negativo, entendendo que as relações Estatais baseiam-se mais no conflito e na auto-ajuda, mais do que na cooperação. O Estado forte capaz de influenciar a política Internacional é aquele que conta com uma boa área geográfica, dotada de altos índices populacionais; vastos recursos naturais, energéticos industriais e militares; e uma forte legitimidade junto ao seu povo.

O presente trabalho pretende analisar os contributos e a aplicabilidade dos pressupostos da Geopolítica alemã no *modus operandi* de expansão territorial do Estado

Islâmico à luz da Teoria Realista, que olha para o Sistema Internacional como o palco de guerras e de competição entre entidades estatais. Na pesquisa que foi efetuada não se encontraram estudos que comprovem quer a aplicabilidade dos pressupostos da Geopolítica Alemã na forma de expansão do EI quer a sua abordagem numa ótica Realista. O argumento principal deste trabalho é que a expansão territorial do EI e a construção do novo Califado evidenciam a atualidade dos pressupostos da Escola Alemã da Geopolítica Clássica, que tem adjacentes os seguintes conceitos: Espaço Vital, Fronteira Natural Elástica, Autarcia Económica, Pan-Regionalismo e Hegemonia. Estes conceitos foram primeiramente enunciados por Friedrich Ratzel, Rudolph Kjéllen e Karl Haushofer. Ratzel (1898; 1987) na sua visão geográfica, entendia que a dimensão territorial era crucial, uma vez que, à medida que o território dos Estados se estendia, não era somente o número de quilómetros que aumentava, mas acima de tudo a sua força coletiva, a sua riqueza, o seu poder e principalmente o seu tempo de permanência. A Geografia influenciava e determinava a política dos Estados e os comportamentos humanos, visto que o solo incitava as populações à aquisição de novas terras, à conquista de fronteiras seguras, à obtenção de recursos e à expansão territorial. Ratzel clarifica o valor que a superfície terrestre possui ao garantir poder ao seu Estado.

Kjéllen perspetivava o Estado como um *Super Ser*, que iria subordinar a política e as Relações Internacionais às leis da biologia. A Geopolítica seria a ciência responsável pelo crescimento do corpo político, isto é, da sua expansão o que implicaria a conquista, agressão, luta, até atingir tal grandeza física que suportasse a sobrevivência. É assim valorizada a obrigatoriedade do Estado em recorrer a todos os meios de forma a garantir a sua sobrevivência e prosperidade (Almeida, 2012: 145).

Haushofer defendeu cinco pressupostos que orientaram a ação da *Geopolitik* de Munique e que considerou essenciais para um Estado alcançar uma posição de poder a nível mundial: o Espaço Vital, a Autarcia Económica, a Fronteira Natural Elástica, as Pan Regiões, a Hegemonia Mundial (Correia, 2010: 148-149). O Espaço Vital é entendido como a superfície geográfica requerida para suportar uma determinada população (Ratzel *apud* Smith, 1980: 53). O conceito de Espaço Vital abrange uma dimensão territorial e outra militar. A primeira é observável em indicadores como a conquista de áreas e cidades de elevada densidade populacional; a conquista de áreas ricas em recursos naturais, energéticos e militares e a conquista de áreas que perfilhem da mesma cultura. A



segunda dimensão pode ser observada através do recurso à força na conquista e da supremacia militar.

A Autarcia Económica está relacionada com a autossuficiência, isto é, com uma economia de defesa que implica a maximização de recursos e das riquezas e fomentação de indústrias com vista a obter a autonomia económica (Correia, 2010: 149). O conceito de Autarcia Económica tem, sobretudo, uma dimensão económica que pode ser observada pelos seguintes indicadores: desenvolvimento das próprias fontes de receita e potenciação de recursos naturais, humanos e energéticos. A Fronteira natural Elástica tem subjacente a ideia de que as fronteiras são elementos moldáveis e inconstantes e por isso devem estar associadas ao nível de penetração cultural de um determinado país noutros espaços (Dias, 2005: 130-131). Este conceito abrange a dimensão jurídica cujo indicador é o redesenho e desrespeito das fronteiras instituídas pelos Tratados Internacionais.

As Pan-Regiões são caracterizadas como áreas funcionais abrangentes que ligavam Estados Centrais a periferias ricas em recursos (O' Loughlin e Wusten, 1990: 1-2). O conceito de Pan Região abrange a dimensão geográfica, cujos indicadores são a subjugação dos Estados fracos e a criação de áreas funcionais com motivação hegemónica. A Hegemonia mundial diz respeito à projeção de poder sobre a política mundial. (Correia, 2010: 148-149). O conceito de hegemonia, na sua dimensão ideológica é observado através do indicador, aplicação de leis e preceitos, a uma escala universal.

Partindo destes conceitos este trabalho considera três hipóteses. A primeira relaciona a consolidação de um espaço rico em recursos humanos, naturais e militares, associado ao conceito de Espaço Vital da *Geopolitik*, que garantem a vitalidade do EI, com o regresso às glórias do Islão. A segunda hipótese afirma que a exploração dos recursos naturais e energéticos das províncias conquistadas pelo EI resulta da tentativa deste Estado de criar uma economia autossuficiente, inspirada no conceito de autarcia económica. A terceira hipótese associa o alargamento das fronteiras do EI a Estados considerados mais fracos no Médio Oriente, Ásia e Norte de África, com a criação de uma Pan Região hegemónica e conseqüente alargamento da fé islâmica a todo o mundo.

Esta dissertação procura contribuir para o estudo de uma disciplina, tida como terrível, que, instrumentalizada pelo partido *Nazi* de Hitler, foi responsável pelo deflagrar da segunda guerra mundial. Pelo facto de legitimar a geoestratégia e a guerra, a *Geopolitik* de Munique, encontra-se ultrapassada, caducada e sem valor atual para muitos

autores. Será de todo o interesse demonstrar que as formas clássicas de ocupação e conquista de espaço pela via militar coerciva, para a constituição de um império abrangente, não estão descontinuadas, nem ultrapassadas.

O capítulo I de cariz teórico e concetual, apresenta as Teorias da Geopolítica Clássica – A Geopolítica Alemã da Escola de Munique, numa perspetiva Realista. Iremos clarificar os traços fundamentais das Teorias de Ratzel, Kjellén e de Haushofer e objetivar os conceitos que lhe estão subjacentes. O capítulo II aborda a ascensão do Estado Islâmico, isto é, esclarece as suas origens e a sua organização e seu governo. O terceiro capítulo, a *Geopolitik* do Califado, cruzará as teorias, outrora preconizadas pela Escola Alemã, com a ação do EI na sua conquista territorial. Por último, a dissertação conclui que a expansão territorial do EI e a construção do novo califado evidenciam a atualidade dos pressupostos da Escola alemã da Geopolítica Clássica.

Capítulo 1 - A Geopolítica Alemã da Escola Munique

1. As Raízes do Pensamento Geopolítico

Desde a mais remota antiguidade que podemos observar, em diversas épocas, embora de uma forma limitada, demonstrações do pensamento geopolítico. Ao longo de todo o processo de sedentarização, o homem primitivo, teve de reagir a eventuais desafios de outras tribos, na procura dum espaço de fixação, sendo tal facto considerado um fenómeno geopolítico, designado como “geopolítica natural” e “geopolítica intuitiva” em que o ser humano começa a aperceber-se da relação entre os fatores geográficos e o poder (Solano *apud* Correia, 2010: 115).

Assim sendo, a origem do pensamento geopolítico remonta à época em que os filósofos, os políticos, os homens da ciência introduziram ideias e pensamentos que enquadravam a geografia na reflexão política (Almeida, 2012: 114). Pensadores clássicos, tais como Heródoto, Tucídides, Aristóteles, Políbio de Megalópolis, Estravão, Gaius Plínio, já evidenciavam perspetivas que vieram dar origem à geopolítica (Dias, 2005: 28-46). Também Ibn Khaldoun (1332-1406), bem como Nicolau Maquiavel, (1468-1527), Jean Bodin (1530-1596), o cardeal Richelieu (1587-1642), Sebastien de Vauban (1633-1707), Montesquieu (1689-1755), Turgot (1727-1781), Kant (1724-1804), Karl Ritter (1779-1859) entre outros, são considerados percursos da geopolítica dando fortes contributos para a sua evolução concetual (Correia, 2010: 123-130).

O fim do século XVIII é assinalado por dois factos de grande relevo: a independência Americana e a Revolução Francesa que iriam modificar, de uma forma profunda, o quadro das Relações Internacionais e conseqüentemente, das teses geográficas que delas se ocuparam (Almeida, 2012: 124). Com o êxito da Revolução Francesa, surge uma heterogeneidade de cientistas que vão introduzir o fator humano, o qual se sobrepõe aos fatores geográficos. São exemplo Henrich Von Bulow (1844-1904), que escreveu o livro *O Espírito do Novo Sistema de Guerra*, que assenta numa argumentação próxima do que viria a ser Geopolítica, e os designados pré-geopolíticos,

Fredrich Ratzel (1844-1904), Elisée Reclus (1830-1905)¹ e Rudolf Kjellen (1864-1922) (Correia, 2010: 136).

É no final do século XIX e primeira metade do século XX que os fenómenos geopolíticos atingem um patamar nunca antes alcançado. É Fredrich Ratzel que formula os conceitos fundamentais para a abordagem real da geopolítica internacional na sua obra intitulada *Antropogeografia – Fundamentos da aplicação da Geografia à História*, defendendo que a função do Estado é expandir e defender o território nacional. Aborda a geografia humana, onde trata a interação entre as comunidades, o meio ambiente e a natureza. Faz ainda a análise de variadas culturas e povos e conclui que cada “raça” tem qualidades e defeitos das quais não consegue dissociar-se (Correia, 2010: 132). O nascimento do neologismo Geopolítica tem as suas origens com o sueco Rudolph Kjellen (1864-1922). Foi com o artigo “A Política como Ciência” (*Politik och Vetenskap*), publicado em 1899, e com a publicação do livro *O Estado como forma de Vida (Staten von Lifvform, 1917)*, que se desenvolveu este conceito que relacionava política e geografia (Correia, 2012: 230). A geopolítica passa a ser consagrada com Karl Haushofer. A *Geopolitik* alemã, tida como a vertente pioneira da disciplina da Geopolítica, parte do pressuposto de que, desde os primórdios, o ser humano vive numa luta constante pela criação e preservação de um espaço próprio (Costachie, 2011: 265).

Ao contrário do que a palavra usada no singular sugere, a Geopolítica do século XX está distante de ser uma área do conhecimento unitário visto abranger uma multiplicidade de abordagens. É, no entanto, vista como “uma ciência, a qual, para o bem ou para o mal deixou a sua marca indelével numa época bastante conturbada da história europeia e mundial” (Fernandes, 2003: 223). Podemos então concluir que o conceito da geopolítica é relativamente recente e surge na passagem do século XIX para o Século XX. Este conceito tem vindo a demonstrar alguma evolução no seu significado e ao nível da sua aplicação e é por esta dinâmica concetual que a geopolítica se presta a distintas interpretações, algumas vezes contraditórias e que levam a aplicações menos apropriadas do conceito (Correia, 2010: 101). As diferentes vicissitudes e conceções da Geopolítica, são indissociáveis das turbulências e das tragédias do século XX, sendo consequência da inquietação do ser humano em alcançar e consolidar uma ciência empenhada na acumulação de poder (Arcassa e Mourão, 2011: 1-14).

¹Cientista humanista, antagónico ao posicionamento político e cívico de Ratzel.

2. O Determinismo de Friedrich Ratzel

Friedrich Ratzel (1844-1904) foi considerado o fundador da geografia política e um suporte essencial à formulação dos pressupostos característicos da Escola Alemã da Geopolítica. Nascido no seio de uma família da pequena burguesia, começou a trabalhar como ajudante de farmácia, frequentando as Universidades de Berlim, Jena, Munique e Hidelberg. A sua transferência para a Universidade de Leipzig fez com que ocupasse a cátedra da geografia, um lugar de prestígio que lhe permitiu orientar e editar inúmeros trabalhos e manuais geográficos, garantindo uma posição de destaque que lhe possibilitou coordenar o Comité Central para o estudo da Geografia da Alemanha (Moraes, 1990: 19). Altamente nacionalista, pan-germanista e defensor do colonialismo, Ratzel viveu durante a era Bismarckiana de unificação do Estado alemão (1871), estando profundamente ligado aos debates que se propunham questionar a posição da Alemanha no mundo. Tendo participado na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871 ao lado das fileiras alemãs, Ratzel sentia-se frustrado com uma Alemanha sufocada nas suas próprias fronteiras, rodeada e cercada pelas potências ocidentais europeias. O seu receio relacionava-se com a vulnerabilidade alemã no que tocava à insuficiência de terras, mercados e recursos. Com a vitória eufórica sobre a França, nasce o desejo de criar um espaço próprio de expansão (Defarges, 2003: 71).

Com a ambição em elevar o seu Estado a nação hegemónica, a teorização Ratzeliana atuou de forma a legitimar o projeto expansionista, quer através de uma naturalização da guerra e da competitividade entre as nações, quer pela apologia do Estado, existente em todas as suas obras (Moraes, 1990: 20). Muitos são os seus escritos, mas vários trabalhos como *Studien uber politische raume* (Estudo sobre os espaços políticos) de 1895; *Der staat und sein Boden* (Estado e o Solo) de 1896; *Polistische Geographie* (Geografia Política – uma geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra) de 1897 e *Deustchland, Einfuhrung in die Heimatkunde* (Alemanha – Introdução a uma ciência do país natal) de 1898 (Defarges, 2003: 73) refletem a preocupação, do geógrafo, vivida naquele contexto histórico-político. As suas obras apresentam uma preocupação direta sobre a geografia e a história, contudo é na ciência política que Ratzel mostrou um

interesse especial. Os seus estudos, grandemente interdisciplinares, subordinaram temas como o Estado, o território, as fronteiras, a guerra e as relações externas. Não é por acaso que estes influenciaram e alargaram os diferentes trabalhos de Kjéllen, Haushofer e Mackinder que vieram a compor a geopolítica clássica. O objetivo de todo o seu trabalho passava pela criação de uma meta teórica ambiciosa que almejava uma explicação global da humanidade (Moraes, 1990: 8). Apesar de abrangente, o projeto teórico Ratzeliano estava centrado na Geografia que por sua vez estava dividida em três grandes campos de pesquisa: a geografia física, a biogeografia e a antropogeografia (Moraes, 1990: 9).

Tendo como objeto de estudo a terra, toda a geografia de Ratzel, abrangia uma análise do homem, onde a história social humana se interligaria com a história natural do planeta. É nesta relação e influência, que está subjacente o conceito do determinismo geográfico que tanto guiou a obra de Ratzel e mais tarde a Escola de Munique de Haushofer. Na perspectiva de Moraes (1990: 13):

As condições naturais passam a ser vistas como o locus da determinação, como o elemento de causação a partir da qual a história humana se movimenta. A sociedade passa a ser vista como elemento passivo, que apenas reage a uma causalidade que lhe é exterior. O homem torna-se assim, efeito do ambiente.

A Antropogeografia foi um dos campos que mais atenção recebeu por parte do geógrafo alemão, onde o estudo da ação dos elementos naturais sobre a evolução da sociedade humana seria um dos seus traços principais. Associado a isto estariam também o estudo da distribuição das sociedades humanas sobre o globo terrestre e o estudo da formação dos territórios. Com recurso à observação, indução, e a uma descrição detalhada, a Antropogeografia de Ratzel tinha o intuito de explicar a questão das influências das condições naturais sobre a humanidade (Moraes, 1990: 9-10).

2.1. A Biogeografia

A conceção Biogeográfica de Ratzel concebia “o Estado como uma forma de extensão de vida sobre a superfície da terra” (Ratzel, 1987: 51). O geógrafo entendia que a vida da humanidade sobre a superfície terrestre “assemelha-se à de um ser vivo: ela avança, recua, retrai, engendra novas relações, desfaz os antigos laços; tudo isso segundo imagens que parecem àquelas que são apresentadas pelas outras espécies animais” (Ratzel, 1987: 51).

É no capítulo I da sua obra “Geografia Política – uma geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra” (*Polistische Geographie*) de 1897, que o autor procura mostrar que para desenvolver-se, o organismo estatal tem de manter uma relação unitária e mais estreita com a sua superfície terrestre. Para ele, “qualquer apresentação do desenvolvimento do Estado que negligencie o solo está incompleta” (Ratzel, 1987: 52). A área terrestre enquanto fonte de recursos e riquezas assume uma dupla relevância para Ratzel na medida em que “favorece ou impede o crescimento dos Estados, como favorece ou impede o movimento dos indivíduos e famílias” (Ratzel, 1987: 51). O solo é entendido como “a única base material da unidade do Estado” (Ratzel, 1987: 55), sendo indissociável do primeiro e o único princípio capaz de fixar a organização política e de manter a estabilidade do seu povo. A perda de área terrestre é tida como fatal, sendo conectada como uma forma de enfraquecimento, e de mutilação do seu povo. Quando o “território se reduz, é, de uma maneira geral o começo do fim” (Ratzel, 1898: 94).

Para o geógrafo a tarefa principal do Estado passa pela proteção da sua superfície terrena, contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo, através de meios diversificados como a defesa de fronteiras, a incrementação do comércio e o desenvolvimento de todos os recursos presentes no solo (Ratzel, 1898: 96). Importa salientar que a dimensão territorial é crucial na geografia de Ratzel que refere que “à medida que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também a sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente, seu tempo de permanência” (Ratzel, 1898: 101).

O geógrafo alemão acreditava que num mundo de conflitualidade estava “na natureza dos Estados desenvolverem-se em competição com os estados vizinhos, sendo a disputa quase sempre sobre territórios” (Ratzel, 1987 *apud* Defarges, 2003: 75). Ligada a esta ótica, estava associada a ideia do *Lebensraum* (título da sua obra publicado em 1901).

2.2. O Lebensraum

Este termo inovador teve um impacto significativo entre antropologistas, cientistas políticos, geógrafos e as camadas mais nacionalistas e conservadoras dos

séculos XVIII-XIX, tendo sido incorporado pelo sueco Rudolph Kjellen na sua teoria da geopolítica e aceite, após 1918, pelo geopolítico alemão Karl Haushofer (Smith, 1980: 55). O *Lebensraum* era entendido como “uma área ou superfície geográfica requerida para suportar uma determinada população e o modo de existência de uma espécie viva” (Ratzel, 1901 *apud* Smith, 1980: 53). No fundo era nada mais, nada menos que “o território necessário à completa e perfeita realização de um ser político forte e respeitado” (Geraldes *apud* Correia, 2010: 132). Todo o conceito dava grande ênfase à *migração*, tida como a consequência comportamental da necessidade de expansão do *Lebensraum*, e à *colonização*, tida como a ocupação efetiva e a exploração de um novo espaço pelas espécies vivas (Smith, 1980: 54). As duas estariam correlacionadas, onde a conquista estaria ligada à primeira e a agricultura estaria ligada à segunda. Outro elemento associado era a noção de que a cultura humana dependia diretamente do trabalho da terra onde o sucesso de qualquer povo dependia de sistemas agrícolas efetivos e estáveis (Ratzel *apud* Smith, 1980: 54). As fronteiras do *Lebensraum* eram consideradas algo relativo, mutável e inconstante, legitimando uma ideia expansionista e imperialista a fim de satisfazer as necessidades crescentes de um povo numa determinada região geográfica.

Dando especial atenção ao Espaço (*Raum*) e à posição (*Lage*), Ratzel acreditava que as imposições da Geografia influenciavam a política dos Estados uma vez que o solo incitava as populações à aquisição de novas terras, à conquista de fronteiras seguras, à obtenção de recursos naturais e à expansão territorial (Gallois *apud* Correia, 2010: 133). Podemos então afirmar que para Ratzel é a ligação ao solo e consequente extensão territorial e distribuição populacional, por esse território, que irá determinar a fraqueza ou poderio de um Estado. Por sua vez, essa relação não conseguia por si só, determinar o poder de um Estado. Esse, seria tanto maior, quanto maior fosse a aptidão natural de um determinado povo para se mobilizar, organizar e desenvolver no espaço que ocupa, correspondendo àquilo que o alemão definiu como Sentido de Espaço (*Raumsinn*). Como tal, é perfeitamente visível para Ratzel, a importância e influência da geografia nos comportamentos dos Estados (Dias, 2005: 70). No livro *Leis do crescimento territorial do Estado*, Ratzel, deduz uma teoria explicativa do crescimento dos Estados que associada à teoria do *Lebensraum* resume nas suas sete leis da expansão dos Estados ².

² Segundo Correia (2010: 134), estão assim enunciadas:

1º A extensão dos Estados aumenta com o avanço da sua cultura;

Rudolf Kjellen foi um continuador de Ratzel de quem retomou a ideia do Estado como um organismo vivo, num espaço geográfico, aceitando e cultivando a tese da superioridade da raça germânica e da sua aptidão para atingir um espaço vital. Foi ele quem desenvolveu o conceito de geopolítica como já foi referido e cujas ideias apresentaremos de seguida.

3. Rudolph Kjellen e o Organicismo

Rudolph Kjellen (1864-1922), de nacionalidade sueca, filho de um clérigo protestante, licenciou-se em Direito com 19 anos e doutorou-se em 1890, na Universidade de Uppsala. (Almeida, 2012: 138). Diplomado em Ciência Política pela mesma universidade, lecionou aulas de Geografia na Universidade de Gotemburgo. Foi igualmente, um político ativo e influente no Parlamento sueco no começo do século XX, onde ao fazer parte do Senado, defendeu ideais nacionalistas de tipo conservador-autoritário, alternativos ao modelo de democracia liberal representado pela França e pelo Reino Unido (Fernandes, 2003: 224). Como já referimos a criação do neologismo “Geopolítica” tem as suas origens com o político Sueco. A criação do neologismo é resultado do contexto histórico-político experienciado, onde na transição do século XIX para o século XX, a Suécia se dissolveu da Noruega. Este facto levou Kjellén a ficar ressentido, pois para ele, era inconcebível qualquer dissolução de união de Estados onde a Suécia tinha primazia. Temas como a perda do Império e a nostalgia dum passado grandioso onde o Estado Sueco era uma das principais potências militares europeias, dominaram a agenda política até à I Guerra Mundial (Fernandes, 2003: 224).

2º O crescimento espacial dos Estados acompanha outras manifestações do seu desenvolvimento: a ideologia, a produção, a atividade comercial, o poder da sua imagem, do seu esforço, de proselitismo.

3º Os Estados estendem-se assimilando ou absorvendo as unidades políticas de menor importância.

4º A fronteira é um órgão situado na periferia do Estado (considerado como um organismo); pela sua localização materializa o crescimento, a força e as mudanças territoriais do Estado.

5º Procedendo à sua extensão espacial, o Estado esforça-se por absorver as regiões importantes para o seu desígnio: o litoral, as bacias fluviais, as planícies e principalmente os territórios mais ricos.

6º É do exterior que vem o primeiro impulso levando o Estado à expansão do seu território, atraído por uma civilização inferior à sua.

7º A tendência geral para a assimilação ou absorção das nações mais fracas, convida a multiplicar as apropriações de territórios num movimento de certa maneira autoalimentado.

Ao estudar a obra de Ratzel, Kjéllen descobre que o entendimento do Estado como entidade jurídica, isto é, como Constituição, é manifestamente insuficiente, passando a sustentar que o Estado é, acima de tudo uma entidade geográfica. É com o artigo “A Política como Ciência” (*Politik och Vetenskap*, 1909), e com a publicação do livro *O Estado como forma de vida (Staten von Lifvsform*, 1917), traduzido para alemão, que vem afirmar a sua rutura definitiva com a conceção jurídica tradicional do Estado (Almeida, 2012: 118). Kjéllen sente a necessidade de distinguir entre geopolítica e geografia política explicando que a primeira constitui “a teoria do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenómeno no espaço” e a segunda “estuda a terra como morada dos seus povoadores humanos, nas suas relações com as outras propriedades da terra” (Kjéllen *apud* Almeida 2012: 140). Para o Sueco, a geopolítica “pode ser entendida como o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política” (Correia, 2012: 231). Acima de tudo, diferentemente da Geografia Política, Kjéllen acreditava que a geopolítica era uma ciência autónoma que teria um objetivo instrumental que seria o de chamar a atenção dos políticos para o papel das características geográficas na conceção do Estado e na arte de governar (Gallois *apud* Correia, 2010: 139).

Para Kjéllen, o Estado era “um indivíduo geográfico e, a nação um indivíduo ético, mas o primeiro prevaleceria sobre o segundo e para o demonstrar, sublinhava que o Estado era capaz de suportar melhor a perda de vidas humanas e de uma grande população, que a perda de território” (Almeida, 2012: 141). O pensador sueco é autor de uma conceção do estado mais organicista, na medida em que o compara a um ser humano que percorrendo o seu ciclo de vida normal, nasce, cresce, vive e acaba por morrer num ambiente de permanente conflitualidade (Dias, 2005: 78). Num molde mais amplo o Estado é tido como um organismo político que por sua vez teria o dever de lutar incessantemente pela sua existência e pelo seu espaço, a fim de garantir a sua sobrevivência e prosperidade (Costachie, 2011: 274). Manifestando racionalidade e sensibilidade na sua forma de atuação ao longo do seu processo histórico, o Estado revelava características e interesses próprios e linhas de ação distintas (Dias, 2005: 80). Semelhantemente a todos os expoentes da Escola Alemã da Geopolítica, o sueco acreditava que a superfície terrestre constituía um fator essencial e vital a todos os estados fortes, os quais limitados espacialmente, teriam o dever de expandir o seu território

através da colonização, conquista e expansão (Costachie, 2011: 274). Kjéllen comparava o Estado a um *super ser* que por sua vez, iria subordinar a política e as relações internacionais às leis da biologia, transformando a geopolítica na ciência do crescimento do corpo político, isto é, da sua expansão, implicando a conquista, agressão, luta, até atingir tal grandeza física que retirasse o receio pela sua sobrevivência. Eram estas as ideias que Kjellén aconselhava aos alemães, mesmo não sendo alemão (Almeida, 2012: 145). Se o pensamento de Ratzel foi o mais indicado à definição de uma estratégia pangermânica, não há dúvidas de que foi o pensamento de Kjellén que criou nos militares germânicos, uma forma de misticismo que os ajudou a abrir caminho à eclosão e à condução da I Guerra Mundial (Almeida, 2012: 145).

Ainda adjacente ao seu pensamento estava a atenção dada à localização da *Mitteleuropa* e à Península Escandinava que se encontrava sob ameaça de uma invasão russa. A única solução seria a expansão e a unificação no Império Germânico, aglomerando o perímetro de Dunkirk, Hamburg, Riga e Bahghdad. Este grande espaço, que abarcaria o Império Austro-Húngaro e Otomano, estava destinado a ser o novo centro do poder mundial, contrabalançando as aspirações hegemónicas da Inglaterra, a principal potência marítima (Costachie, 2011: 274). Dispondo de uma localização geográfica distinta, a *Mitteleuropa* contava com um vasto território continental a leste e dispunha de amplos acessos ao mar a Norte e a Sul. Uma das características fundamentais que garantiam uma grande importância a esta região eram as suas extensas vias de comunicação, a presença de indústrias e a diversidade dos seus solos, indispensáveis para a atividade económica e bem-estar populacional (Sinnhuber, 2010: 31).

4. A *Geopolitik* de Haushofer

Karl Haushofer nasceu em Munique em 1869, doutorando-se em Geografia, Geologia e História. Nascido no seio da burguesia intelectual alemã, empreende em 1887 na carreira de oficial de artilharia na armada Bávara. Semelhantemente a Ratzel que viveu durante o tempo da Alemanha Imperial de Guilherme II, também Haushofer, durante a Alemanha Nazi de Adolf Hitler propôs-se pensar o papel e posição do seu país no mundo. Foi durante este período que Haushofer, abandonou a carreira militar para iniciar a

académica, consagrando-se num dos mestres de Geopolítica na Universidade de Munique (Almeida, 2012: 250).

A Geopolitik Alemã consolidou-se durante a primeira metade do século XX com a teorização do militar germânico, fruto de um percurso que já vinha sendo elaborado desde o século XIX, com Rudolph Kjéllen e Friederich Ratzel. A primeira Escola geopolítica surge com a Escola de Munique, sendo o seu maior expoente o alemão Karl Haushofer que funda em 1922, o Instituto da Geopolítica (*Institut Fur Geopolitik*) que, em 1924, lança a *Revista de Geopolítica (Zetschrift fur Geopolitik)*. Inspirado nos trabalhos de Kjéllen e Ratzel, a Geopolítica de Haushofer teve o intuito de analisar a relação da política com o solo, dedicando-se inicialmente “ao estudo da influência da terra nos processos e instituições políticas” (Ó Tuathail *apud* Correia, 2012: 231). Ao analisar a política internacional, a missão da Geopolítica Alemã passava pela formação de análises realistas e não idealistas, que por sua vez auxiliaram a formulação das decisões do estadista na prossecução do interesse nacional. Por outro lado, a *Geopolitik* partia do princípio de que todos os líderes políticos germânicos precisariam de todas as formas necessárias que os ajudassem a consolidar a existência alemã que se encontrava ameaçada pela falta de matérias-primas e pela elevada densidade populacional a que estava sujeita (Haushofer, 1998a: 34).

Ao estudar assuntos relacionados com a geografia e o Estado, a Geopolítica de Haushofer, propunha assumir-se como a “consciência geográfica do Estado” (Haushofer, 1998b: 42). O principal objeto de estudo de toda a disciplina incidia sobre a questão das fronteiras do território de um Estado (Haushofer, 1998a: 34). A Escola de Munique preocupa-se desde cedo em formular princípios e estudos mais equitativos que tinham como objetivo a delimitação de fronteiras mais justas, que promovessem uma maior segurança e que satisfizessem as necessidades das diferentes populações do sistema internacional (Haushofer, 1998b: 42). Para Haushofer, nunca foram preconizados quaisquer planos de conquista, antes pelo contrário o general alemão, favorecia a incorporação de todos os territórios de língua e cultura alemã numa grande Alemanha, desaprovando qualquer forma de anexação, preconizada por Hitler durante a II Guerra Mundial (Haushofer, 1998b: 41).

A ascensão do ditador ao poder, na Alemanha, e a busca que toda a ideologia imperialista vai procurar na *Geopolitik*, resulta num afastamento do rigor científico inicial

da Escola de Munique, tornando-se num verdadeiro centro inspirador do projeto belicista e dominador do Terceiro Reich (Correia, 2012: 231). Comprometidas, as teorias da Escola Alemã, serviram principalmente objetivos geoestratégicos que justificavam acima de tudo a expansão alemã com vista à conquista do mundo pela via militar (Correia, 2012: 237). O clima de tensão social e económica experienciado no período que sucedeu a derrota alemã na I Guerra Mundial, ameaçava a sobrevivência e bloqueava a Alemanha de garantir o seu estatuto de potência europeia e mundial. É neste contexto que o debate sobre o Espaço Vital se tornou politicamente central e a Geopolítica começou a assumir importância crescente até se apresentar como a parte fundamental da ideologia oficial do Estado Nacional-Socialista (Losano, 2008: 450). Ao sofrer a influência do regime totalitário nazi e ao adaptar-se às exigências ideológicas nacionalistas da política externa de Hitler, a Revista de Geopolítica entrou numa dificuldade de formular análises independentes e neutras (Losano, 2008: 450). Em 1945, devido à luta contra a Alemanha *Nazi*, a geopolítica é olhada como uma “ciência alemã”, que justifica “cientificamente” a ideologia do Espaço Vital e a vontade de conquista e dominação de Hitler (Defarges, 2003: 67).

A Escola de Munique nasceu dos contributos entre intelectuais alemães e militares alemães, numa época em que as cláusulas impostas, pelas potências vitoriosas no Tratado de Versalhes, votavam a Alemanha a uma potência de segundo plano. Num período de ressentimento a *Geopolitik* como disciplina é resultado dos apelos nacionalistas, de sonhos hegemónicos e de uma prática internacional que valorizava a expansão do Estado alemão. A Geopolítica Alemã pretendia a restauração do poder germânico, não tendo qualquer compromisso com o nazismo (Almeida, 2012: 146-147). Os métodos e instrumentos que se desenvolveram durante o nazismo são da responsabilidade de Hitler, sendo que a estratégia de Haushofer tivesse desaconselhado muitas das suas opções (Almeida, 2012: 148). Nos anos que sucederam a 1936, dá-se o encontro inevitável entre o Partido Nacional-Socialista e a Escola de Munique. É então que se remodela a definição de Geopolítica passando a ser entendida como “a ciência dos fundamentos territoriais e raciais que determinam o desenvolvimento dos povos e dos Estados” (Almeida, 2012: 151). É inegável o papel que Haushofer assumiu junto ao serviço do poder político a partir de 1936. Contudo, é incerto saber até que ponto o

General poderia ter enfrentado com a sua vontade e sem risco da própria vida, a apropriação da sua obra pelo nazismo (Almeida, 2012: 152).

Adaptados pelo Partido de Hitler, os cinco pressupostos que orientaram a ação da *Geopolitik* de Munique sustentaram todo o expansionismo alemão. O 1º pressuposto, o Espaço Vital, ao constituir-se como uma questão central para Haushofer, correspondia à capacidade de um espaço geográfico de satisfazer as necessidades da sociedade humana que o habita. Para o militar, só o espaço conferia poder e só o poder permitia o desenvolvimento total da nação (Correia, 2010: 148). Ao considerar que o espaço cultural alemão devia reencontrar a sua unidade, a área de expansão natural seria a Europa Central, devido às suas afinidades culturais e à existência e riqueza de recursos naturais capazes de garantir uma unidade política e económica estável (Defarges, 2003: 82). Identificado na fórmula de *sangue e solo*, associava o meio e a economia ao solo e a raça e a sociedade ao sangue, manifestando a indissociação determinista entre o Homem e o seu ambiente geográfico (Dias, 2005: 128). Inspirado nas Leis do Crescimento Espacial de Ratzel, a teoria do Espaço Vital foi apropriada pelo Partido Nazi de Hitler, a fim de legitimizar uma conquista expansiva que teria em vista a consolidação de um território forte e respeitado (Alves, 1988: 17). Proclamando a superioridade da raça alemã, o conceito de espaço vital equacionava a inevitabilidade do crescimento da Alemanha à custa dos Estados vizinhos mais fracos (Correia, 2010: 149). Ao constituir-se como o terceiro ponto do programa Nacional-Socialista, o *Lebensraum* propunha a extensão do território alemão à Europa Oriental; a conquista de áreas úteis à produção de bens agrícolas e industriais capazes de garantir o bem-estar do seu povo; e a identificação de superfícies territoriais que deveriam ser povoadas pelas populações arianas excedentes do solo alemão (Alves, 1988: 14). A Polónia constituía uma região-chave que por sua vez permitiria a criação de uma linha de defesa contra os ataques dos povos eslavos e da Rússia. A sua conquista compunha a chave para a ocupação da Europa de Leste e dos países do Sul da Europa, essencial para a consolidação do projeto da *Mitteleuropa*. A posição que o Estado Alemão assumia no centro da Europa era altamente perigosa, encontrando-se rodeada tanto a Leste como a Oeste por Estados dinâmicos que por sua vez poderiam levar a Alemanha a uma situação desfavorável de cerco e isolamento. O extermínio, os massacres e os crimes de guerra infligidos aos povos ocupados são resultantes desta estratégia de prevenir uma presumível situação de rivalidade (Almeida,

2012: 150-153). Apesar de nunca se terem definido os contornos do *Lebensraum* alemão, tanto a Escola como o Partido, deixaram claro que ele englobava o Corredor Polaco, a área dos Sudetas, a Alta Silésia, o Sarre, a Alsácia Lorena, o Sul da Dinamarca e a região Flamenga (Almeida, 2012: 154).

O 2º pressuposto, a Fonteira natural Elástica, presumia a fronteira não como um elemento histórico e geograficamente estático, mas sim, como um elemento moldável e inconstante. Deste modo, Haushofer, à semelhança de Ratzel, defendia que as fronteiras deveriam estar associadas ao nível de penetração cultural que um determinado país tinha noutros espaços e não às características geográficas que a natureza pressupunha, nem às decisões jurídicas estabelecidas pelos Tratados Internacionais (Dias, 2005: 130-131). A posição que o General Alemão toma em relação às fronteiras resulta do seu ressentimento à distribuição injusta dos diferentes espaços vivos que compunham os Estados da Europa Central. Ao sofrer altos níveis de densidade populacional e carência de recursos, a solução passava pelo desmembramento das fronteiras estabelecidas, consideradas geopoliticamente injustificáveis (Haushofer, 1998b: 40).

O 3º pressuposto, a Autarcia Económica, correspondia à exigência de poder fazer face a uma guerra total e a um conseqüente cerco de nações. Dependendo unicamente dos seus recursos, a solução passaria pela sua maximização e fomentação de indústrias a fim de garantir a sua própria sobrevivência (Dias, 2005: 131). Associada ao Espaço Vital, estava em jogo a capacidade da Alemanha ser independente em termos económicos e livre de qualquer dependência económica internacional. No fundo, a autarcia económica era uma economia de defesa que significava a potenciação de recursos e das suas riquezas, no sentido de obtenção da autonomia económica (Correia, 2010: 149).

O 4º pressuposto, as Pan-Regiões, entendia a divisão do mundo em zonas de influência e domínio por parte das grandes potências, como a melhor forma de garantir a paz e prosperidade entre elas. A cada uma delas estava destinada uma grande porção de território que com base nas suas características geopolíticas lhes permitia prosperar e desenvolver sem haver necessidade de anexar territórios de potências rivais (Dias, 2005). O conceito de pan-região foi apresentado e descrito na obra “*Geopolitik der Pan-Ideen*” (1931), sendo caracterizado, como uma área funcional abrangente que liga Estados centrais a periferias ricas em recursos (O’Loughlin e Wusten, 1990: 1-2). Consideradas como uma expressão física e geográfica das pan-ideias, foram associadas com a divisão do globo,

em esferas de influência pelas superpotências. Já as pan-ideias eram tidas como princípios gerais de organização do sistema internacional, onde cada conjunto de unidades dispunha de uma ideologia básica (O’Loughlin e Wusten 1990: 4). Defendendo que o futuro pertence aos grandes espaços unitários, unidos por um princípio em comum, Haushofer refere vários exemplos de pan-ideias destacando o Pangermanismo, o Panislamismo, o Panasiatismo e o Panamericanismo. Para o general alemão, o mundo devia ser dividido em quatro pan-regiões (ver anexo I), desenvolvidas segundo os meridianos, com os centros de poder sempre instalados no hemisfério norte e cada uma delas dispo de recursos económicos e humanos suficientes com acesso aos oceanos (Correia, 2010: 149).

Relacionada com a tese das Pan-Regiões encontra-se a ideia dos Estados-Diretores, um diretório de potências, que consistia na liderança de cada uma dessas áreas por um Estado forte e dinâmico, com grande população e recursos, dotado de altos padrões económicos e industriais, bem como de uma posição geográfica que lhe permitisse exercer um efetivo domínio sobre os restantes (Fernandes, 2003: 232). Quatro Pan-Regiões foram propostas por Haushofer, onde os Estados Unidos direcionariam a Pan-América; a Alemanha orientaria a Pan-Euroáfrica; a União Soviética dirigiria a Pan-Rússia; e o Japão direcionaria a Pan-Ásia Oriental. A divisão do mundo em grandes zonas geográficas resultava da conjugação do direito à expansão com a motivação hegemónica dos grandes Estados, a fim de moldarem a ordem internacional e obterem a sua autosuficiência em recursos. Baseando-se em critérios pseudocientíficos, Haushofer preconizava o direito aos Estados fortes a projetarem o seu poder para áreas de influência naturais, englobando outros países e continentes. Formando grandes espaços geográficos economicamente compensados, todos os outros Estados desapareceriam como entidades políticas independentes, transformando-se assim em meras províncias (Correia, 2010: 149).

O objetivo deste projeto consistia em consolidar um aparente equilíbrio entre as grandes potências mundiais e de garantir o desenvolvimento de todos os Estados pertencentes a cada bloco, dotando cada região de recursos, população e acessos marítimos (Dias, 2005: 132). Na ótica de Haushofer, a existência de Estados pequenos evidenciava de que o Sistema Internacional se encontrava em regressão e desordem sendo que todos aqueles que rodeavam a Alemanha deveriam ser incorporados no espaço vital alemão. Para o militar era inconcebível o fato de entidades políticas, de reduzidas

dimensões, manterem a sua autonomia, mesmo que dispusessem de colónias com uma vasta área territorial. Países como a Bélgica, Holanda, Portugal, Dinamarca, Suíça e Grécia, ficariam melhor servidas se se juntassem à Alemanha na formação de um bloco Inter-Continental (O’Loughlin e Wusten, 1990: 6). O confronto entre potência continental e potência marítima, foi considerada pelo militar alemão, a maior e mais importante mudança da política mundial do seu tempo. A formação de um poderoso bloco continental, liderado pela Alemanha, englobaria a Europa, a África e o Norte e Este da Ásia a fim de derrotar o poder das potências marítimas, identificadas como a Grã-Bretanha e Estados Unidos (Haushofer *apud* Defarges, 2003: 87).

O 5º pressuposto, a Hegemonia mundial, alicerçava na ideia que, através de uma conquista dinâmica do espaço terrestre, a Alemanha enfrentaria o poder marítimo britânico pelo domínio mundial (Correia, 2010: 149). De facto, Haushofer valorizava a estratégia do *Heartland*, desenvolvida pelo geopolítico britânico Alford Mackinder, que afirmava que se a Alemanha controlasse a Europa de Leste e conseqüentemente o território Russo, controlaria uma área estratégica que poderia rivalizar com as potências marítimas (Almeida, 2012: 160).

A formação militar de Haushofer influenciou sua doutrina geopolítica, tanto que nos seus escritos quase nunca falta a menção à sua natureza de soldado. O Karl Haushofer geopolítico é pois, a continuação, com outras modalidades, do Karl Haushofer militar (Losano, 2008: 449). Com submissão da Escola de Munique à política externa do III Reich, a Geopolítica alemã deixou de pertencer ao campo da ciência para se converter num mecanismo do Estado (Vives, 1972 *apud* Fernandes, 2011: 276), destinado à justificação das políticas raciais e expansionistas do Nacional-Socialismo, considerado o pior inimigo da Geopolítica (Murphy, 1997 *apud* Fernandes, 2011: 276). A lógica do espaço vital passou a ser caracterizada essencialmente por uma dinâmica de conquista que passava acima de tudo na criação de uma unidade espacial cultural homogénea europeia sob a dominação alemã, suportada pelo seu poder económico e militar (O’Loughlin e Wusten, 1990: 9). A geografia política de Ratzel e posteriormente a geopolítica de Haushofer influenciaram e constituíram-se como componentes importantes do clima intelectual e moral da Alemanha dos anos 1890-1945. A identificação da Escola de Munique com o nazismo alemão e toda a carga negativa que daí resultou, teve como consequência a ostracização das formulações da Escola Alemã, após a segunda Guerra

Mundial. Contudo, é associado à história da *Geopolitik* que encontramos a origem, o conceito e os mais significativos esforços de teorização.

5. O Realismo das Teorias de Ratzel, Kjéllen e Haushofer

A Geopolítica alemã nasceu numa época profundamente conturbada, marcada pela emergência de nacionalismos e imperialismos. O período de passagem do século XIX até metade do século XX ficou assinalado pelas disputas à escala global de territórios, entre as grandes potências. Um dos mais trágicos acontecimentos foi a II Guerra Mundial, na qual a Alemanha de Hitler foi inspirada nas teorizações da Escola de Munique, a fim de garantir um espaço vital alemão auto-suficiente.

Os expoentes da Escola Alemã da Geopolítica, de uma maneira mais direta ou indireta, defendiam que a superfície terrestre constituía o fator essencial e vital a todos os Estados fortes. O direito à expansão, colonização e conquista dos territórios vizinhos era legitimado ao Estado alemão, que precisava de salvaguardar os seus mercados, o seu bem-estar e a sua segurança das ameaças externas (Defarges, 2003: 71; Correia, 2010: 148).

Tanto Kjéllen, como Ratzel e Haushofer partilham traços em comum que estão relacionados com o seu ressentimento em relação ao contexto histórico e político experienciado, havendo uma forte crítica àquilo que consideram ser os principais fatores promotores de enfraquecimento do seu Estado. Kjéllen entendia que a dissolução da Noruega da Suécia tinha feito com que o Estado sueco perdesse a primazia. Ratzel reprovava o carácter tardio da formação alemã e a falta de oportunidades a que estava votada pelas potências mundiais. Haushofer criticava as cláusulas do Tratado de Versalhes que enfraqueciam e humilhavam o seu país.

Ao espelhar a revolta de cada período histórico vivenciado, é de notar que cada teorização vai ao encontro da criação de um espaço unificado amplo e abrangente com vista à incrementação e projeção do poder Estatal nos assuntos mundiais. Kjéllen tinha em vista uma *Mitteleuropa* que englobaria os países bálticos, o Império Alemão, Austro-Húngaro e parte do Otomano. Ratzel propunha um espaço próprio de expansão alemão que romperia as fronteiras a fim de estabelecer a força, bem-estar e segurança à sua

população. Haushofer, com a tese das pan-regiões, legitimava a administração de regiões do globo por parte da Alemanha. Para estes teóricos o futuro estava reservado aos grandes espaços, que por sua vez garantiriam uma forte coesão interna, uma abundância de matérias-primas e elevados índices demográficos, capazes de proporcionar uma economia auto-suficiente e uma hegemonia a nível mundial e continental (Alves, 1988: 14-17; Correia, 2010: 134-149; Defarges, 2003:75; O'Loughlin e Wusten, 1990: 9; Ratzel, 1898; Ratzel 1987).

O trabalho de Haushofer e da Escola de Munique tornou-se um instrumento ao serviço da propaganda Nacional-Socialista. Assim, a geopolítica alemã foi adotada como fundamentação territorial e racial determinante na orientação política e estratégica do III Reich. A derrota alemã acabou por conduzir a *Geopolitik* à condenação, à sua prescrição e à conseqüente conotação com o belicismo coercivo nazi.

No âmbito da Teoria Realista, o Estado é tido como o ator central das Relações Internacionais, onde num Sistema Internacional e similarmente ao preconizado pela *Geopolitik*, as entidades políticas mais fortes se apoderam das mais fracas, sendo que o uso da força é indispensável para assegurar a sobrevivência do seu povo e defesa do seu território. A ação estatal desenvolve-se na arena internacional, com vista à maximização da segurança do seu povo e pelo incremento da influência do poder político, económico e social. À semelhança dos expoentes da Escola Alemã e da Teoria Realista das Relações Internacionais, que defendiam que o poder da nação dependia fundamentalmente da sua geografia, população, economia e força militar, o Estado Islâmico também tem demonstrado uma obsessão pelo poder, visto lutar pela consolidação de um território amplo, altamente dotado de recursos naturais, humanos, energéticos e militares. O capítulo que apresentaremos de seguida vai transpor-nos para a compreensão destes factos.



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Capítulo 2 – As Origens do Estado Islâmico

O Estado Islâmico tem as suas origens na Al Qaeda do Iraque onde, sob liderança do jordano Abu Musab Al-Zarqawi, a organização cresceu em financiamento, armas e composição. O EI, antigo braço da Al Qaeda, caracterizado por um híbrido de terrorismo e insurgência, foi, em parte, expulso desse grupo devido à sua brutalidade excessiva e à sua reescrita das estratégias de extremismo (Stern e Berger, 2015: 28).

As políticas discriminatórias preconizadas pelo Primeiro-Ministro Iraquiano Al-Maliki e pelo Presidente Sírio Bashar Al-Assad, abriram caminho a uma insurgência sunita e a uma guerra sectária, constituindo uma das principais razões para a expansão do jihadismo³ tanto no Iraque como na Síria. Assim, o EI nasceu com a guerra. A mistura potente de extremismo e perícia militar do movimento resultou em larga medida da intervenção americana no Médio Oriente, quando Bush invadiu o Iraque com os efeitos que se conhecem, e quando Obama promoveu uma insurreição contra o regime sírio, mas sem dar o apoio militar que os insurgentes requeriam, permitindo a ascensão dos grupos mais extremistas na contestação ao regime de Assad e a conquista do território por si controlado (Dos Santos, 2016: 140).

A criação de um emirado Islâmico dentro do território iraquiano, regido por leis Islâmicas, traria unidade e segurança a todos os fiéis que partilhassem da mesma fé. Os anos que se seguiram à deposição do regime de Saddam Hussein foram marcados por altos e baixos em todo o projeto jihadista. Uma aliança entre o governo central, tropas norte-americanas e tribos xiitas e sunitas permitiram afetar seriamente a organização levando-a ao conseqüente declínio. Contudo, foi a partir de 2013 que, com a expansão para a Síria, que o grupo ganhou um novo alento. A consolidação e conquista de um território que albergava uma superfície terrestre iraquiana e síria rica em recursos e riquezas, garantiram a segurança da Organização e consolidaram um poder jamais imaginado pela sociedade internacional (Cockburn, 2014: 42).

³ O termo jihadismo, parte do preceito islâmico de *jihad* que, de uma forma sucinta, poderá ser definido como sendo esforço ou luta pelo Islão. *Jihad* é uma palavra árabe derivada do verbo *jahada* que significa lutar, esforçar ou empenhar (Duarte, 2015: 79).

Atualmente, o EI apresenta-se como uma minoria sunita no Iraque e como uma maioria sunita na Síria que é vitimizada e perseguida. Os seus membros entendem que a organização compõe uma linha de defesa contra os ataques de diversos inimigos: os Estados Unidos infiéis; os Estados apóstatas do golfo; o ditador alauita da Síria; o Supremo líder Iraniano e o governo opressor de Bagdade (Weiss e Hassan, 2015: 11). Na ótica do EI, a humanidade é por sua vez dividida em dois campos: dos Muçulmanos e Mujahideen e dos Judeus, Cruzados e seus aliados (Weiss e Hassan, 2015: 13).

A história do Estado Islâmico pode ser dividida em quatro etapas; a primeira refere-se à sua génese, a Al Qaeda do Iraque (2002-2006), onde sob a liderança de Abu Musab Al-Zarqawi, a organização ganhou um lugar que lhe permitiu uma posição de destaque no Iraque. A segunda etapa é associada ao Estado Islâmico do Iraque (2006-2013) onde, a um período em que o projeto jihadista estava em declínio, se seguiu uma tentativa fracassada de formação de um Estado dentro do território iraquiano. A terceira etapa diz respeito ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante (2013-2014), que viu a expansão da organização para a Síria. A quarta e última etapa coincide com a consolidação do Estado Islâmico e com a declaração do Califado nos territórios atualmente ocupados, desde 2014 (Bunzel, 2015: 5).

1. Al Qaeda no Iraque (2002-2006)

A Al Qaeda no Iraque (AQI) tem as suas origens com o jordano Abu Musab Al Zarqawi que, em 1999, viajou para o Afeganistão na busca de financiamento junto a Osama Bin Laden, a fim de fomentar uma ação armada religiosa na região. O objetivo passava pela criação de uma frente comum que por sua vez fomentaria uma revolução no Crescente Fértil, a área que abrange o leste do Mediterrâneo ao Iraque (Mccants, 2015a: 10). Antes da invasão Americana ao Afeganistão, o país constituía um dos principais centros que albergavam e apoiavam grupos terroristas tais como a Al Qaeda e indivíduos tais como Al Zarqawi. Após a queda do regime islâmico dos Taliban, o Iraque foi visto por muitos jihadistas como a oportunidade de estabelecer um Califado na região (Mccants, 2015a: 12). Sob o financiamento da organização de Bin Laden, Zarqawi consolidou um movimento clandestino - *Jama'at Al-Tawhid Wa'l-Jihad* (Monoteísmo e Jihad) - que propunha resistir a invasão Americana e consolidar uma agenda Islâmica no

país, dando-se a fusão entre as duas organizações em Outubro de 2004, consagrando o nascimento da Al Qaeda no Iraque (Mccants, 2015a: 13). A sua junção deveu-se à ambição conjunta de estabelecer um Estado Islâmico que erradicaria toda a opressão, que resolveria todos os problemas da Comunidade Islâmica e que por sua vez estabeleceria a Verdade em todo o mundo (Al-Adl *apud* Bunzel, 2015: 15). Para alcançar este fim, Ayaman Al-Zawahiri, um dos líderes mais proeminentes do comando central da Al Qaeda (AQC), delineou uma estratégia que devia ser seguida pela AQI de Zarqawi e que exigiria várias etapas: a expulsão dos invasores Americanos do solo Iraquiano; a construção de um forte apoio popular; a consolidação de um Emirado Islâmico nas áreas Iraquianas sunitas; a proteção das suas fronteiras; a expansão da *Jihad* para os Estados vizinhos; e, por fim, a confrontação com Israel (Bunzel, 2015: 15; Mccants, 2015a: 15).

A implementação da democracia que se seguiu após a queda do regime de Saddam Hussein significou numa inversão de poder na sociedade iraquiana criando um caminho fértil para a ascensão da AQI. Quando os Americanos criaram um Conselho de governação no Iraque, em Julho de 2003, em que a maioria dos cargos políticos foi facultada aos setores xiitas, foi alimentado um clima de medo e de insegurança junto aos sunitas iraquianos (Weiss e Hassan, 2015: 34). Zarqawi via nos Estados Unidos, nos aliados Europeus e no novo governo xiita do Iraque uma rede de conspiradores cujo objetivo era a deserção de 1,3 biliões de Sunitas do Mundo Islâmico. Incitando à insurgência, os seus apelos tocaram a todos aqueles que sofreram repressão e ficaram prejudicados e desempregados com as políticas setárias do novo governo. O derrube do ditador iraquiano trouxe a alteração da balança de poder anteriormente estabelecida provocando a emergência de receios e medos no seio da minoria sunita. A invasão favoreceu, acima de tudo, uma maior projeção de poder a favor do Irão, tido como uma das principais potências xiitas no Médio Oriente, dentro do Iraque, constituindo este um dos principais motivos pelos quais os sunitas se sentiram atraídos pelo projeto da AQI (Weiss e Hassan: 2015).

Ao recorrer a métodos violentos a alvos políticos, sociais e religiosos, todo o plano de Zarqawi passava por uma provocação de uma guerra civil setária e de uma reação violenta xiita, que por sua vez arrastaria as minorias sunitas para os seus braços protetores (Weiss e Hassan, 2015: 34-59). À população xiita, estava destinada uma “guerra total”, que por sua vez seria perpetuada por uma campanha de assassinatos, raptos

e ataques bombistas (Hunt, 2005). Durante os primeiros anos de conflito, a AQI criou uma poderosa percepção própria entendida como a vanguarda da insurgência sunita iraquiana, capaz de ferir e expulsar os ocupantes ocidentais, salvaguardando um património sunita roubado (Weiss e Hassan, 2015: 80)⁴.

A formação do Conselho Shura dos Mujahidin, que uniu a AQI juntamente com outras cinco organizações jihadistas, a fim de unificar a insurgência, é tida como a génese do Estado Islâmico. A morte de Zarqawi a 7 de Junho de 2006, não impediu a fundação do Emirado que o mesmo tinha preconizado até então (Bunzel, 2015: 16).

2. Estado Islâmico do Iraque (2006-2013)

O Estado Islâmico do Iraque (EII) foi anunciado a 12 de Outubro de 2006, resultado da aliança com várias fações jihadistas e líderes tribais sunitas. Os seus novos líderes Abu Ayyub Al-Masri e Abu Omar Al-Baghdadi, acreditavam que o emirado Islâmico deveria compreender na sua fase inicial, as províncias iraquianas de Bagdad, Anbar, Diyala, Kirkuk, Salah al-Din, Nineveh e partes da província de Babil e Wasit (Bunzel, 2015: 17).

A decisão de anunciar o Estado foi feita de forma unilateral, sem a consulta da AQC. Para a nova liderança, a Al-Qaeda passava assim a constituir-se como um dos grupos que por sua vez constituiriam o EII, levando ao posterior ressentimento de Bin Laden e Al-Zawahiri, que viram nisso um desafio à sua autoridade (Mccants, 2015a: 18-20). O EII foi apresentado como algo que devia ser autónomo do governo central, feito unicamente para a população sunita, dentro do território Iraquiano. Opondo-se aos ideais nacionalistas e patrióticos, o novo Estado Islâmico deveria ser Pan-Árabe, para todos os muçulmanos que partilhassem da mesma fé, trazendo a unidade divina (*Tawhid*) e a

⁴ O Islão é a segunda maior religião ao contar com 1,6 biliões de fiéis. Começou no século VII quando o Profeta Maomé afirmou ter recebido as revelações de Deus, que hoje constituem o Corão. As suas cinco obrigações incluem o Monoteísmo e a aceitação de que Maomé é o mensageiro de Alá; as orações diárias; a caridade; o Jejum durante o Ramadão e a peregrinação a Meca. Após a morte de Maomé em 632 deu-se um desacordo acerca do seu sucessor legítimo, culminando na cisão que dividiu o Islão na corrente Sunita e na corrente Xiita. Grande parte dos Muçulmanos são sunitas, constituindo 85-90%, contudo representam uma minoria no Iraque. Eles acreditam que o sucessor do Profeta não deve ter uma descendência direta. A corrente Jihadista Salafista, preconizada pela Al Qaeda e pelo Estado Islâmico, é uma derivante do Islamismo sunita. Por outro lado, os Muçulmanos Xiitas compreendem 10-15%, constituindo uma maioria no Iraque e no Irão. Para eles o sucessor do Profeta deve ser um descendente direto (Mccants, 2015b).

destituição da idolatria (*Shirk*) (Bunzel, 2015: 18). Apesar de toda a sua ambiguidade, o EII aspirava a ser mais do que um Estado-nação moderno, tendo como objetivo a consolidação de um império abrangente com fronteiras expansíveis (Mccants, 2015a: 24).

Em 2007 a Organização fez um ultimato a diversos grupos rebeldes sunitas forçando-os a juntarem-se a ela. A recusa de civis e de algumas fações insurgentes, como o *Exército Islâmico* e *Ansar Al-Suna*, em unirem-se à Organização culminou numa campanha de táticas brutais baseadas em mortes e em raptos, erodindo a sua base de suporte entre os sunitas iraquianos. Contrariamente ao preconizado pelo EII, Bin Laden advogava uma posição mais branda, na medida em que via o apoio das tribos como uma peça essencial à consolidação de um Estado Islâmico na região (Mccants, 2015a: 35-52). Movimentos como a *Sawha* (Movimento do Conselho do Despertar) correspondem a este período, em que as tribos sunitas, desiludidas com as práticas extremistas da organização, se juntaram às forças governamentais e às tropas Norte-Americanas nas táticas de contra insurgência no combate ao jihadismo, culminando na morte e prisão de muitos dos seus membros, rendendo um duro golpe à organização (Weiss e Hassan, 2015: 80-81). A morte, em 2010, dos seus dois líderes, adiou o sonho da criação de um Emirado Islâmico com o intuito de formar um Califado, contudo e apesar dos seus momentos críticos, a Organização conseguiu sobreviver, retirando-se principalmente para as regiões desérticas da província de Al-Anbar, onde os seus militantes se reagruparam e se reorganizaram (Weiss e Hassan, 2015: 109). A progressiva infiltração das suas forças para dentro da cidade de Mosul, o desvio de transportadoras de petróleo vindas das refinarias de Baiji e as atividades criminosas desenvolvidas nesta altura, demonstram o enfraquecimento que a organização estava a experienciar, focando-se mais na acumulação de dinheiro, do que nas conquistas de território (Gordon, 2007). Após um mês das mortes dos seus líderes, o conselho Shura dos Mujahedeen nomeou um novo líder, Abu Bakr Al-Baghdadi, que garantiu uma nova proeminência à Organização.

3. Estado Islâmico do Iraque e do Levante (2013-2014)

A ressurgência do EII no Iraque e na Síria coincidiu com um contexto marcado por uma nova vaga de revolta e manifestações sunitas que se moveram contra os abusos

setários do governo central de Nouri Al-Maliki no Iraque, e de Bashar Al-Assad na Síria. A Primavera Árabe, que teve efeitos em vários países do Médio Oriente e Norte de África, e as consequentes revoltas de milhares de protestantes que se propagaram a países como a Síria, tiveram como objeto, as taxas de desemprego e a corrupção que envolvia o círculo político e militar do país. O uso abusivo da força policial contra os manifestantes consolidou a guerra civil que até presentemente se tem arrastado no país. Desde então, a Síria entrou numa onda de violência e anarquia onde homens armados e milícias circulavam livremente (Warrick, 2015: 235-238). Mais do que a perda da sua legitimidade como membro do Sistema Internacional, o regime de Assad ficou conetado com as atrocidades e a brutalidade, e com o sectarismo dado às populações sunitas na Síria e na região (Lewis *et al.*, 2014: 14).

É neste contexto que a liderança do EII cria um grupo islâmico armado que, por sua vez, se iria juntar aos rebeldes na luta contra o governo de Bashar Al-Assad. Na realidade, o grupo não tinha qualquer intuito de auxiliar a oposição, servindo apenas como um suporte sírio que mais tarde se empenharia na consolidação do Califado tanto almejado. O objetivo era consolidar a Lei Islâmica, através do recurso à força física, que ao ultrapassar qualquer fronteira estabelecida impor uma visão extremista do Islão que por sua vez limparia a terra de toda a apostasia e infidelidade. A frente síria do EII, denominada Jabhat Al-Nusra, constituiria o primeiro passo em apagar as fronteiras consideradas artificiais, impostas anteriormente pelas potências ocidentais, desenhadas unicamente para dividir a comunidade islâmica (Warrick, 2015: 258-267). Inicialmente constituída por pequenos grupos de soldados, a frente Al-Nusra, cresceu com a chegada de combatentes estrangeiros e com o financiamento externo proveniente dos países do golfo sunitas, nomeadamente o Qatar e o Kuwait, que viram no auxílio aos jihadistas a melhor maneira de derrubar o governo tirano alauita de Assad. Ao constituir-se como um dos principais atores da oposição, a frente Al-Nusra, começou a controlar diversas faixas de território consolidando a sua presença no interior do país (Warrick, 2015: 274-286).

A 9 de Abril de 2013, Abu Bakr Al-Baghdadi anuncia a reestruturação da organização, ao tentar absorver a frente Al-Nusra, até então considerada o braço armado da Al-Qaeda na Síria, para criar o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL)⁵. De

⁵ O Levante ou *Al-Sham*, é entendido como a superfície terrestre que concentra o leste do Mediterrâneo, a Síria, o Líbano, a Jordânia, Israel e o Sul da Turquia (Warrick, 2015: 289).

acordo com Al-Baghdadi, a frente constituía “uma extensão do Estado Islâmico do Iraque”, e o seu emir, Abu Mohammad Al-Jolani, era um dos seus “soldados” que tinha o intuito de expandir o poder da organização para aquele país. A tensão entre os dois grupos deu-se quando Al-Jolani recusou prestar lealdade a Al-Baghdadi ao afirmar a independência da sua facção e ao declarar a sua obediência à AQC. Apesar da contradição, o EII assimilou milhares de soldados da Al-Nusra nas suas fileiras, levando a uma intolerância sentida entre os dois grupos jihadistas. Para mediar o conflito o líder da AQC, Ayman Al-Zawahiri, ordenou aos grupos que se mantivessem separados e independentes, condenando qualquer forma de absorção. Ao ignorar tais ordens, Al-Baghdadi negou a retirada da Síria e preconizou a assimilação das duas organizações numa só, enfatizando a expansão territorial do EII e negando qualquer retirada dos territórios ocupados (Bunzel, 2015: 25-26).

Tal desentendimento levou ao caos sobre a agenda jihadista, onde militantes mais jovens em idade apoiavam o EII de Bahghdadi e militantes mais seniores condenavam a insubordinação das diretivas ordenadas pelo líder da AQC. Tidos como a vanguarda do jihadismo, os apoiantes do EII acreditavam que todos os muçulmanos jihadistas deviam prestar obrigatoriamente obediência⁶ a um Estado considerado capaz de se expandir e conquistar mais território a fim de consolidar o futuro Califado (Bunzel, 2015: 25-26). A ofensiva sobre o território Sírio, levou ao desentendimento com outros grupos islâmicos sunitas que procuravam de igual forma projetar o seu poder na região. A crise precipitou-se com a disputa da cidade de Maskana, nos arredores de Aleppo, com guerrilheiros da *Frente Islâmica*, uma organização rebelde Síria, formando um dos principais pontos de contenda entre jihadistas. Para mediar a situação foram propostos tribunais independentes a fim de apaziguar o conflito, sendo posteriormente negados pela organização por se constituírem como uma forma de submissão a instituições que nada tinham a ver com as do Estado criado (Bunzel, 2015: 28-29).

A 2 de Fevereiro de 2014, a Al-Qaeda comunicou a sua dissociação com o Estado Islâmico. A partir de então a organização de Zawahiri “não seria mais responsável pelas ações do EI”, quebrando os laços que uniam as duas organizações. As tensões agravaram-se quando na Primavera e no Verão de 2014, o líder da AQC denunciou as

⁶ *Bayat* é o compromisso de obediência dado a um emir ou a um outro tipo de líder de um grupo islâmico (Duarte, 2015: 309).

táticas violentas e extremistas de *Takfirismo*⁷ praticadas pela organização, a recusa da reconciliação e arbitragem, a falta de comunicação com os seus aliados sunitas e a desobediência aos seus líderes jihadistas mais proeminentes (Bunzel, 2015: 30).

Fortalecido pela sua presença na Síria, o EIIL beneficiou de um outro contexto político que lhe permitiu consolidar os ganhos que presentemente dispõe no Iraque. A desconfiança em relação ao Primeiro- Ministro Iraquiano, Nouri Al-Maliki, eclodiu numa ampla onda de contestação, quando em 2007, este enveredou numa ampla política de detenções a políticos sunitas e numa destituição de membros sunitas das forças armadas e de agências de segurança. No ano seguinte, o governo xiita tomou medidas que culminaram na desmembração das milícias sunitas que tinham combatido anteriormente o EII, tolerando contudo a ação de milícias xiitas no território iraquiano (Warrick, 2015: 256).

Até 2009, os soldados Americanos tiveram um papel fulcral no apaziguamento das lutas setárias entre xiitas e sunitas. A sua retirada do solo iraquiano é tida como um dos fatores que mais contribuíram para a revitalização da Organização fundamentalista. A transferência de responsabilidades de governação, que pôs fim à ocupação Americana, permitiu uma redefinição de ameaça para o governo xiita de Al Maliki. Os jihadistas detidos nas prisões iraquianas, que tinham lutado as forças americanas invasoras, não foram tidos como verdadeiros criminosos pelo novo governo de Bagdade. Já aos membros sunitas que anteriormente compuseram o movimento *Sawha*, que anos antes tinham combatido a AQI no Iraque, não lhes foram pagos salários, culminando num regresso aos braços da insurgência que anteriormente tinham repudiado. As frustrações dos Sunitas precipitaram confrontos e uma violência geral que se alastrou a todo o país, culminando em choques entre os milhares de manifestantes e as forças policiais (Weiss e Hassan, 2015: 88).

4. Consolidação do Estado Islâmico e declaração do Califado (2014)

⁷ *Takfirismo* deriva da palavra *takfir* que significa imputação de impiedade, excomunhão. Todos os povos não muçulmanos são considerados incrédulos e por isso fazem incumprimento da palavra do Alcorão (Duarte, 2015: 311).

Quando as tribos sunitas começaram a lutar contra o governo iraquiano, Baghdadi ordenou aos seus soldados para se juntarem ao combate. A partir de então, a oposição passou a ser constituída por fanáticos religiosos, generais e militares destituídos, que outrora compuseram as forças de segurança do regime de Saddam Hussein e membros tribais sunitas que se uniram para depor o governo xiita (Warrick, 2015). A presença de figuras militares dentro do EIIL que tiveram ligações ao antigo partido Baath⁸ de Saddam Hussein, contribuíram em muito para a capacitação da organização na condução da guerra, no uso de táticas militares e na consolidação de um sistema de segurança eficaz. A solidificação de uma extensa rede que uniu islamitas, baathistas e insurgentes, foi consolidada nas prisões americanas aquando a ocupação do Iraque. Alguns dos rostos mais proeminentes, responsáveis pelo revigoramento da organização foram Haji Bakr, ex-coronel da Guarda Revolucionária Iraquiana; Abu Muslim Turkamani, membro do sistema de inteligência e oficial das Forças Especiais da Guarda Republicana Iraquiana; e Abu Ali Al-Anbari, antigo major general do exército de Saddam (Moore, 2015 *apud* Kavalek, 2015: 13). Além da inclusão de militares na organização, a insurgência, movida principalmente pela marginalização das camadas sunitas iraquianas e sírias, ganhou um novo fôlego quando em 2013, atacou as prisões iraquianas de Abu Ghraib e Taji, libertando 500 prisioneiros com ligações à organização (Al-Sahly, 2013a).

Por essa altura, o EIIL conseguiu expandir as suas operações para dentro do território iraquiano criando as condições necessárias à ocupação e infiltração de principais centros urbanos. Antes de se estabelecer em Fallujah em 2013, as suas operações estenderam-se ao longo da província de Diyala, sobretudo ao longo do seu vale fluvial, sobre cidades como Muqdadiah, Saydiah, Tarmiyah e à sua capital provincial Baqubah. Daí consolidaram a influência sobre uma área chave que por sua vez garantia livre acesso à província de Salah Al-Din e à capital iraquiana de Bagdad (Lewis, 2014a: 16).

Desde os tempos da AQI que a organização viu no Triângulo Sunita Iraquiano⁹ (ver anexo II), uma área vital à consolidação das suas posições dentro do território iraquiano (Griffin, 2007 *apud* Kaválek, 2015: 10). Os territórios povoados pelos árabes sunitas, tanto no Iraque como na Síria, constituíram-se como zonas essenciais ao

⁸ A ideologia do partido misturava temas como o nacionalismo e socialismo árabe, pan-arabismo e anti-imperialismo (Kavalek, 2015).

⁹ O Triângulo Sunita Iraquiano é a área predominantemente habitada por árabes sunitas muçulmanos, que envolve Ramadi a Oeste, Bagdad a sul, Baqubah a leste e Tikrit a norte.

crescimento da organização, onde com o recurso a uma interpretação excludente do Islão Sunita, exploraram os ressentimentos populares de forma a consolidar as suas posições (Lewis *et al.*, 2014: 4-6).

No final de Dezembro de 2013, em resposta às manifestações violetas, Al Maliki ordenou às forças de segurança que avançassem sobre a cidade de Ramadi para conter os protestos. Perante a resistência tribal, amplamente suportada pelo EIIL, as forças governamentais acabaram por retirar. As manifestações violentas propagaram-se às cidades vizinhas, onde as forças de segurança enfrentaram sérias dificuldades em manter a ordem. Consequentemente, no dia de ano novo, o EIIL saqueou a cidade iraquiana de Fallujah e anunciou a criação de um Emirado Islâmico que tinha o intuito de defender a comunidade sunita das políticas setárias do governo central (Weiss e Hassan, 2015: 95). Desde então o governo iraquiano perdeu controlo sobre largas porções do seu território, nomeadamente nas províncias sunitas de Ninawa, Al-Anbar e Salah Ad-Din, abrindo caminho a que a Organização passasse a controlar cidades proeminentes como Mosul, Baiji, Tikrit, Hawija, Tal Afar e Sinjar. Tanto as Forças de Segurança Iraquianas como as forças Curdas Peshmerga, sofreram pesadas derrotas militares ficando impossibilitadas de reconquistar o território perdido sem a ajuda de apoio externo (Lewis *et al.*, 2014: 6). Foi, contudo, no Verão de 2014 que o grupo se expandiu, quase sem resistência, ao longo de todo o Oeste Iraquiano, conquistando grande parte dos territórios sunitas no país (Bunzel, 2015: 31). Na Síria, consolidou a sua presença especialmente sobre as províncias sunitas de Ar-Raqqah, Deir Ar-Zaur e Aleppo, onde a Organização beneficiou de diversas vitórias militares sobre as forças sírias¹⁰ (Kaválek, 2015: 16; Lewis *et al.*, 2014: 14-15).

A 29 de Junho, a Organização declara o Califado, sendo conhecida desde então, não como Estado Islâmico do Iraque e do Levante, mas como Estado Islâmico. Os jihadistas esperavam que a sua soberania se estendesse, não apenas ao Iraque e à Síria, mas por todo o mundo. Cinco dias depois, Abu Bakr al-Baghdadi fez a sua primeira aparição ao dar o famoso sermão na grande mesquita de Mosul (Bunzel, 2015: 32). Ao declarar o território conquistado como parte do Califado, o novo Estado advoga uma ideologia intolerante que por sua vez preconiza o sectarismo e a limpeza étnica. Além de comandar uma força militar preponderante, o EI tenta governar as suas cidades através do

¹⁰ Tanto no Iraque como na Síria, as contra-ofensivas só foram possibilitadas com a ajuda de forças iranianas, de milícias xiitas, do *Hezbollah* libanês, o suporte Russo ao governo de Assad e, acima de tudo, com as campanhas aéreas Norte Americanas (Lewis *et al.*, 2014: 6-15).

recrutamento de peritos que possam auxiliar na construção estatal; na provisão de serviços sociais e na desagregação da oposição que se constituem como uma ameaça à integridade do Estado (Lewis *et al.*, 2014: 18). Os soldados iraquianos e sírios, apanhados vivos, foram massacrados e depositados em valas comuns ou exibidos como troféus. Os membros da comunidade xiita, cristã e os yazidis, que não dispunham sequer de milícias de defesa, foram de uma forma particular os mais lesados, sofrendo uma perseguição atroz às mãos da Organização (D’Avillez, 2015). A fim de contrariar as ofensivas do EI, no Iraque e na Síria, foi criada uma Coligação Internacional que, ao basear-se numa campanha aérea de bombardeamentos e no suporte militar, tinha como objetivo a degradação e destruição das posições da Organização. Em 2015 a *Operation Inherent Resolve*, englobava 62 países, tornando-se os Estados Unidos um dos países que mais se empenha no enfraquecimento do EI nos territórios ocupados (Aregawi, 2015).

A formalização do Estado Islâmico, como califado renascido, modificou o debate sobre a ideologia existente entre os jihadistas. O novo Califado apelava a todos os muçulmanos e a todos os grupos jihadistas de todo o mundo que o reconhecessem como tal e para emigrarem obrigatoriamente para o novo EI. Tal facto implicaria o seu compromisso de obediência e submissão à suprema autoridade do novo Califa e do Estado Islâmico. Consequentemente, a AQC perdeu relevância para o prosseguimento da *jihad* global, culminando numa dissolução de alguns dos seus membros que se juntaram ao EI (Bunzel, 2015: 31-32). A liderança central da Al-Qaeda reagiu às declarações do califado de 29 de junho de forma totalmente inesperada. Em vez de denunciar o novo califado do Novo Estado Islâmico tentou impor um contra-califa Mullah Umar, líder dos Talibans do Afeganistão. Pode dizer-se que o surgimento do Estado Islâmico potenciou o movimento jihadista atraindo dezenas de milhares de jovens muçulmanos de todo o mundo. A corrente dura do *jihadismo salafismo*¹¹ é hoje mais popular do que nunca. O grupo está altamente empenhado na defesa da sua posição e na consolidação do perfil do seu novo líder, o Califa Al-Baghdadi. A restauração do califado está também relacionada com a tentativa do EI voltar a uma forma idealizada de governação, que se pensa ter existido numa era em que o mundo muçulmano floresceu (Bunzel, 2015: 32-36).

¹¹ O Jihadismo Salafismo é uma doutrina que segue rigorosamente a emulação dos “antepassados piedosos”, sem a pretensão de possíveis alterações, adaptações ou interpretações. As correntes salafistas defendem as 3 primeiras gerações de muçulmanos (o Profeta, os companheiros e os primeiros califas) como autoridade principal e exemplos perfeitos do Islão (Duarte, 2015: 311).

5. O Governo Islâmico

As instituições sobre as quais o EI assenta representam atualmente uma forma de governo sobre os 8 milhões de habitantes que vivem sobre o seu domínio no território ocupado no norte do Iraque e na Síria (The Week, 2015). Apesar de os diversos atores internacionais recusarem reconhecer o EI, como um Estado legítimo no Sistema Internacional, a Organização assume muitas das funções que uma entidade estatal deve estabelecer para com a sua população (Mecham e Mccants, 2016).

A evolução de um grupo de insurgência para um Estado declarado não teria sido possível sem uma cuidadosa gestão financeira e administrativa, táticas militares efetivas, meios de comunicação sociais e uma ideologia sólida (The Economist, 2014). De facto, ao assumir-se como Califado, a Organização optou primeiramente por consolidar uma administração hierárquica, à qual se deve uma obediência estrita, incorporando uma vasta gama de ministros com funções militares, civis, políticas e financeiras (ver anexo III). O novo Estado é supervisionado por antigos membros e oficiais que outrora compuseram o antigo partido Baath de Saddam Hussein. Os Baathistas dotaram de eficácia as redes de inteligência e as táticas de combate que são vitais à sobrevivência da Organização no Iraque e na Síria. Estima-se que os oficiais do regime de Saddam giram os três campos governamentais mais importantes do EI: a segurança, o exército e as finanças (Coles e Parker, 2015).

Ao estabelecer instituições, que para além de estarem subordinadas à liderança terrena, seguem Alá e os ditames do seu Profeta Maomé, os líderes do EI têm conseguido consolidar a sua influência sobre as diversas áreas que compõem a vida social e pessoal (Kasfir *et al.*, 2016). Gradualmente, o EI começou a regular a vida pública e as práticas religiosas, desenvolvendo uma rede de propagandistas e de pregadores que procuram educar os civis acerca da sua visão do Islão. De forma progressiva a Organização tem promulgado uma legislação que vai ao encontro da proibição de bebidas alcoólicas e de tabaco, aplicando-se meios coercivos e violentos a todos aqueles que são apanhados a infringir as regras (Revkin e Mccants, 2015). O estabelecimento de novos sistemas legais empenhados na instituição da *Sharia*, a Lei Islâmica, são por sua vez responsáveis por

cortar as mãos aos infratores, e sentenciar os cristãos e outras minorias religiosas, à morte, por causa das suas crenças (Dreazen, 2014). O governo do EI constitui-se como uma ditadura totalitária, partindo da premissa de que qualquer indivíduo sobre o seu controlo poderá estar a colaborar com o mundo exterior. Os residentes nos territórios controlados pela Organização sentem uma enorme relutância em criticar a sua forma de governação, devido ao receio de execução ou desaparecimento (Al-Tamimi e Mccants, 2016).

O EI procura funcionar como uma entidade estatal funcional oferecendo benefícios essenciais às comunidades locais que se encontram sobre o seu controlo. Os apelos do Califa a que “cientistas, professores, pregadores, juízes, doutores, engenheiros e indivíduos com capacidades militares e administrativas” demonstram os esforços que a Organização tem realizado na tentativa de governar de forma eficaz os territórios conquistados na região. O novo Estado está-se a adaptar aos desafios de governo de território, empenhando-se na abertura de hospitais, na construção de novas estradas, na criação de uma rede de sistemas rodoviários, na reabilitação de escolas e na estimulação das economias locais, através da instituição de pequenos negócios (Dreazen, 2014). Tanto no Iraque como na Síria, o EI procurou ser percebido como uma alternativa aos governos centrais opressores de Bagdad e de Damasco. Muitos sunitas que se sentiram marginalizados olharam inicialmente para os militantes do EI como “libertadores”. Com o intuito de ganhar a confiança e a cooperação da população, a sua primeira prioridade nos territórios ocupados, passa pela restauração da segurança e pela oferta de serviços básicos, como água e eletricidade. Nalgumas áreas, a Organização tomou as quintas de trigo, padarias e fábricas de pão a fim de oferecer bens alimentares gratuitos. A polícia tem tentado conquistar o auxílio da população, ao dismantelar as redes de crime dentro do seu próprio território sendo que os salteadores, homicidas, traficantes de droga e violadores formam os principais alvos a abater. Os tribunais instituídos têm-se esforçado em garantir segurança, em gerir disputas, e estabelecer uma lei eficaz sobre todo o território (Revkin e Mccants, 2015). O EI tem-se empenhado no desarmamento das comunidades locais através de uma forma nunca antes feita pelos governos anteriores, retendo o monopólio da força dentro das suas fronteiras (Hassan e Mccants, 2016; Weiss e Hassan, 2015: 210). Outro sinal evidente da consolidação de um Estado funcional centralizado nos territórios ocupados, resultou do anúncio, em Agosto de 2015, da

emissão e cunhagem da sua própria moeda, o dinar, feita a partir de metais preciosos como o ouro, prata e cobre, em ordem de fortalecer o novo Califado e prejudicar o sistema financeiro americano (Mohney, 2015).

O principal imperativo do EI passa pela defesa do território conquistado tanto no Iraque como na Síria, bem como a sua expansão para áreas vizinhas possíveis de anexação. A liderança da Organização procura maneiras de resistir aos ataques aéreos, bloquear os esforços da inteligência externa e diminuir as operações especiais designadas para eliminar as suas posições e infraestruturas. Por outro lado, a necessidade de prevenir a emergência de fações oponentes, como milícias curdas e grupos jihadistas rivais, que possam ameaçar diversas áreas conquistadas fazem parte de medidas que o EI tenciona implementar (Bokhari e Mccants, 2016).

6. O Realismo Político do Califado

A instabilidade política vivida em países como a Síria e Iraque têm promovido o crescimento do fundamentalismo islâmico preconizado pelo EI. Este é perito em explorar os vazios de poder de entidades estatais, cuja autoridade é fraca e debilitada, a fim de estabelecer-se num determinado território. As políticas discriminatórias do primeiro-ministro Nouri Al-Maliki no Iraque, e as atrocidades e brutalidade do regime de Bashar Al-Assad na Síria, criaram uma deslegitimação junto às populações sunitas, criando as condições necessárias para a ascensão do EI. O novo Estado de Abu Bakr Al-Baghdadi, assume-se como o campeão e protetor dos 1,3 biliões de sunitas que são perseguidos não só na região mas em todo o mundo. Ao facultar uma mensagem de ordem, protecção, glória e esperança, a Organização tem-se fortalecido, ao conquistar milhares de simpatizantes por todo o mundo, e ao ingressar e encabeçar a insurgência e revolta actual na região. O projeto de criar um Estado com fronteiras expansíveis com o intuito de proteger a população sunita, ultrapassa em muito a conceção do Estado-Nação moderno, visto pretender albergar, dentro do seu território, todos os fiéis de diversas nacionalidades. Ao ambicionar estender a sua soberania ao resto do mundo, o novo Califado tem-se constituído como uma linha de defesa dos sunitas às ameaças vindas pelos curdos, dos judeus, dos cruzados e dos xiitas na região.

Visto ter sido declarado unilateralmente, através da guerra e dos massacres, o autoproclamado Estado Islâmico tem enfrentado conseqüentemente uma forte oposição internacional e um atual cerco de nações, podendo apenas contar com as suas próprias capacidades para sobreviver. Até ao presente momento, o EI tem defrontado uma coligação de 62 Estados que se tem empenhado em bloquear a expansão territorial da Organização. Atores externos como o Irão, o líder do eixo xiita na região, o *Hezbollah* libanês e o governo russo de Vladimir Putin, têm impedido a queda do regime de Assad, apoiando a resistência às ofensivas jihadistas na Síria. Mais evidente ainda, é a competição do EI com a Al Qaeda pelo Islamismo sunita radical. O anúncio unilateral do Estado Islâmico do Iraque em 2006, a tentativa de absorção da frente Al-Nusra, o braço armado da Al Qaeda na Síria, em 2013, as táticas extremistas e ultraviolentas e os diferentes pontos de vista na forma de alcançar o Califado culminaram numa cisão da agenda jihadista entre as duas Organizações em Fevereiro de 2014. Assim, e havendo pouca margem para cooperação e acordo, na criação de um império regido por leis divinas na terra, a solução instituída, tem passado unicamente por uma política externa que tem por base uma guerra total com vista a destruir todos aqueles que se lhe opõem. A defesa e a expansão das fronteiras do novo Califado para novos territórios, ricos em recursos e populações, têm sido realizadas com vista a acumular um poder capaz de resistir e garantir a sua preservação e projeção da sua influência em novas áreas geográficas.

Tal como o nacional-socialismo alemão e o comunismo soviético, o EI tem estabelecido um Estado forte totalitário capaz de reger a vida de todos os seus cidadãos. O novo Califado tem contado com um poder centralizado em torno de um líder, o Califa, ao qual os seus subordinados devem obediência. O novo Estado tem contado ainda com um exército, responsável pela proteção e expansão do território, uma moeda própria, o dinar, e uma bandeira. A presença de antigos membros que outrora compuseram o antigo partido Baath e as antigas forças de segurança de Saddam Hussein, contribuíram em muito para as vitórias no campo de batalha mas, acima de tudo, na gestão governativa do território ocupado. Ao assumir o controlo de uma cidade, o novo Estado tem implementado a lei islâmica que por sua vez se estende a todos os campos sociais. A sua desobediência tem resultado na decapitação, perseguição, e em diversas formas de execução. O EI tem-se comportado como um Estado centralizado, esforçando-se para

reter o monopólio da força, combatendo qualquer grupo armado dentro das suas próprias fronteiras. Além de policiar as ruas, a Organização tem fiscalizado o comércio e fornecido serviços sociais à sua população, como a eletricidade, saneamento, distribuição de água, farinha e outros recursos, colocando assim em prática o que aparenta serem estruturas estatais.

O EI tem utilizado ferramentas de alta tecnologia, explorando o mundo expansivo das redes sociais, com recurso aos vídeos e à imprensa sofisticada, recorrendo a uma propaganda que tem conseguido cativar o apoio de novos militantes em todo o mundo, o qual tem aterrorizado, com imagens chocantes de execução, decapitação e assassinatos. Ao cativar as massas e ao oferecer uma identidade às tribos sunitas indefesas, o EI tem-se empenhado em conceder a todos os seus seguidores uma oportunidade revolucionária de construir uma nova ordem utópica. A restauração de um Califado hegemónico, por via da *jihad* militar, com fronteiras expansíveis, livre de qualquer restrição internacional, forma assim o objectivo primordial da Organização que luta de dia para dia para o consolidar.

Capítulo 3 – A *Geopolitik* do Califado

Objetivados os conceitos adjacentes ao enquadramento teórico do nosso trabalho e explicadas as origens referentes ao EI, passamos agora a questionar se a expansão territorial do EI, e a construção do novo Califado evidenciam a atualidade dos pressupostos da Geopolítica Clássica, da Escola Alemã.

Considerámos três hipóteses. A primeira relaciona a consolidação de um espaço rico em recursos humanos, naturais e militares, associado ao conceito de Espaço Vital da *Geopolitik*, que garantem a vitalidade do EI, com o regresso às glórias do Islão. A segunda hipótese afirma que a exploração dos recursos naturais e energéticos das províncias conquistadas pelo EI resulta da tentativa deste Estado de criar uma economia autossuficiente, inspirada no conceito de autarcia económica. A terceira hipótese associa o alargamento das fronteiras do EI a Estados considerados mais fracos no Médio Oriente, Ásia e Norte de África, com a criação de uma Pan Região hegemónica e consequente alargamento da fé islâmica a todo o mundo.

O modelo de análise engloba os seguintes conceitos. O conceito de Espaço vital, a ser analisado na sua dimensão territorial e militar, através dos seguintes indicadores: conquista de áreas e cidades de elevada densidade populacional; conquista de áreas úteis e ricas em recursos naturais, militares e energéticos; conquista de áreas que perfilham a mesma cultura e o recurso à força na conquista e supremacia militar. O conceito de Autarcia na sua dimensão económica, é avaliado pelos seguintes indicadores: desenvolvimento das próprias fontes de receita e potenciação de recursos naturais, humanos e energéticos. O conceito de fronteira elástica, na sua dimensão jurídica é observável no redesenho e desrespeito das fronteiras instituídas pelos Tratados Internacionais. O conceito de pan-região, na sua dimensão geográfica, inclui a subjugação dos Estados fracos e a criação de áreas funcionais com motivação hegemónica. Por último o conceito de hegemonia, na dimensão ideológica é analisado através da aplicação de leis e normas, regras e preceitos, a uma escala universal. É com base na exploração de cada um destes conceitos da Geopolítica Alemã que passaremos de seguida a analisar a sua aplicabilidade na forma de expansão territorial do EI, tendo em conta as dimensões e

indicadores que acabámos de referir e que nos permitirão responder à nossa questão de partida e validar as nossas hipóteses.

1. O Espaço Vital Islâmico

A expansão territorial do EI segue um plano estratégico que em muito, tem em comum com um texto jihadista, publicado em 2004, da autoria do ideólogo Abu Bakr Naji. *The Management of Savagery*¹² explica a maneira mais eficaz de controlar um território, estabelecer um Estado, e desenvolver o Califado (Mccants, 2015a: 78). A obra é uma compilação de lições apreendidas com anteriores falhanços jihadistas, bem como um avanço no pensamento sobre a direção futura do movimento (Stern e Berger, 2015: 46). De acordo com Naji, a luta jihadista devia passar por três fases. A primeira implicaria uma operação de vexação, protagonizada por grupos terroristas, contra alvos inimigos, vitais ao crescimento económico, como oleodutos e pontos turísticos. Para os proteger, as forças governamentais mobilizariam forças de segurança que por sua vez abririam vácuos de segurança ou “regiões de selvajaria” na periferia do Estado. Consequentemente os jihadistas deveriam mover-se para regiões voláteis onde ofereceriam segurança e bens públicos para ganhar o apoio da população e estabeleceriam a *Sharia*. A segunda fase dizia respeito a uma gestão da *Selvajaria*, que para consolidar um espaço próprio, os jihadistas teriam de realizar um conjunto de atos de violência muitíssimo visíveis, com a intenção de enviar uma mensagem atemorizadora tanto para os seus aliados, como para os seus inimigos (Mccants, 2015a: 78; Stern e Berger, 2015: 46). A última etapa passaria pela tomada do poder, em que os jihadistas, ao estabelecerem-se em determinadas regiões, cresceriam e unificar-se-iam para recriar o Califado (Stern e Berger, 2015: 46).

Outro texto que influenciou a ação da Organização foi o livro *A Call to a Global Islamic Resistance*, escrito pelo ideólogo jihadista Abu Musab Al-Suri. Nele, o autor propõe a resistência à agressão das campanhas dos Cruzados e dos Sionistas, liderados pela América e pelas forças locais apóstatas e hipócritas colaborantes. O objetivo

¹² Em arábico *Idarat al-Tawahhush*, ou em inglês, *The Management of Savagery: The most critical stage through which the Ummah will pass*.

principal passava pelo estabelecimento das leis de Deus na terra e pela derrota dos Estados Unidos (Mccants, 2015a: 84).

Ao oferecer uma mensagem de proteção, orgulho e esperança aos muçulmanos Sunitas, o Estado Islâmico ofereceu a todos os seus seguidores uma oportunidade de construir uma nova ordem utópica e de restaurar um antigo império Islâmico (Mccants e Mendelshon, 2016). A sua ambiciosa conquista de território teve grande destaque no ano de 2014, numa altura em que o EI conseguiu assegurar um espaço próprio, capaz de facultar as condições básicas à sobrevivência e independência da Organização. Desde então o EI combinou o seu fanatismo ideológico e militar, ao escolher alvos fracos e estratégicos, evitando posições bem defendidas, de forma a consolidar o seu poder (Cockburn, 2014: 149) sobre regiões sunitas dotadas de recursos humanos, naturais, energéticos e militares que passaremos a esclarecer.

1.1. Os Recursos Humanos

Já vimos que a expansão das operações do EI para a Síria em 2013 lhe garantiram uma nova proeminência, dando-lhe controlo sobre territórios desérticos que se alongavam ao longo da fronteira que faz a divisão entre o Iraque e a Síria, permitindo uma circulação de armas e soldados entre os dois países (Sly, 2014). Raqqa, a capital do Califado, foi conquistada no Verão de 2013 pelos militantes do EI. Situada no Norte e no centro da Síria, a cidade contava com uma população de 220 000 habitantes. Ao seu redor situa-se a barragem que dá para o Rio Eufrates, e uma região produtora de grandes quantidades de algodão. A partir deste ponto, os jihadistas gerem as suas operações que se estendem ao longo de todo o Iraque e Síria (Elgot, 2014).

A ocupação atual de parte do território Iraquiano teve o seu início no final de Dezembro de 2013 quando em resposta às ações violentas das manifestações sunitas, Al-Maliki ordenou às forças de segurança que avançassem sobre Ramadi para pôr fim aos protestos. Devido à resistência tribal fortemente apoiada pelo EI, as forças centrais acabaram por retirar. As demonstrações violentas alastraram-se à cidade vizinha de Fallujah onde, no dia de Ano Novo, foi saqueada e ocupada pela organização jihadista, anunciando a criação de um “Emirado Islâmico” que tinha o intuito de defender a

comunidade sunita do governo xiita iraquiano (Weiss e Hassan, 2015: 95). Localizada a 65km a oeste de Bagdad, a cidade sunita de Fallujah, de 300 000 habitantes, aclamou a conquista do EI, vendo nisso uma alternativa à marginalização das políticas protagonizadas pelo governo central (Aljazeera, 2016). É nesta altura que o controlo da província Sunita de Anbar, que ocupa um terço do território Iraquiano e faz fronteira com a Síria, Arábia Saudita e Jordânia, forma um dos principais objetivos da Organização no Iraque. Estabelecer o domínio Sunita do governo central xiita, sobre uma área geográfica que abrange recursos naturais, tais como petróleo e gás é, neste período, uma prioridade que irá conduzir a política expansiva da Organização (Al-Sahly, 2013b). Ao situar-se no Triângulo Sunita Iraquiano, a província de Anbar constitui-se como a maior província do Iraque (Micallef, 2015). Al-Karma foi das primeiras cidades a cair às mãos da Organização na província iraquiana, tida como estratégica para consolidar o controlo sobre a área que rodeava Fallujah e Ramadi (Ghazy e Arango, 2014) juntamente com as áreas vizinhas de Khaldiyyah, Hit e Husseba (Lewis, 2014b).

Foi contudo na primavera de 2014 que se consolidou a expansão, ao longo do oeste Iraquiano. Ao mover-se com uma velocidade impressionante, o EI venceu quatro divisões do exército iraquiano, devastando diversas instalações militares, conseguindo controlar quase um terço do território iraquiano. As suas vitórias resultaram de um conjunto de operações que se estenderam ao longo do Rio Eufrates e do Rio Tigre, onde se situam as maiores cidades, que atravessam tanto o Iraque como a Síria. Os analistas compararam mesmo a um ataque-relâmpago, semelhante à tática alemã de *Blitzkrieg*, tendo em conta a sua rapidez e imprevisibilidade (Warrick, 2015: 303; Ashkenas *et al.*, 2014).

A 10 de junho, os jihadistas invadiram Mosul, a segunda maior cidade do Iraque, com uma população de 1,4 milhões de habitantes, maioritariamente sunitas. Foi uma vitória grandiosa de uma força que rondava os mil e trezentos homens e que venceu uma força com mil e sessenta efetivos, incluído o exército iraquiano e as polícias federal e local (Cockburn, 2014: 35). Ocupada por diversas razões, a cidade servia como um dos principais centros financeiros do país e como um ponto de referência ao transporte de bens comerciais vindos das mais diversas zonas do globo. Mosul constitui-se como um ponto estratégico no contato com a Síria e o Irão, onde ao seu redor se situam diversos oleodutos e gasodutos (Neriah, 2014; Aljazeera, 2014a). Dias após a conquista da

segunda maior cidade iraquiana, o EI conquistou a cidade de Tikrit. Visto os seus habitantes serem de maioria sunita, a Organização conseguiu consolidar um forte apoio popular junto a todos os sunitas que se sentiram marginalizados. Tikrit, com uma população de 260 000, constitui-se como a terra natal do antigo presidente iraquiano Saddam Hussein e como um bastião sunita no centro da Província de Salah-ad-Din (Aljazeera, 2014b; Collard, 2015; Human Rights Watch, 2015). Os ataques à cidade vizinha de Samarra testemunharam a ocupação de edifícios municipais e universitários e no hasteamento da bandeira preta sobre eles. Apesar de as forças de segurança iraquianas terem conseguido suprimir o avanço, nota-se a tentativa de os jihadistas tentarem estabelecer o seu controlo sobre outra grande cidade iraquiana (Hassan, 2014).

Contrariamente é de notar que outras cidades como Saadiyah e Jalawla que fazem fronteira com o Irão, na província de Diyala, caíram às mãos dos insurgentes sunitas, após as forças governamentais terem abandonado as suas posições (The Japan Times, 2014). A cidade de Baquba, um dos maiores pontos urbanos do centro do Iraque, situada a 65km de Bagdad, não ficou poupada às campanhas sangrentas protagonizadas pela Organização que se tem empenhado em consolidar as suas posições no interior da cidade (Tawfeeq e Botelho, 2015). A ocupação de Hawija no Verão de 2014, composta por 500 000 habitantes, de maioria sunita, mantém uma importância estratégica, na medida em que liga uma rede de 300 centros urbanos, servindo como um ponto de encontro para combatentes estrangeiros, instrutores e novos recrutas (al-Ani, 2016).

As consequentes ofensivas sobre a região iraquiana de Sinjar, em Agosto de 2014, testemunharam não só diversas vitórias militares sobre as forças Peshmerga Curdas mas também diversas crises humanitárias. Estima-se que o distrito da cidade de Sinjar alberga cerca de 308 000 habitantes (Rasheed e Georgy, 2014). A sua ocupação culminou na fuga de milhares de Yazidis que temiam a perseguição por parte do EI. O Yazidismo é uma religião antiga da qual a Organização vê como herética e como uma forma de adoração do diabo sendo por isso alvo de perseguição (Russell, 2014). Estimava-se no Verão de 2014, que cerca de 35 000 a 50 000 Yazidis sofreram um cerco por parte dos jihadistas culminando na morte de muitos civis que não sobreviveram às privações de água e alimentos (Salih e Van Wilgenburg, 2016; Russell, 2014). O EI devastou aldeias inteiras, matando cerca de 5 000 homens e rapazes, raptando 7 000 mulheres e raparigas que foram posteriormente usadas como escravas sexuais. Esta forma de massacre,

violação e escravatura, consideradas por investigadores das Nações Unidas como genocídio (Beck, 2016) evidenciam a força, a violência e brutalidade que caracterizam o EI na conquista. A ocupação da cidade de Ramadi, a capital da Província sunita iraquiana de Anbar, constitui-se como um dos maiores ganhos obtidos pela Organização no ano de 2015. Com uma população de 200 000 habitantes, os jihadistas tomaram-na após as tropas iraquianas terem retirado, culminando em duras críticas de Washington à estratégia militar protagonizada pelas forças de segurança na luta contra o EI (Rasheed e Chmaytelli, 2015; Micallef, 2015a; Nakhoul, 2015). Ainda no mesmo ano assistiu-se à queda da cidade síria de Palmyra às mãos da Organização. Com uma população de 70 000 habitantes, a cidade é conhecida pelas suas ruínas e templos milenares. Os militantes usaram o anfiteatro histórico de Palmyra a fim de procederem a uma onda de execuções públicas (Alarabyia, 2016). A cidade é situada numa área estratégica na estrada que se situa entre a capital, Damasco, e a cidade disputada de Deir-Ezzor (BBC, 2016).

De forma significativa, muitas das batalhas entre rebeldes foram disputadas pelo controlo de pontos da fronteira que poderão ser usados para o movimento de homens e armas (Cockburn, 2014: 106). Durante a primavera de 2015, a Organização empenhou-se em conquistar diversos pontos fronteiriços entre o Iraque e a Síria tais como Al-Waleed, Al-Qaim e Yoruba (Rudaw, 2015). Com a captura de Al Waleed, os governos do Iraque e da Síria perderam controlo sobre as fronteiras que dividem os dois países (Weiss, 2015). O ataque ao posto de Turaibil, que separa a fronteira do Iraque com a Jordânia, despertou a atenção das autoridades jordanas (Al Arabiya, 2015). Os confrontos violentos têm-se alastrado a outras cidades fronteiriças tal como Aرسال no Líbano e denotam a determinação do EI em controlar uma futura área do seu Estado (Saad e Gladstone, 2014). Por outro lado, o avanço sobre o Norte da Síria, na Província de Aleppo, foi marcado pela conquista de cidades que fazem fronteira com a Turquia. Uma delas, Kobane, não ficou imune aos ataques do EI que se empenhou em conquistá-la às milícias Curdas. Apesar de a anexação não ter sido bem-sucedida, a disputa de Kobane, é tida como uma das batalhas mais renhidas do Verão de 2014, fazendo lembrar em muito a batalha de Estalinegrado na II Guerra Mundial. Atualmente a cidade é vista como um símbolo de resistência à opressão Jihadista (Tuysuz e Castillo, 2014; Gold, 2014).

O Califado ao expandir-se da fronteira entre o Iraque e o Irão, ao Curdistão Iraquiano e aos arredores de Aleppo, a segunda maior cidade síria (ver anexo IV e V).

passou a dominar a oposição sunita ao governo iraquiano e sírio. (Cockburn, 2014: 13-48; Stern e Berger, 2015: 69; The Week, 2015).

Como já referimos, um dos indicadores da dimensão territorial associado ao conceito de Espaço Vital, é a conquista de áreas e cidades de elevada densidade populacional. Conforme exemplifica o quadro síntese que se apresenta, em baixo (Quadro 1) o EI conquistou e controlou áreas, cidades e distritos estrategicamente importantes e dotados de elevados índices populacionais.

Quadro 1 - Densidade Populacional das cidades ocupadas

Cidades ocupadas	Densidade populacional
Fallujah	300 000 habitantes
Ramadi	200 000 habitantes
Tikrit	260 000 habitantes
Mosul	1 400 000 habitantes
Raqqah	220 000 habitantes
Hawijah	500 000 habitantes
Sinjar	308 000 habitantes
Palmyra	70 000 habitantes

Fonte: Retirado de Al Jazeera, 2016; Micallef, 2015, Human Rights Watch, 2015; Cockburn, 2014; Elgot, 2014; Al-Ani, 2016; Georgy, Rasheed, 2014; Alarabyia, 2016.

Em 2014 e 2015, no auge da sua extensão, o novo Califado passou a ocupar uma área maior que a Grã-Bretanha, que se estendia da região de Aleppo, na Síria, até à província de Salah Ad Din, no Iraque, habitada por seis a oito milhões de pessoas, com uma população superior á Dinamarca Finlândia ou da Irlanda. (Cockburn, 2014: 48; The Week, 2015; Stern e Berger, 2015: 69).

Um outro indicador da dimensão territorial do conceito de Espaço Vital é a conquista de áreas que perfilham da mesma cultura. De facto, observamos que os territórios que estão na base de toda a expansão territorial no Iraque e na Síria, e se constituem como uma área vital do EI, partilham a cultura sunita. Estes territórios estão situados nas províncias sírias de Deir Ezzor, Raqqah e Aleppo, nas províncias sunitas de Ninawa, Salah ad-Din e Al-Anbar e no designado Triângulo Sunita Iraquiano (ver anexo

II), isto é, a zona habitada principalmente por muçulmanos sunitas, que abrange cidades como Fallujah, Ramadi, Baqubah e Tikrit (Kaválek, 2015: 1-10). Se considerarmos o território consolidado no Iraque e na Síria no ano de 2014-2015 (ver anexo IV e V), e se atentarmos de seguida para a distribuição etnográfica e religiosa (ver anexo VI), verificamos que a área geográfica ocupada nestes dois países se situa em territórios cuja população é maioritariamente sunita. Alguns autores como Lewis e Kagan (2014: 6) referem que grupos sunitas extremistas podem apenas florescer em comunidades sunitas ressentidas, visto apelarem a uma interpretação extrema e exclusiva do Islão sunita.

Tendo ainda em atenção a informação apresentada neste sub-capítulo podemos também avaliar a dimensão militar do conceito de Espaço Vital através dos indicadores, o recurso à força na conquista e a supremacia militar. De acordo com vários autores e diversas fontes de informação (Al Jazeera, 2014a; Aljazeera, 2014b BBC, 2014; Reuters, 2014; Warrick, 2015: 303) verificámos que em 2014 o EI desencadeou uma conquista rápida e ambiciosa de território, operacionalizando, assim, a força e a violência na consecução das suas vitórias, privilegiando o tipo de guerra subversivo, usando o terrorismo, a insurreição e a guerra de guerrilha como táticas operacionais (Duarte, 2015: 13). O Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas, para os Direitos Humanos afirma que, desde janeiro de 2014 a outubro de 2015, o EI tenha morto cerca de 18 802 civis, ferido 36 245 pessoas e provocado ainda a deslocação de 3 206 736 milhões de pessoas (UNAMI e OHCHR, 2016: i). A corrente jihadista salafista preconizada pelo EI defende que o verdadeiro Islão só pode ser estabelecido pela espada e pela *jihad* violenta (Bunzel, 2015: 7) operacionalizando a força e a coerção.

A supremacia militar é outro indicador, evidenciado através dos ganhos territoriais alcançados e das vitórias sobre os curdos, exército iraquiano e sírio, como já foi referido. Estima-se que, em 2015, o EI tinha no terreno cerca de 25 000 combatentes, incluindo divisões terroristas e rebeldes, bem como uma força idêntica à infantaria de um exército tradicional (Stern e Berger, 2015: 74). Como já foi mencionado, a derrota rápida dos *peshmerga*, supostamente combatentes com capacidades superiores à dos soldados iraquianos foi uma nova demonstração da eficácia militar do EI e a conquista de Mosul constituiu uma vitória grandiosa, de uma força composta de 1300 homens que venceu 60 000 membros efetivos, incluindo o exército iraquiano e a polícia federal e local (Cockburn, 2014: 19-35). A rapidez que tem caracterizado a conquista pelo Iraque e pela

Síria, bem como a derrota de inimigos mais numerosos e melhor equipados, revelam a supremacia militar da Organização.

Através da força e de uma estratégia coerciva de ocupação de território, o EI tem-se expandido sobre áreas sunitas com elevada densidade populacional consolidando assim um espaço rico em recursos humanos.

1.2. Os Recursos Naturais

Entre os indicadores da dimensão territorial do conceito de Espaço Vital está também a conquista de áreas ricas em recursos naturais, energéticos e militares. Neste subcapítulo evidenciaremos apenas os aspetos relacionados com a conquista de áreas ricas em recursos naturais e energéticos sendo os recursos militares analisados no subcapítulo seguinte.

Para além do controlo de centros urbanos compostos por grandes populações, a obtenção de recursos naturais, como por exemplo, as plantações de trigo e cevada, e energéticos como a rocha fosfórica, petróleo e gás natural, constituíram outro dos principais objetivos do EI.

Ao longo da sua expansão no Iraque, tem-se apoderado, de igual modo, de áreas responsáveis pela produção de 40% de trigo iraquiano. A Organização controla atualmente cinco das províncias mais férteis de todo o país. Estima-se que a província de Nineveh, é dotada de 750 000 hectares de trigo e 835 000 de cevada e que os jihadistas apreenderam cerca de 40 000-50 000 toneladas de trigo, prontas para serem consumidas e vendidas no mercado negro (Fick, 2014a; Fick, 2014b; RT, 2014a). O EI tem usado o trigo para mostrar que consegue governar melhor que os governos árabes, que denomina de infieis, publicando panfletos com fotos de campos dourados e de militantes a distribuir bens alimentares. Ao longo da sua campanha militar contra Bagdad, os militantes têm utilizado o trigo como um símbolo de poder, tomando diversos silos governamentais, armazenadores de grãos ao longo do Iraque. O avanço ao longo de Junho de 2014 culminou na ocupação dos nove silos da Província de Nineveh e outros sete ao longo do território Iraquiano por parte do EI (ver anexo VII) (Fick, 2014a; Fick, 2014b).

O avanço do EI forçou centenas de milhares de habitantes, de minorias e religiões diferentes, a fugir, culminando na ocupação dos campos abandonados. O silo da cidade de Makhmour, situada entre Bagdade e Kirkuk, formou um dos objetivos da Organização que não hesitou em atacar a 7 de Agosto de 2014. Nessa altura o silo tinha a capacidade de armazenar cerca de 250 000 toneladas de trigo, o equivalente a 8% da produção anual de 2013 (Fick, 2014b).

A captura de minas na Síria, produtoras de recursos naturais como o fosfato, nos arredores de Palmira, privou o regime sírio de uma das suas maiores fontes de receita e de exportação (Sherlock, 2015). A mina de Khnaifess, a segunda maior mina de fosfato no país, atualmente ocupada pelo EI, tem capacidade de produzir 60 milhões de dólares anuais (Vocativ, 2015). Em Junho de 2014, o EI tomou o controlo total sobre a cidade petrolífera de Baiji, a sul de Mosul. A sua refinaria é responsável por um quarto da capacidade de refinamento iraquiana, como a gasolina, o óleo de cozinha e o combustível para as estações de energia (France 24, 2014; RT, 2014b). Até ao Verão de 2014, estimava-se que as infraestruturas de Baiji produziam uma média de 175 000 barris de petróleo por dia (Russell, 2015). A anexação dos quatro campos de gás natural da cidade iraquiana de Mansouriyat al-jabat, na província de Diyala (The Irish Times, 2014), e do maior campo petrolífero Sírio de Al Omar, na Província de Deir Al-Zor, garantiram à Organização o controle de reservas de crude, úteis à alimentação da máquina de guerra da Organização e ao comércio paralelo (Westal, 2014). A ofensiva sobre os campos de gás de Sha'ar (Holmes, 2014) e de Jahar, no centro da Síria (RT, 2014c), a conquista do campo de Ain Zalah Iraquiano e a invasão da cidade petrolífera de Zumar no Norte do Iraque servem como uma forma de consolidar os seus ganhos, onde o seu estabelecimento em cidades estratégicas perto de campos energéticos e da fronteira permite uma maior mobilidade dos seus soldados e suplementos (ver anexo VIII) (Aljazeera, 2014c).

A informação que expusemos evidencia que o EI domina as riquezas energéticas do norte do Iraque e centro da Síria, nomeadamente o petróleo, gás natural e a rocha fosfática e controla ainda as áreas de produção agrícola, desses países, tendo-se apoderado das reservas de cereais. O EI tem assim demonstrado aptidão na conquista de áreas que lhe têm garantido um território rico em recursos naturais e energéticos.

1.3. Os Recursos Militares

Como foi objetivado no início do subcapítulo anterior, iremos então proceder à análise dos aspetos relacionadas com os recursos militares que dizem respeito ao indicador a conquista de áreas ricas em recursos naturais, energéticos e militares da dimensão territorial do conceito de Espaço Vital. O EI tem-se apropriado de inúmeras instalações militares ao longo de todo o território sírio e iraquiano, indispensáveis à sua dinamização em consolidar o seu Estado nas áreas ocupadas bem como a alimentar o seu esforço de guerra.

A conquista do aeroporto e da cidade iraquiana de Tal-Afar (RT, 2014d), e da base aérea de Taqba foi feita à medida que o EI avançava sobre o norte do Iraque e da Síria. A última, situada na província de Raqqa, constituía um dos principais pontos militares de Bashar Al Assad. A sua ocupação priva o regime sírio de projetar o seu poder aéreo no norte do país. Atualmente a cidade de Taqba constitui-se como um dos pontos que mais conferem poder militar à organização na Síria, visto conter aviões, helicópteros, tanques e material de artilharia (BBC, 2014). Estima-se que com a conquista de Mosul, o EI tenha capturado equipamento militar avaliado em centenas de milhões de dólares. Ao confiscar o material bélico das áreas ocupadas, a Organização começou a contar com armas mais sofisticadas, que atualmente são utilizadas na conquista dos territórios no Iraque e na Síria¹³ (Pregent e Weiss, 2014).

De igual modo, o avanço sobre a cidade Iraquiana de Hit culminou na captura de equipamento militar pertencente ao exército iraquiano. Os militantes confiscaram os bens de toda a sua base e do seu campo de treino, incluindo tanques, armamento pesado e munições (Reyes, 2014). O conseqüentemente ataque a bases militares pertencentes à 17th divisão do exército de Bashar Al Assad, nas Províncias Sírias de Raqqah culminou na retirada de centenas de tropas leais ao governo (The Daily Star, 2014). A captura do complexo de armas químicas de Al Muthanna rendeu a atenção dos Estados Unidos que receiam que as mesmas possam vir a ser usadas no campo de batalha ou na desestabilização do médio oriente. Durante a Guerra entre o Irão e o Iraque na década de

¹³ O EI dispõe de armamento diversificado como o jato interceptor soviético MIG-21; Tanques Abrams M-1; Tanques T-72; Tanques T-55; morteiros M-198; Humvees; Veículos resistentes Mrap; misséis scud; misséis sidewinder aim-9; misséis FIM-92 Stinger; metralhadoras M16A1; metralhadoras AR-15 (Reyes, 2014; Pregent e Weiss, 2014).

80, Saddam Hussein usou o complexo de Al-Muthanna para fabricar armas químicas como sarim e gás mostarda (Barnes, 2014).

Conforme verificamos o avanço sobre as instalações militares do governo sírio e iraquiano constituem outra forma do EI consolidar um espaço dotado de força e segurança. Por exemplo, a conquista do aeroporto iraquiano de Tal-Afar, da base aérea militar de Taqba, do complexo de armas químicas de Al-Muthana, a captura da base da divisão nº17 do exército sírio, e da base militar da cidade de Hît foram efetuadas com vista à aquisição de infra-estruturas e de material bélico essenciais para a condução da guerra e para a defesa do território conquistado (Barnes, 2014; BBC,2014; Reyes, 2014; RT, 2014d; The Daily Star, 2014).

1.4. A Força do Califado

A informação que acabámos de apresentar, conjuntamente com os indicadores, do nosso modelo de análise, que avaliam a dimensão territorial e a dimensão militar, permitem-nos testar a primeira hipótese, que relaciona a consolidação de um espaço rico em recursos humanos, naturais e militares, associado ao conceito de Espaço Vital da *Geopolitik*, que garantem a vitalidade do EI com o regresso às glórias do Islão.

Ao analisarmos os dados apresentados verificamos que, de facto, o EI tem procedido à sua extensão espacial, absorvendo as regiões mais importantes para o seu desígnio, ou seja, as áreas e os territórios iraquianos e sírios sunitas, ricos em recursos humanos, naturais, energéticos e militares. Através de uma forma rápida, obsessiva, mas também estratégica, as suas operações têm-se estendido junto às cidades e centros urbanos com elevada densidade populacional e que se situam ao longo do Rio Eufrates e Tigre. Pontos como barragens, campos de petróleo e de gás natural, campos de trigo e cevada, instalações militares, têm-se constituído como as áreas de eleição que têm pautado o avanço do EI sobre o território. O EI tem controlado uma vasta área geográfica útil e rica em recursos diversificados, demonstrando habilidade, não só para tomar, mas para manter os territórios absorvidos. Em síntese podemos afirmar que as suas ofensivas têm permitido a ocupação de cidades populosas, largas áreas rurais, muito férteis, reponsáveis pela produção de cereais, a anexação de recursos energéticos, como o

petróleo, o gás natural e a rocha fosfórica, e a apreensão de infra-estruturas e bases militares dos exércitos estatais, detentoras de material bélico, capazes de conduzir a guerra e sustentar as suas pretensões expansionistas.

Deste modo, verifica-se que a dimensão territorial é crucial para o EI e que à medida que o seu território se tem tornado mais considerável, a sua força, o seu poder e a sua riqueza, também têm crescido. O espaço geográfico que tem conquistado tem-lhe concedido a capacidade de satisfazer as necessidades da sociedade humana que o habita e conferido poder. A ambição e expansão territorial são encaradas pelo EI como um dever, consagrado pelas suas leis religiosas, para alcançar as glórias do Islão e unir a comunidade muçulmana sob o estandarte do Califado. Para tal, usa a força, aliada à violência armada, para fazer frente a todos os Estados, grupos e cidadãos que o impeçam de alcançar os seus objetivos. Podemos então afirmar que o EI tem um espaço vital que ambiciona expandir a todo o custo. E é este espaço, que através da rentabilização dos recursos e das riquezas vai, de certo modo, garantir a obtenção da autonomia económica do EI, como vamos analisar de seguida.

2. Autarcia Islâmica

2.1. As Fontes de Financiamento

A consolidação da ocupação dos territórios conquistados e o avanço no terreno, tomando algumas das cidades mais importantes a nível estratégico e financeiro do Iraque, fazem com que o EI seja autossuficiente e, por isso, cada vez mais difícil de conter. Algumas estimativas mostram que o grupo pode estar a gerir mais de dois mil milhões de dólares em bens e dinheiro e, assim, a desenvolver a sua própria economia (Falcão, 2014). Hasan Abu Hanieh, um especialista jordano do radicalismo sunita, adianta que a Organização “dispõe de uma economia estável tanto no Iraque como na Síria”. Esta estabilidade da economia está ligada ao seu avanço estratégico, onde o grupo luta para tomar os principais campos petrolíferos e refinarias (Hanieh *apud* Malas e Habib, 2014). Diferentemente de outros grupos terroristas, que se financiam principalmente através de doações externas, o EI usou o controlo de um território, com dimensões semelhantes às

do Reino Unido, para desenvolver as suas próprias fontes de receita e resistir à adversidade das ofensivas Norte-Americanas. As estimativas que incidem sobre as quantias monetárias amealhadas provenientes das suas atividades tendem a variar e a alterar-se em cada período. Contudo, é certo que as suas principais fontes de financiamento se baseiam na venda de recursos energéticos, como o petróleo e gás natural, venda de produtos agrícolas e de recursos naturais, nos impostos e extorsão, Raptos, doações, saques, e na venda de antiguidades e de equipamentos. A acumulação de largas reservas de dinheiro coincidiu com a captura de território e recursos, sendo que a Organização se envolve em qualquer atividade que lhe garanta lucro (Clarke *apud* Macias e Bender, 2014)¹⁴.

A venda de petróleo constitui-se como a maior fonte de rendimento da Organização que tem vindo a amealhar cerca de 50 milhões de dólares mensais vindos da venda de crude, provenientes dos campos de petróleo dos territórios anexados (ver anexo VIII). Principalmente, de acordo com a inteligência iraquiana, o EI vende barris de crude às redes de contrabando por 10-35 dólares, abaixo do preço dos mercados internacionais que se situa a 50 dólares, que por sua vez são vendidos a intermediários na Turquia e no Curdistão. Estima-se que as receitas provenientes da venda ilícita de petróleo ascendam aos 500 milhões de dólares (Hendawi e Abdul-Zahara, 2015; Roston, 2014).

O grupo não tem relutância no fornecimento de energia às forças que combate e que apelida muitas vezes de infiéis, abastecendo por exemplo o exército sírio. O EI tem negociado acordos com o regime de Assad que permitem a venda de gás natural, a circulação de oleodutos e de camiões transportadores de recursos energéticos entre as áreas controladas pelo governo sírio e áreas dominadas pelos jihadistas (Falcão, 2014; Bertrand, 2016). A dimensão das vendas de combustível oriundo do Estado Islâmico no mercado negro não é difícil de constatar na região, já que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia disse publicamente que houve um aumento de 300% na apreensão de petróleo ilegal na fronteira entre a Síria e o a Turquia desde 2011, altura em que começaram os combates (Falcão, 2014). A ocupação dos campos de petróleo

¹⁴ De acordo com a Rand Corporation, a receita do EI aumentou de uma base simples de 1 milhão de dólares mensais em 2008 e 2009, para 1-3 milhões diários em 2014, altura em que consolidou um espaço próprio (Swanson, 2015).



constitui-se uma das formas de gerar o seu próprio crude a fim de acumular dinheiro para a Organização (Roston, 2014).

Da mesma forma, ao ocupar e ao apropriar-se das superfícies terrestres responsáveis pela produção de 40% de trigo iraquiano e ao ocupar os silos governamentais armazenadores de grãos de trigo, são evidentes os esforços do EI em vender bens cultivados, no mercado negro (RT, 2014a). A venda dos seus produtos agrícolas a 50% de desconto no mercado negro tem capacidade de gerar um rendimento anual de 200 milhões de dólares (Swanson, 2015). Estima-se que no mês de Julho de 2014, os militantes apoderaram-se de 700 toneladas de sementes no Oeste Iraquiano que mais tarde foram transportadas para a Síria a fim de serem laboradas e vendidas através de terceiros a fim de angariar fundos (Alarabiya, 2014). O controlo sobre os recursos hídricos e estações hidroeléctricas, são outra das fontes de financiamento do EI (Macias e Bender, 2014). Por outro lado, a superfície geográfica conquistada pelo EI no Iraque e na Síria é rica em recursos naturais como o fosfato, cimento, e enxofre. A venda destes produtos têm capacidade de gerar entre 50-300 milhões de dólares (Swanson, 2015). Outra das fontes de rendimento do EI é o seu sistema de tributação e extorsão a todos aqueles que vivem sobre os territórios controlados no Iraque e na Síria. Os peritos afirmam que o EI tem lucrado cerca de 12 milhões de dólares mensais, sendo exigido um imposto adicional, aos cristãos e outras minorias que decidiram ficar nos territórios do EI. Aos habitantes que se dedicam à agricultura e pecuária, é exigido a entrega duma parte da sua produção. Os especialistas afirmam que o EI tem acumulado uma quantia semelhante a 600-900 milhões de dólares anuais resultante dessas atividades. Ao funcionar como um Estado, os militantes criaram um sistema financeiro complexo capaz de impor a todos os seus residentes, taxas de importação, rendas a negócios locais, multas por infração das regras estabelecidas, contas de serviços públicos e impostos de rendimentos (Falcão, 2014; Engel, 2015a; Lister, 2015a).

Os raptos constituem outra das fontes mais lucrativas do EI. Por exemplo, antes de ter executado o jornalista americano James Foley em Agosto de 2014, exigiu um resgate de 123 milhões de dólares (Macias e Bender, 2014). Estimou-se que nesse ano, o EI amealhou cerca de 20 milhões de dólares resultado dessas atividades (Logiurato, 2014). O rapto de jovens Yazidis que posteriormente serão escravizadas, são vendidas a

valores máximos de 170 dólares, constituindo uma base sólida de financiamento (Mccants, 2015a: 107).

As contribuições financeiras provenientes de doadores externos constituem outra base de receita da Organização. Algumas estimativas afirmam que o EI recebeu cerca de 40 milhões de dólares em contribuições vindas de homens de negócios, famílias abastadas e diversos doadores de países como a Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e os Emirados Árabes Unidos (Swanson, 2015).

Quando o EI controla uma nova cidade, uma das suas principais tarefas é a de saquear os museus e os locais culturais a fim de obter artefactos que posteriormente serão vendidos no mercado negro para amealhar dinheiro. Estima-se que já tenha saqueado antiguidades avaliadas no valor de 300 milhões de dólares, sendo transportadas através da Turquia, Líbano e Jordânia. Só a venda de artefactos, pilhados em museus sírios, angariou cerca de 36 milhões de dólares (Engel, 2016a; Falcão, 2014; Shabi, 2015, Swanson, 2015). Estima-se que o EI ganha 100 milhões de dólares por ano, da venda e contrabando de antiguidades (Alhakim *apud* Mellen, 2015). A área que abrange o Iraque e a Síria é tida pelos especialistas como o berço da civilização e portanto, uma das maiores áreas arqueológicas. Foi lá onde as primeiras cidades foram construídas, contendo inúmeros tesouros do período romano, grego, bizantino e islâmico (Shabi, 2015). Cidades como Palmyra, Apamea, Nimrud, Hatra e o museu e livraria de Mosul não ficaram poupadas à destruição e consequente venda de artefactos, que serviram posteriormente para financiar as operações da Organização (Curry, 2015). O EI saqueou quantias semelhantes a 1 bilião de dólares de bancos capturados no Iraque e na Síria (Kaplan, 2015). Um dos casos mais evidentes foi o saque ao Banco Central de Mosul, onde se apropriou de valores semelhantes a 429 milhões de dólares. De igual modo estima-se que tenha também saqueado uma larga quantidade de barras de ouro (Moore, 2014).

A EI tem feito esforços para vender equipamento de construção, cabos eléctricos e geradores capazes de produzir energia aos seus residentes. Estes são vendidos por valores que podem chegar aos 257-714 dólares por unidade. Por outro lado televisões LCD e outros bens electrónicos são também vendidos num valor médio de 143 dólares. A venda de carros e motas tem constituído outra fonte de receita visto serem vendidas no mercado local a valores que podem chegar os 4700 dólares. A venda de mobílias e outros bens podem por sua vez ser conseguidos por valores que rondam 34 dólares por unidade

(Swanson, 2015; Brinded, 2016). Outra forma de gerar riqueza tem sido o aluguer e o leilão de propriedades de pessoas que foram mortas ou que decidiram fugir dos territórios ocupados. Os bens dos inimigos do Estado como membros do exército e da polícia iraquiana, políticos, juízes e procuradores têm sido confiscados. Estes são posteriormente alugados aos seus residentes ou transformados em bases ou infra estruturas que por sua vez servirão os desígnios dos militantes (Swanson, 2015). Alguns dos combatentes estrangeiros, que viajam para o EI, trazem moeda com valor elevado, constituindo-se como outra fonte, embora limitada, de financiamento (Swanson, 2015).

As informações recolhidas e sintetizadas no quadro 2 evidenciam o indicador, desenvolvimento das próprias fontes de receita, da dimensão económica do conceito de Autarcia.

Quadro 2 - Principais fontes de receita no ano de 2014-2015

Fontes de receita	Receita estimada
Venda de petróleo	50 milhões mensais
Venda de produtos agrícolas	200 milhões de dólares anuais
Venda de fosfato, cimento e enxofre	50-300 milhões de dólares anuais
Tributação e extorsão	600-900 milhões de dólares anuais
Raptos e resgates	20 milhões de dólares anuais
Doações externas	40 milhões de dólares anuais
Venda de antiguidades	100 milhões de dólares anuais
Saques	1 bilião de dólares

Fonte: Retirado de Falcão, 2014; Roston, 2014; Swanson, 2015; Engel, 2015; Engel, 2016; Lister, 2015; Logiurato, 2014; Mellen, 2015; Kaplan, 2015.

Conforme se pode verificar, a exploração de petróleo, a tributação e extorsão, e a venda de produtos agrícolas são as principais fontes de financiamento, do EI, pelo seu carácter permanente. A receita é engrossada através de outras atividades, observáveis no quadro 2, que promovem uma base monetária que garante poder à Organização. Charles Lister, investigador do Brookings Doha Center, disse, à Der Spiegel, que o dinheiro “é a chave do EI”. “O Estado Islâmico é quase inteiramente autofinanciado” e que o EI “tem-se focado em atividades que lhe garantem a autossuficiência e independência financeira”

(Spiegel Online, 2014). Os dados apresentados mostram-nos como o EI tem usado o controlo de um território para alcançar as suas próprias fontes de receita. Importa esclarecer ainda de que forma é que tem potenciado esses recursos para reforçar a sua autonomia financeira e económica.

2.2. A Potenciação de Recursos

Como já foi explicado, o Estado Islâmico apresenta uma independência financeira, advinda da diversidade das suas fontes de rendimento. Neste subcapítulo pretende-se demonstrar qual a sua capacidade para potenciar os recursos apreendidos ou adquiridos.

O EI tem efetuado uma exploração intensiva dos poços e das refinarias existentes pois num clima de guerra civil, o petróleo constituiu-se como um trunfo. Em Setembro de 2015, estimava-se que de 253 poços de petróleo na Síria, 161 estavam operacionais, os quais foram rentabilizados pela Organização, não só para a venda desse recurso, como já foi dito, mas para ser enviado para as refinarias da Síria a fim de produzir produtos de fuel, diesel e gasolina. O EI tem assim realizado a prospeção e o tratamento do crude e para garantir a manutenção dos poços e das refinarias conta com 275 engenheiros e 1107 trabalhadores. Valerie Marcel, uma investigadora do Chatham house em Londres, afirma que o EI está a atrair técnicos que têm a habilidade e capacidade para garantir o funcionamento dessas instalações (Hendawi e Abdul-Zahara, 2015; Roston, 2014). A gasolina, fuel e diesel são uma mais valia nos seus veículos armados, carrinhas, nas centrais de energia e na criação de calor (Roston, 2014). Assim, o setor petrolífero constituiu-se para o EI como uma operação em crescimento, que semelhantemente a uma companhia petrolífera estatal tem aumentado em tamanho e especialização e que ao ser cuidadosamente gerida, recruta ativamente trabalhadores qualificados, desde engenheiros a formadores e gestores. Calcula-se que a produção de petróleo em território controlado pelo Estado Islâmico esteja aproximadamente entre os 30 mil barris na Síria e 10 a 20 mil barris no Iraque por dia (DN, 2015; Hendawi e Abdul-Zahara, 2015; Roston, 2014).

Com a ocupação e apropriação dos campos agrícolas o EI tem explorado e utilizado os cereais, essencialmente o trigo, não só para venda, mas também para a

produção da sua própria farinha e para a operacionalização das fábricas de pão (Swanson, 2015; Rekin e Mccants, 2015).

O EI tem evidenciado calculismo ao controlar a barragem de Fallujah, que lhe permite regular o curso do Eufrates, inundando ou condenado à seca as cidades que se situam a sul (Cockburn, 2014: 67). O controlo e a rentabilização sobre a barragem de Taqba e Mosul permitem-lhe gerar energia que garante electricidade às localidades vizinhas e água às populações (Macias e Bender, 2014). Tem ainda utilizado o fosfato, como recurso natural, extraído das minas Khnaifess, da Síria, para a produção de explosivos, fundamentais nas suas ações militares. Atualmente a Organização tem-se empenhado no transporte desta matéria-prima do Iraque para a cidade de Raqqah, na Síria (Alarabiya, 2014). À medida que o EI anexou território no Iraque, adquiriu também veículos americanos, armas e munições que posteriormente reutilizou nas suas campanhas militares (Pregent e Weiss, 2014).

O Estado Islâmico tem ainda potenciado os recursos humanos. O Conselheiro Nacional Adjunto para a Segurança no Iraque afirmou que quando cem combatentes do EI conquistam um território, é normal que sejam recrutados cinco a dez vezes a força original. Estes combatentes poderão não ser experientes, mas podem alistar-se apenas para defender as famílias. Assim, as fileiras do EI crescem rapidamente (Cockburn, 2014: 156).

A potenciação de recursos naturais, humanos e energéticos da dimensão económica do conceito de Autarcia, pode ser verificada através do quadro 3 que foi construído com base nas informações recolhidas neste sub-capítulo.

Quadro 3 - Potenciação de recursos no ano de 2014-2015

Recursos	Formas de utilização
Energéticos	<ul style="list-style-type: none"> -Exploração das refinarias de petróleo existentes -Operacionalização de 161 poços de petróleo sírios -Extração diária de 30 000 barris na Síria -Extração diária de 10 000-20 000 barris no Iraque -Prospecção, tratamento do crude; -Produção de produtos diesel, fuel, gasolina -Utilização nos veículos e centrais de energia
Naturais	<ul style="list-style-type: none"> -Exploração de campos agrícolas -Operacionalização das fábricas de pão -Utilização dos cereais armazenados dos silos apreendidos - Produção de farinha
	<ul style="list-style-type: none"> -Controlo de água -Exploração de fosfato, cimento e enxofre -Produção de explosivos a partir do fosfato
Humanos	<ul style="list-style-type: none"> -Rentabilização de 275 engenheiros e 1107 trabalhadores para operarem nas refinarias -Recrutamento de combatentes após a anexação de uma área terrestre
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> -Transformação e aluguer de infraestruturas e bens dos inimigos - Controlo da barragem de Taqba e Mosul para produção de eletricidade -Atração de mão-de-obra especializada

Fonte: Retirado de Cockburn, 2014; DN, 2015; Engel, 2015; Falcão 2014; Lister, 2015; Logiurato, 2014; Mellen, 2015; Kaplan, 2015; Roston, 2014; Swanson, 2015.

Observa-se assim que a maximização de recursos naturais, humanos e energéticos, presentes na área terrestre conquistada, é efetuada pelo valor que o EI lhe atribui na concretização da sua autosuficiência.

2.3. O Poder Económico do Califado

A informação que descrevemos permite-nos testar a segunda hipótese, que afirma que a exploração dos recursos naturais e energéticos das províncias conquistadas pelo EI resulta da tentativa deste Estado de criar uma economia autossuficiente, inspirada no conceito de autarcia económica. Para o efeito, tivemos ainda em conta os dois

indicadores da dimensão económica. Um dos indicadores consiste no desenvolvimento das próprias fontes de receita referidas sintetizadas e o outro indicador diz respeito à potenciação de recursos naturais, humanos e energéticos.

Os dados apresentados evidenciam a forma como o EI tem rentabilizado os recursos que tem ao seu alcance, existentes ou adquiridos, com o objetivo de conseguir a sua autossuficiência. O facto do EI controlar um território permitiu-lhe uma autonomia e um poder que nenhum outro grupo terrorista tinha alcançado. Os indicadores utilizados permitem-nos avaliar a dimensão económica do EI e analisar o seu nível da autarcia. Como vimos, o Estado Islâmico conseguiu criar, uma semelhança a um Estado, com todos os atributos que este tem, inclusive a independência económica e financeira. O EI, em vez de destruir, tem sabido rentabilizar os recursos naturais, humanos e fontes energéticas que tem conquistado, para financiar o Estado que quer construir. Com múltiplas fontes de receita e ainda com contribuições externas, tornou-se autossuficiente. A robustez financeira do EI acaba por garantir-lhe condições para ações de largo porte. O EI tem assim, um enorme poder económico, com financiamentos diversos que lhe conferem uma autonomia económica e financeira e garantem a sua sobrevivência e essencialmente estar livre de qualquer dependência económica internacional. Mas, como veremos de seguida, a ambição expansionista do EI, baseada em fundamentos religiosos, que lhe atribuem uma missão inexorável, leva-o a querer consolidar uma posição de destaque, que garanta o seu poder no Sistema Internacional para estabelecer uma ordem mundial islâmica.

3. O Pan-Islamismo e a Hegemonia Islâmica

3.1. As Províncias Islâmicas

Atualmente a Organização abarca grupos em oito países, para além do Iraque e da Síria. Aos seus afiliados o EI denomina de “*wilayats*” ou “províncias”, entendidas como porções de terra semi-independentes, que variando em dimensão têm o intuito de se expandir geograficamente. A crescente variedade de afiliados evidencia a influência da organização em diversas partes do mundo. A sua expansão vai além do Califado, que

atualmente compreende um terço do Iraque e da Síria (Rahmani e Tanco: 2016). As províncias são uma ameaça ao ocidente, na medida em que permitem a expansão da sua influência ao longo de diversas partes do mundo, e na sua consequente infiltração de conflitos regionais. O EI afirma ser o representante de todo os muçulmanos e por isso as suas operações estendem-se a todo o mundo muçulmano (ver anexo IX) (Byman, 2016).

Através do seu slogan “permanecer e expandir”¹⁵, o EI segue um quadro estratégico que corresponde a uma campanha composta por três objetivos: a defesa dos territórios do Iraque e da Síria; a expansão das suas operações ao longo da região e a desestabilização e recrutamento a nível global. O seu objectivo de consolidar um Califado próspero, passa por uma guerra global que compromete os Estados a competir pela sua legitimidade. O Califa esta vinculado à ideia de que para o seu Estado sobreviver, tem de projetar o seu poder noutras áreas do globo (Mcfate, 2015a; Mcfate, 2015b: 11).

Desde a proclamação do Califado, em Junho de 2014, que um conjunto de organizações e individuais juraram obediência ao novo Califa. Presentemente, o novo Estado começou a abarcar aliados poderosos no Egito e na Líbia tidos como capazes de controlar as suas próprias redes e superfície geográfica. Outros aliados no Iémen, Nigéria, e no Cáucaso apesar de ainda não disporem de capacidades de controlo de território constituem-se como pontos de referência à projecção de influência por parte da Organização (Rahmani e Tanco: 2016; Zellin, 2014). A expansão do novo Califado e a criação das suas províncias é por sua vez anunciada pelo Califa e mencionada na revista Dabiq:

Glad tidings, O Muslims, for we give you good news by announcing the expansion of the Islamic State to new lands, to the lands of al-Haramayn [Saudi Arabia] and Yemen... to Egypt, and Argelia. We announce the acceptance of the bay'ah of those who gave us bay'ah in those lands , the nullification of the groups therein , the announcement of new wilayat [provinces] for the Islamic State, and the appointment of Wulat [leaders] for them (Dabiq, 2014: 24; Stern e Berger, 2015: 216)¹⁶.

Estimava-se que em Novembro de 2015, o EI geria 19 Wilayats no Iraque e na Síria, incluindo duas, Al Jazeera e Al-Furat (ver anexo X), que atravessavam fronteiras

¹⁵ “Remaining and Expanding”.

¹⁶ Tradução livre do autor: “Boas novas, muçulmanos, que vos transmitimos ao anunciar a expansão do Estado Islâmico para novas terras, para as terras de al-Haramayn [Arábia Saudita] e Iémen, para o Egito, a Líbia e a Argélia. Anunciamos a aceitação do *bayat*, daqueles que nos concederam bayahh nessas terras, a anulação dos grupos aí existentes, o anúncio de novas Wilayat [províncias] para o Estado Islâmico e a nomeação de Wulat [líderes] para elas (Dabiq, 2014: 24; Stern, 2015: 216).

estatais reconhecidas internacionalmente e 18 Internacionais, na Líbia, Arábia Saudita, Bharain, Iémen, Argélia, Egito, Afeganistão, Paquistão, Nigéria e o Norte do Cáucaso (Lister, 2016: 17).

A Líbia forma um dos maiores exemplos dos planos expansivos do EI. A 13 de Novembro de 2013, Al-Baghdadi anunciou a criação de três *Wilayats* no seu território, a *Wilayat al-barqah*, *Wilayat al-Taraubulus* e *Wilayat al-Fizan*. Com a queda do ditador Muammar Gaddafi, o país mergulhou num caos, permitindo a ascensão de grupos extremistas. Desde então, a Líbia tem sido governada por dois governos rivais, sendo um legitimizado internacionalmente e que controla a parte este, do país, e outro a oeste que controla a capital de Trípoli. A tentativa fracassada de estabelecer um governo inclusivo de unidade nacional, que garantisse a estabilidade, permitiu ao EI explorar o vazio de poder e tomar parte do território líbio. A Líbia constitui-se como um território atrativo para a Organização visto ser um local seguro à sua expansão. Devido à sua proximidade com a Europa, o país forma uma potencial base de receção de combatentes estrangeiros e de ataques terroristas. Os recursos petrolíferos e as reservas de material bélico deixadas pelo ditador deposto, têm constituído um objetivo dos jihadistas que, têm enveredado numa conquista territorial semelhante à do Iraque e da Síria (Engel, 2016b; Micallef, 2015b; Qsyier, 2015).

O EI tem mobilizado os combatentes do Califado para assegurar o seu poder na Líbia. Atualmente os jihadistas controlam um vasto território que se estende ao longo da costa Mediterrânea no centro da Líbia, com a cidade de Sirte a servir como base principal. Cidades como Misrata a Oeste e Ajdabiya a este formam a superfície disputada. A área que se estende de Sirte a Ajdabiya é composta por infraestruturas exportadoras e produtoras de petróleo. As agências de informação ocidentais estimam que até ao momento, o EI conta com 2000 a 3000 militantes na Líbia. A posição da organização dentro do país aumenta à medida que avançam sobre os campos energéticos. Estimava-se que no ano de 2015, o EI controlava já 10% da produção de petróleo líbia, angariando uma quantia avaliada em 20-25 milhões de dólares mensais (ver anexo XI) (Micallef, 2015b).

O grupo jihadista *Ansar Bait al-Maqdis* jurou fidelidade ao EI em 2014, em Raqqah, passando a ser conhecido como *Wilayat Sinai*. O grupo tem emergido como um dos grupos militantes mais poderosos que emergiram na península do Sinai após a

revolução que se alastrou a toda a região e que culminou em 2011, na queda do presidente egípcio Hosni Mubarak. No Sinai existe pouca legitimidade das instituições centrais junto à sua população e um vácuo de segurança permitindo assim aos terroristas estabelecerem-se nessa área geográfica. A província do Sinai tem-se tornado numa rota crucial ao contrabando de material bélico, especialmente dos grandes stocks de armas apropriados de Gaddafi, que posteriormente têm alimentado os diversos conflitos na região (Alfred, 2015). A Organização alberga já 500-1000 soldados nas suas fileiras. O grupo é nomeadamente ativo na cidade de Jamal Habal, e esteve ligado a numerosos ataques às forças governamentais e na queda de um avião russo que matou 224 passageiros (Rahmani e Tanco: 2016).

Além do Norte de África e do Médio Oriente, a Organização dispõe de uma província na Nigéria, a *Wilayat Gharb Afriqiyah*, após o grupo insurgente Boko Haram ter jurado fidelidade ao EI. De acordo com as estimativas de Banco Mundial, 100 dos 174 milhões de habitantes vivem na extrema pobreza. O país é marcado pela tensão política e económica entre grupos cristãos e muçulmanos (Ijtemaye, 2014; Rahmani e Tanco, 2016). Estima-se que o grupo tenha cerca de 9 000-15 000 membros que lutam diariamente para derrubar o governo e criar um Estado Islâmico. O grupo nigeriano promove uma versão do Islão que proíbe qualquer prática política e social associada com os valores ocidentais. Através dos seus ataques a bases militares e bancos, ganhou controlo sobre volumosas quantias de dinheiro e armas. O grupo atua essencialmente no nordeste da Nigéria. Contudo, já efetuou ataques ao longo de diversas zonas do país e em Estados vizinhos como os Camarões, Chade e Nigéria (Chothia, 2015; Withnall, 2015; Rahmani e Tanco, 2016).

O EI estabeleceu ainda a sua presença no Iémen em Novembro de 2014, altura em que Baghdadi aceitou o juramento de fidelidade dos apoiantes no país. Desde então o Estado tem constituído uma província do EI, a *Wilayat al-Iémen*. Estima-se que os seus 300 militantes atuam nas 21 províncias que compõem o Estado (Rahmani e Tanco: 2016). O Iémen é um dos países mais pobres do mundo árabe que tem experienciado uma guerra civil desde Março de 2015, que opõe os rebeldes Houthis ao governo central, apoiado pela Arábia Saudita e os Estados Unidos. Os conflitos têm criado um vácuo de poder, permitindo a expansão do EI, que se tem estabelecido principalmente no sul do país (Engel, 2015c).

O Afeganistão é outro dos países onde o EI tem uma influência desestabilizadora apesar da competição existente que tem com o grupo militante Talibã. Em Janeiro de 2015, o EI estabeleceu a *Wilayat Khorasan*, abarcando áreas do Afeganistão e Paquistão. Estima-se que atualmente o grupo compreenda cerca de 1000-3000 soldados nas suas fileiras (Boghani, 2016). Os seus militantes têm sobretudo atacado as forças de segurança afegãs. Contudo, na Província de Nangarhar, o grupo batalha com os Talibãs, pelo controlo dos campos de papoila (Rahmani e Tanco: 2016). Por outro lado, a expansão das operações do EI no Cáucaso do Norte tem contribuído para a prolongar a insurgência contra o governo de Moscovo, promovendo ataques ao longo da região (Duggulin, 2016). Os líderes jihadistas nas regiões da Ingushetia, Chechnya e Dagestão situadas no sul da Rússia, declararam a sua fidelidade ao novo Califa no final do ano de 2014 (Leigh *et al.*, 2016), formando a *Wilayat Qawqaz* (Rahmani e Tanco, 2016). Na Arábia Saudita, o grupo conta com uma Província, a *Wilayat Najd*, situada no centro do país. Outros grupos sauditas, tais como a *Wilayat al Haramayn* e a *Wilayat Hijaz* têm agido de acordo com os desígnios da Organização. O grupo já afirmou responsabilidade por diversos ataques suicidas às comunidades xiitas não só na Monarquia Saudita mas no Kuwait (Rahmani e Tanco, 2016; Shaheen e Stephen, 2015). Na Argélia, o EI conta com uma Província, a *Wilayat al Jaza'ir*, responsável por raptar e decapitar o cidadão francês Herve Gourdel, em retaliação à intervenção militar da França no Iraque (Rahmani e Tanco, 2016).

O fenómeno das Wilayats pode ser entendido por alguns autores como:

as part of ISIS “Ink Spot” strategy. The provinces themselves are mini Islamic states that will expand through proselytizing and war. As the ink spots expand, the borders will meet up, forming a larger entity. And as more and more provinces pledge alliance to ISIS, they may encourage other independent groups to do the same (Lister, 2016: 18; Byman, 2016)¹⁷.

Estima-se que alguns grupos se juntam ao EI para obter auxílio técnico e financeiro. No Afeganistão, o EI ofereceu centenas de milhares de dólares a combatentes talibãs, pelo seu apoio na conquista de território e recrutamento. Por outro lado, o EI auxiliou grupos como o Boko Haram em desenvolver a qualidade da sua propaganda, através de produções mais sofisticadas, divulgadas via twitter. O novo Califado é

¹⁷ Tradução livre do autor: As *Wilayats* fazem parte da estratégia de “Ink Spot” preconizada pelo EI. As províncias são semelhantes mini Estados Islâmicos que se expandem através do proselitismo e guerra. À medida que elas se expandem, as fronteiras acabam por se encontrar, formando uma entidade larga. À medida que mais províncias se juntam ao EI, elas encorajam outros grupos a fazer o mesmo (Lister, 2016: 18; Byman, 2016).

responsável por enviar para as suas províncias, combatentes mais experientes a fim de ajudarem os seus apoiantes. As províncias, por sua vez, também beneficiam o núcleo do Califado. O alargamento de novos aliados afiliados, permite associar à Organização uma imagem mais poderosa e atractiva. As províncias constituem o alcance estratégico do Califado, permitindo escoar os seus guerreiros e redes ao longo de todo o Médio Oriente. A Líbia é um dos casos mais evidentes, formando uma base de ataques para os territórios vizinhos. Os afiliados constituem-se como potenciais refúgios para os líderes, caso a Organização sofra derrotas no Iraque e na Síria (Byman, 2016).

A expansão num novo território constitui-se como uma forma de defesa da Organização e como parte de um plano operacional de tornar o seu Califado maior. A sua estratégia estende-se a três zonas geográfica: a primeira ao Iraque e ao Levante, a segunda ao Médio Oriente e o Norte de África, e a terceira que engloba a Europa, a Ásia e os Estados Unidos (Mcfate, 2015b: 11). Num vídeo protagonizado por um jihadista francês, são visíveis as ameaças diretas a países situados na Europa, como Portugal e Espanha, situados no Al-Andalus, nome pela qual era designada a península Ibérica, durante os séculos de hegemonia muçulmana:

A Península Ibérica jamais será esquecida [...] Al-Andalus tem paciência. Não eras espanhola nem portuguesa, mas sim muçulmana [...] Oh querida Al-Andalus! Pensaste que tínhamos esquecido. Juro por Deus que jamais o fizemos. Nenhum muçulmano pode esquecer Córdova, Toledo e Xátiva [Valência]. Há muitos muçulmanos sinceros e fiéis que juraram recuperar Al-Andalus (Observador, 2016).

Num mapa colocado nas redes sociais usadas pelos jihadistas, pode ver-se até onde estes querem estender o seu Califado nos próximos cinco anos. Em 2020, os jihadistas almejam dominar não só os países muçulmanos, mas também uma área terrestre que se estende desde a fronteira sul do Quênia, até Portugal e Espanha, passando pela Áustria e os Balcãs (ver anexo XII) (DN, 2014). É contudo na revista Dabiq, disponível online, que o EI demonstra as suas intenções a longo prazo:

The flag of Khilafah will rise over Makkah and al-Madinah, even if the apostates and hypocrites despise such. The flag of Khilafah will rise over Baytu-Maqdis [Jerusalem] and Rome, even if the Jews and Crusaders despise such. The shade of this blessed flag will expand until it covers all eastern and western extends of the earth, filling the world with the truth and justice of Islam and putting an end to the falsehood and tyranny [ignorance], even if America and its coalition despise such (Dabiq, 2014: 3; Mcfate, 2015a)¹⁸.

¹⁸ Tradução livre do autor: “A bandeira do Califado será hasteada sobre Meca e Medina, mesmo que os apóstatas e hipócritas o duvidem. A bandeira do Califado se erguerá sobre Baytul-Maqdis [Jerusalem] and

A declaração esclarece o objetivo primordial do EI que pretende expandir-se de forma a unificar a civilização islâmica em torno de um Califado regido por leis divinas, e conquistar o resto do mundo pela *jihad*, o que vai ser explorado de seguida.

3.2. A Ideologia do Estado Islâmico

Foi no final dos anos 60 que surgiu o Islão político, como força política, consequente de um conjunto de acontecimentos no seio do mundo islâmico, muito especialmente a derrota árabe face a Israel na guerra de 1967. Tal acontecimento, designado entre os árabes como o “Desastre”, foi entendido como uma humilhação da *Ummah*, comunidade dos crentes de Alá, e associado ao afastamento da religião e à adoção dos costumes ocidentais. Tal facto fez desencadear no mundo muçulmano um período de crise e o surgimento de um movimento de análise introspetiva impondo-se assim, a necessidade de voltar ao Islão. Os islamitas têm obtido importantes e alargadas vitórias em numerosas frentes. Têm forçado os governos a introduzir medidas para a islamização social ao entrar na vida política oficial, dominando áreas de poder, como os sindicatos, campus universitários e os bairros das grandes cidades (Pinto, 2008: 16).

Os fundamentalistas muçulmanos de hoje recuperaram o conceito de *jihad*, aplicando-o de uma forma alargada, isto é, defendendo que a guerra santa contra os “infiéis” deve manter-se até ser alcançado o seu objetivo: o mundo ter-se convertido à fé islâmica e estar submetido à autoridade do Estado Islâmico. Deste modo, todo o muçulmano tem o direito e dever de lançar a *jihad* com vista a transformar a sociedade. Julgam-se legitimados a “excomungar” ou a considerar apóstatas os dirigentes “ímpios” e, se necessário, utilizar meios violentos para derrubar a ordem vigente. No plano do mundo exterior, julgam-se envolvidos numa guerra apocalítica, uma guerra total destinada a defender o Islão da hegemonia ocidental e a impô-lo aos “infiéis” que ainda não o partilham. Os extremistas consideram que as atuais nações islâmicas não têm legitimidade na medida em que não aplicam os preceitos do Islão (Pinto, 2008: 17).

Roma, mesmo que os judeus e crusados o duvidem. A sombra da bandeira abençoada expandir-se-á até que cubra todo o este e o oeste da Terra, proclamando o mundo com a verdade e justiça do islão e pondo fim à falsidade e tirania da jahiliyyah [ignorância], mesmo que a América e a sua coligação o duvidem” (Dabiq, 2014: 3; Mcfate, 2015a).

Assim, o Islão contemporâneo é caracterizado por uma intensificação da consciência islâmica a nível das massas do mundo muçulmano que os especialistas classificam de “revivalismo”, “ressurgimento” ou “fundamentalismo”. O fundamentalismo religioso “implica sempre um regresso aos preceitos originais, aos alicerces puritanos da fé” e é a este fenómeno que estamos a assistir no Islão (Pinto, 2008: 20).

Independentemente das premissas subjacentes às bases ideológicas do fundamentalismo islâmico¹⁹ existe uma grande variedade de movimentos islamitas resultado dos contextos geográfico-políticos específicos, mas também da multiplicidade

¹⁹Os movimentos islâmicos fundamentalistas atuais, seguem bases ideológicas, que podem ser traduzidas em diversas premissas:

1.O Islão é visto como um sistema total que rege a existência humana e que tem de ser aplicado em todos os tempos e lugares e que não admite a separação entre fé (*din*) e o estado (*dawla*). O Alcorão e Sunna constituem as bases da Lei muçulmana (*Sharia*), competindo ao Estado aplicá-la integralmente;

2.O renascimento espiritual implica o retorno ao “verdadeiro caminho”, regresso aos preceitos religiosos originais, ao puritanismo dos *salaf* isto é, numa imitação dos “antigos” no sentido de seguir rigorosamente o estilo de vida do profeta Maomé;

3.Cada muçulmano deve ter como objetivo último, lutar pela realização de uma ordem islâmica na terra, que exige a propagação do Islão o que pode envolver a *jihad*, que significa “esforço no caminho de Deus”. Esta expressão evocava a ideia do combate pelas armas, sentido que lhe é dado no Alcorão “crede em Deus e no seu profeta e combatede vigorosamente na senda de Deus, com os vossos bens e as vossas pessoas” (Pinto, 2008: 21).

4.Cada muçulmano tem a obrigação de lançar o apelo geral às armas para alcançar a universalidade da revelação muçulmana e esta obrigação não tem limites, devendo durar até o mundo inteiro tenha perfilhado a fé islâmica e esteja submetido à autoridade do Estado Islâmico. A obrigação da *jihad* tem subjacente a possibilidade de martírio, e exige que os crentes estejam preparados para sacrificar a sua própria vida;

5.O Islão luta para estabelecer a soberania de Deus e portanto a ordem islâmica, à escala universal. Para isso, tudo o que se oponha à propagação do Islão na terra, deve ser combatido, suprimido, incluindo os Estados, os sistemas sociais e as tradições que não aceitam o Islão;

6.O Islão limita a propriedade privada tendo em conta o bem-estar da comunidade, considerando que toda a propriedade pertence, em última instância, a Deus;

7.A legitimação dos governantes e das instituições devem fundamentar-se nos princípios da *Sharia* e nos princípios estabelecidos pelo Profeta e pelos quatro Califas. Enquanto os governantes seguirem a *Sharia* e governarem com justiça a comunidade dos crentes em Alá (*Ummah*), o povo tem de prestar-lhe fidelidade e obediência o que configura o “contrato social”;

8.A conduta individual e coletiva da *Ummah* deve seguir o puritanismo dos *salaf* e a mensagem e vida do profeta. A função do Estado Islâmico é fazer cumprir o estabelecido pela lei islâmica. A família é a pedra angular da estrutura social, cabendo aos homens uma posição de comando e de responsabilidade e às mulheres serem modelos de amor e gentileza devendo estas usar vestuário que mantenha a dignidade;

9.A ideologia deve seguir um programa que implica um ativismo contínuo e que cria a necessidade de aplicar a *Sharia* a novas circunstâncias, o que exige a *Jihad*, isto é, a necessidade de reflexão e de busca da pureza original do Islão para fazer interpretações convenientes da lei islâmica (Pinto, 2008: 20-21).

de interpretações religiosas e por isso muitos tipos de crentes muçulmanos com diferentes graus de empenhamento religioso. Apesar dos grupos fundamentalistas, que proliferam no mundo islâmico, comungarem o mesmo objetivo de criar um Estado teocrático numa sociedade convertida aos valores do Islão, defendem meios diferentes para alcançar tal objetivo. Alguns especialistas fazem distinção entre o tipo de islamitas ativistas e radicais. Os primeiros pertencem a grupos com uma organização fechada e de tipo secreto, dirigidos por uma liderança carismática e autoritária; Perfilham uma visão radical do processo social e político; e costumam desenvolver ações políticas de ordem subversiva ou terrorista, contra a ordem social dominante, para a substituir por uma sociedade genuinamente islâmica. Os segundos concentram a sua atenção em certos aspetos da doutrina islâmica, tal como o conceito de soberania divina e o papel da *jihad* o que lhes confere uma acentuada rigidez intelectual e dogmatismo, visto rejeitarem as leis humanas seculares que admitem a separação da esfera política e religiosa, e exigirem o desmantelamento dos sistemas políticos que as colocam em prática (Pinto, 2008: 21). Estes grupos articulam discursos em torno de formas culturais, religiosas e éticas que não admitem a possibilidade negocial ou até existencial de outros que não os professantes, sendo a sua representatividade pautada pela intransigência, radicalismo e a sua consequente violência extrema. O jihadismo global, tido como a ideologia que sustenta o Estado Islâmico, é exemplo disso. Embora tenha latente uma militância islâmica sunita que lhe fornece o fio condutor, usa a máscara de uma moral religiosa para utilizar a violência contra todas as estruturas sociais, políticas e religiosas, procurando a conquista de poder para posterior reislamização da sociedade, corrompida pelos valores ocidentais (Duarte, 2015: 15-24).

A dimensão religiosa que enquadra o jihadismo global é a corrente salafista também designada salafismo-jihadista. O Salafismo é um apelo ao retorno às crenças, práticas do Islão primordial. O termo “salafismo” é uma referência direta a esses primeiros anos e refere-se às primeiras gerações de muçulmanos, conhecidas como *Salaf*. Consideram que séculos de estudo e de interpretação humana, influenciada por tradições religiosas preexistentes, preconceitos culturais, agendas políticas e interesses individuais, apenas contribuíram para corromper o Islão e conseqüentemente levarem ao declínio do mundo muçulmano. Defendem que as únicas fontes necessárias com autoridade, para se ser um muçulmano devoto, são o *Alcorão* e a *Sunnah*. Os *salafistas* políticos, acreditavam

que a violência constitui uma solução para solucionar os problemas relacionados com a corrupção do Islão e a opressão do mundo muçulmano (Stern e Berger, 2015: 302).

O movimento salafismo-jihadista tem um entendimento extremista de algumas partes das escrituras islâmicas que são textualmente analisadas com rigor e profundamente enraizadas numa tradição teológica pré-moderna e extensivamente elaboradas por um quadro reconhecido de autoridades religiosas. Os defensores desta linha dura defendem que o verdadeiro Islão só pode ser estabelecido pela espada e pela *jihad* violenta (Bunzel, 2015: 7).

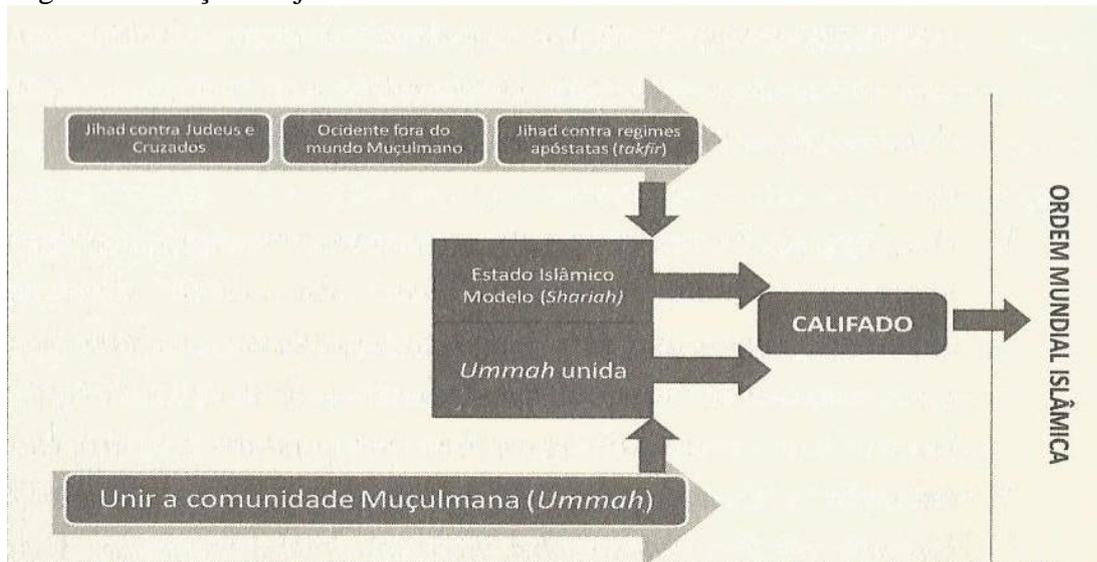
A violência jihadista é muitas vezes associada e interpretada como fruto do fanatismo religioso e de uma cultura de martírio. Contudo, o jihadismo não é um subproduto da religiosidade islâmica, pois a violência pelo jihadismo tem objetivos políticos, para além da radicalização religiosa. Também não é um excepcionalismo violento do Islão, nem uma violência irracional, nem uma ideologia que assenta na separação da teoria e prática. É uma ideologia que tem um corpo secular e moderno, em muito semelhante às ideologias revolucionárias ocidentais do século XX (Duarte, 2015: 19).

Ao longo da História houve muitos grupos milenaristas, embora o jihadismo global os ultrapasse em termos de violência e riqueza no mundo atual. O EI é um grupo com uma ideologia extremista que mata com crueldade deliberada os seus inimigos e as minorias que os ofendem, bem como todos aqueles que se opõem, ou recusem a sua ideologia (Stern e Berger, 2015: 270). A prática atual do EI inclui a matança de populações civis e até muçulmanos como um alvo propositado, nos casos em que haja traição do islamismo, e a declaração de uma “guerra total aos xiitas”, considerados apóstatas. Uma outra prática adotada pelo EI é a decapitação, sendo esta utilizada como um poderoso meio de exprimir a sua autoridade e uma maneira eficaz de intimidação de potenciais inimigos. O recurso a ataques de bombistas suicidas é uma prática regular, sendo esse ato interpretado como um “martírio legítimo” e não suicídio (Duarte, 2015). O espírito do terrorismo leva os seus atores a colocarem em jogo a sua própria morte de modo ofensivo e eficaz, de acordo com uma intuição estratégica que tem em vista a fragilidade do adversário e de um sistema que vive da exclusão da morte (Baudrillard, 2002: 21).

O jihadismo global, tem a médio prazo, objetivos políticos bem definidos e uma essência secular revolucionária e a longo prazo, objetivos políticos intangíveis e um discurso carregado de elementos de religiosidade islâmica. No plano operacional, isto é, no processo de reificação da ideologia está a violência armada levada a cabo pelo EI. Este tipo de violência enquadra-se genericamente na subversão armada, ou guerra subversiva (Duarte, 2015: 13). O EI privilegia o tipo de guerra subversivo, cujas táticas operacionais são o terrorismo, a insurreição e a guerra de guerrilha, operacionalizando a força na consecução da vitória, isto é, alcançar o seu fim último que passe pela alteração ou conquista da ordem e do poder vigentes (2015: 27).

Carl Von Clausewitz, entendia a guerra como um ato de violência que tinha em vista a coação do adversário com vista à submissão da vontade de uma das partes em confronto (2007: 10). De fato, o conflito armado é operacionalizado pelo EI através dos seus atos de violência levados ao extremo. Ainda na perspetiva do estratega prussiano, o objetivo de toda a guerra passava pelo desarmamento e derrota do inimigo. Para tal, era necessário que o adversário fosse coagido a obedecer à vontade de uma das partes em confronto, colocando-o numa posição que fosse mais cruel do que o sacrifício que lhe fora exigido (2007: 13). É o que se verifica com o jihadismo global que visa a conquista de poder através da corrosão subversiva do poder formal utilizando a violência armada, travando uma guerra do foro político que, pelo desgaste prolongado *do status quo* vigente, procura o estabelecimento de uma nova ordem. O mote para a aplicação da força é a recuperação de determinado controlo territorial o que se constitui como um objetivo político. Os objetivos gerais do jihadismo global podem sintetizar-se na libertação da comunidade muçulmana, daqueles que são considerados os inimigos do Islão (Duarte, 2015: 109-112). O programa de intenções e os objetivos políticos do jihadismo, é apresentado através do seguinte esquema:

Figura I: Intenções/objetivos do Califado



Fonte: Adaptado de Duarte, Felipe (2015) *Jihadismo Global: Das Palavras aos Actos*. Queluz de Baixo: Marcador Editora, 112, figura 1.

Assim, o primeiro objetivo político de todo o jihadismo é a libertação de território historicamente islâmico da ocupação não-muçulmana com vista a alcançar um outro objetivo relacionado com a implementação de um Estado e uma sociedade Islâmica pela *Sharia* nesses mesmos territórios. Há assim, uma orientação internacional, focada no muçulmano individual que vê no uso de violência armada, justificada por uma dimensão ideológica, a melhor forma de combater a agressão não muçulmana (Duarte, 2015: 113). A grande solução reside na unificação da Ummah sob a bandeira de uma determinada versão do Islão e na violência (*Jihad*) como uma forma de tomada (e defesa) do poder (Duarte, 2015: 114). O EI constitui-se como um grupo subversivo que para alcançar os seus fins ideológicos utiliza táticas de terrorismo. Explora a relação entre os *media* e a violência como a melhor forma de publicitar e popularizar uma determinada noção de resistência islâmica. Assim, o jihadismo global surge tanto melhor estruturado, quanto melhor for explorada e localizada a dinâmica de oportunidades e constrangimentos socio-políticos. As redes sociais da internet são um instrumento preponderante na difusão e comunicação estratégica jihadista, a fim de propagar a mensagem e convencer muçulmanos a rejeitar os valores ocidentais e os regimes apóstatas (Duarte, 2015: 115).

3.3. O Expansionismo do Califado

A informação exposta fornece-nos contributos para testarmos a terceira hipótese que associa o alargamento das fronteiras do EI a Estados considerados mais fracos no Médio Oriente, Ásia e Norte de África, com a criação de uma Pan Região hegemónica e consequente alargamento da fé islâmica a todo o mundo. Utilizámos também os indicadores que avaliam a dimensão jurídica, para análise do conceito de fronteira elástica e os indicadores que avaliam a dimensão geográfica e ideológica, para análise do conceito Pan Região e hegemonia respetivamente.

Como já foi referido, um dos indicadores da dimensão jurídica é o redesenho e o desrespeito das fronteiras estabelecidas. Verificámos que, a expansão territorial do EI, que se estende sobre a fronteira do Iraque e da Síria, “Syraq” (Kelly e Nudelman, 2014; ver anexo XIII) e a proclamação do Califado, evidenciam por si só, o desrespeito das fronteiras dos Estados existentes. Abu Bakr Al-Bahghdadi, revela essa desconsideração quando caracteriza o seu Califado, como um “Estado em que Árabes e não Árabes, brancos e negros, orientais e ocidentais serão irmãos [...] A Síria não pertence aos Sírios e o Iraque não pertence aos Iraquianos. O mundo pertence a Alá” (citado por Cockburn, 2014:15). O Califa afirma ainda:

Aqui a bandeira do [monoteísmo] ergue-se e ondeia. A sua sombra cobre o território de Aleppo e Diyala. Por baixo dela, os muros dos [soberanos ilegítimos] foram demolidos, as suas bandeiras arrasadas e as suas fronteiras destruídas. Os soldados foram mortos, encarcerados ou derrotados. Os muçulmanos estão honrados (citado por Stern e Berger, 2015: 148).

As afirmações do líder do EI colocam em causa, desconsideram, destroem, tiram a legitimidade a qualquer poder político ou decisão jurídica que não esteja submetida à vontade de Alá. Só este é o dono do mundo e tudo está sujeito ao seu poder e orientação. Neste sentido os muçulmanos sentem-se vitoriosos e honrados quando destroem a identidade, incluindo as fronteiras daqueles que são considerados infiéis. O EI não reconhece a legitimidade dos Estados que foram implementados no Médio Oriente, a partir dos interesses ocidentais, e por isso, queima os passaportes e as identificações nacionais para assim formar uma nova identidade com base numa sustentação sunita do Islão (Macedo, 2014).

Jessica Lewis Mcfate, a diretora de pesquisa do Instituto de Estudos para Guerra, afirma no que na sua forma mais perigosa, o EI constitui-se como um “counter-state” ou um “state-breaker”, que após conquistar novas cidades pela força, reivindica novas regras

e novas fronteiras (2015b, 11; Mcfate, 2015a). Brian Fishman, um perito em terrorismo, considera que “enquanto o EI existir, as suas fronteiras serão sempre sangrentas” (Fishman *apud* Kelley e Nudelman, 2014). Desde a declaração do Califado que o porta-voz do EI deixou bem claro que:

We clarify to the Muslims that with this declaration of Khilafah, it is incumbent upon all muslims to pledge allegiance to the Khalifah Ibrahim and to support him [...] The legality of all emirates, groups, states, and organizations becomes null by the expansion of the Khilafah’s authority and arrival of its troops to their areas [...] Listen to your Khalifah and obey him. Support your state, which grows every day [...] (Adnani *apud* Lister, 2016: 15)²⁰.

Esta declaração reforça a obrigatoriedade de fidelidade ao Califa e tem implícito um conceito de fronteira elástica dado que, ao expandir-se, o EI rompe e redefine as fronteiras pré estabelecidas. Os exemplos apresentados espelham que o EI não respeita, nem legitima o estabelecido pelos Tratados Internacionais tendo já procedido à anulação das fronteiras anteriormente estabelecidas pelo Tratado de Sykes-Picot, mais especificamente do Iraque e da Síria, sendo, neste caso, redesenhada uma fronteira que agregou os dois territórios num só.

Para avaliarmos a dimensão geográfica do conceito de Pan-Região usámos dois indicadores; subjugação dos Estados fracos e criação de áreas funcionais com motivação hegemónica. O indicador relacionado com a subjugação dos Estados fracos pode observar-se através da missão estratégica do EI que tem como base o *slogan* “Permanecer e Expandir”, atrás mencionado, cujos objetivos são, a defesa das áreas conquistadas no Iraque e na Síria e a expansão do seu Califado noutros territórios (Mcfate, 2015a; Mcfate, 2015b; Dabiq, 2014). Como verificamos no subcapítulo sobre as províncias islâmicas, o EI tem elegido, como áreas privilegiadas da sua expansão territorial, Estados mais fracos, que atualmente experienciam vácuos de segurança, vazios de poder e instabilidade política, social e religiosa. São exemplo os Estados como o Iraque, a Síria, Líbia, Egito, Nigéria, Iémen, Afeganistão, Paquistão, Argélia que se constituem como terreno favorável ao crescimento do EI.

²⁰ Tradução livre do autor: “Nós clarificamos a todos os Muçulmanos, que com esta declaração do Califado, é obrigatório a todos os muçulmanos prestarem fidelidade ao Califa Ibrahim [al-Baghdadi] e apoiarem-no [...] A legalidade de todos os emirados, grupos, estados e organizações torna-se nula com a expansão da autoridade do Califado e com a chegada das suas tropas a essas áreas [...] Ouçam o vosso califa e obedeçam-no. Apoiem o vosso Estado, que cresce diariamente [...] (Adnani *apud* Lister, 2016: 15).

O outro indicador também do conceito de Pan-Região é a criação de áreas funcionais com pretensão hegemónica. Já vimos que o projeto expansionista do EI prevê um governo, através de uma estrutura de *Wilayat* ou províncias, cada uma com o seu líder. O juramento de fidelidade ao Califa, conhecido por *bayat* é o principal mecanismo de controlo em toda a rede do EI sendo que a *bayat* estende-se de líder, para líder. Em novembro de 2015, o EI geria 19 *Wilayat* no Iraque e na Síria e 18 *Wilayats* internacionais, na Líbia, Arábia Saudita, Bahrain, Iémen, Argélia, Egipto, Afeganistão, Paquistão, Nigéria e o Norte do Cáucaso (Lister: 2016: 17). Observámos também que, as Províncias funcionam como áreas funcionais e estão diretamente ligadas ao núcleo beneficiando-o e mantendo uma relação de cooperação e interajuda. É a partir do núcleo que as diferentes províncias que compõem o Califado recebem a ajuda técnica e financeira. São exemplo, o grupo Boko Haram a quem o EI auxiliou a desenvolver a qualidade da sua propaganda através de produções mais sofisticadas. Na Líbia mobilizou centenas de combatentes experientes a fim de auxiliar nas suas campanhas militares. São os novos afiliados que formam o alcance estratégico do Califado, fornecem ao núcleo pontos de retirada ou potenciais refúgios para os seus líderes, caso o EI sofra derrotas no Iraque ou Síria. A Líbia, é um dos maiores exemplos, tida como a “colónia do EI”, constitui-se como uma base de ataques para países vizinhos como Tunísia e Egipto (Byman, 2016; Ferreira, 2016).

Podemos dizer que a funcionalidade das *Wilayats* promovem e prolongam a ação e a projeção do poder do EI em regiões dispersas e geograficamente distantes, através de exércitos insurgentes afiliados, que respondem a uma autoridade única para alcançar um objetivo comum.

A aplicação de leis e preceitos a uma escala universal, é um indicador que nos permite analisar a dimensão ideológica do conceito de hegemonia. No subcapítulo sobre a Ideologia do Estado Islâmico, verificámos que o EI só reconhece legitimidade e autoridade a quem aplica os preceitos originais do Islão. São esses preceitos que devem reger a existência humana e terão que ser universalizados, não sendo admitida a separação entre Fé e Estado. Deste modo, é exigido a cada muçulmano que lute pela realização de uma ordem islâmica na terra, o que implica a propagação do Islão. Esta obrigação deve durar até que o mundo inteiro tenha perfilhado a fé islâmica e esteja submetido ao Estado Islâmico. A ideologia traduz-se um programa de ativismo contínuo que implica a

obrigatoriedade de aplicação da *Sharia* e exige a *jihad* (Pinto, 2008: 15-24). Como vimos, o objetivo político do EI é a libertação de território historicamente islâmico, da ocupação não muçulmana, para alcançar a implementação de um Estado e uma sociedade islâmica pela *Sharia*, nesses mesmos territórios. A solução passa pela unificação da *Ummah*, sob a bandeira do Islão sunita e pelo uso da violência como uma forma de tomada e defesa do poder. De acordo com a sua propaganda, efetuada através da internet, o EI almeja alcançar um Califado Global que se estende da parte mais ocidental da Península Ibérica ao Sudeste Asiático (Duarte, 2015: 105-114). Como vimos anteriormente, o EI afirma que:

The shade of this blessed flag will expand until it covers all eastern and western extends of the Earth, filling the world with the truth and justice of Islam and putting an end to the falsehood and tyranny of jahiliyyah [ignorance] (Dabiq, 2014: 3; Mcfate, 2015a)²¹.

Estas afirmações reforçam a pretensão do novo Califado em alcançar uma nova ordem mundial islâmica, a qual trará justiça e verdade a toda a terra. Ao expandir-se, o EI planeia unir a comunidade muçulmana num Estado que albergue todos os fiéis, estendendo a sua influência sobre todos os territórios que tiveram influências islâmicas.

Da análise efetuada, verificamos que o EI revela uma motivação determinada, concretizada por capacidades desmesuradas e ferozes, tanto estratégicas como táticas, não só para tomar, mas para manter a ocupação de território. Ao aproveitar-se dos vazios de poder, da fraqueza e da instabilidade governativa dos Estados no Médio Oriente e Norte de África, subjuga os territórios desrespeitando a sua identidade e as suas fronteiras. Verifica-se que apesar do EI não controlar uma faixa territorial terrestre contínua que abranja territórios de vários continentes, tem promovido a criação de áreas funcionais que ligam Estados centrais, Iraque e a Síria, a periferias sujeitas a uma autoridade única, o Califa. Tal facto tem subjacente uma *pan ideia* que se alicerça na construção de um califado fiel aos preceitos originais do Islão. Não podemos afirmar categoricamente, que o EI controla uma zona geográfica unitária pan regional, mas a sua organização e estruturação, tem-lhe permitido espalhar-se globalmente e dispor de significativas ramificações ao longo de todo o Médio Oriente, Ásia e Norte de África. Tal facto,

²¹ Tradução livre do autor: “[...] A sombra da bandeira abençoada se expandirá até que cubra todo o leste e o oeste da Terra, proclamando o mundo com a verdade e justiça do Islão e pondo fim à falsidade e tirania da jahiliyyah [ignorância] [...]” (Dabiq, 2014: 3; Mcfate, 2015).

evidencia a sua pretensão em criar um Estado hegemónico por forma a alcançar o seu objetivo, a islamização do mundo.

4. O Organicismo do Estado Islâmico

Este capítulo evidenciou, no nosso entender a existência, de um paralelismo entre os fundamentos da *Geopolitik* e ação estratégica do Estado Islâmico. Semelhantemente a Ratzel, Kjéllen e Haushofer que viveram ressentidos com o seu contexto histórico, político e social, também o EI evidencia um ressentimento que se prende essencialmente pelo domínio colonial exercido pelas potências europeias sobre as sociedades islâmicas que se estendeu do início do século XIX até à segunda metade do século XX; com a tentativa da universalização dos princípios e valores liberais após o fim da guerra fria; e com a intervenção permanente na política interna dos países islâmicos pelas forças ocidentais, das quais a consolidação do Estado de Israel na região e a invasão norte americana no Iraque foram os fatores que mais contribuíram para o revivalismo islâmico.

Comum aos três expoentes da Geopolítica alemã que atentavam para diversos desígnios gloriosos com vista à projeção de poder na Sociedade Internacional, também o EI procura regressar a uma época nostálgica onde o mundo muçulmano floresceu. Para ambos, a solução passa pela consolidação de um espaço abrangente, com uma vasta área geográfica, rica em recursos, onde sob a designação de *Mitteleuropa*, Pan-Região ou Califado, partem do princípio que o futuro está reservado aos grandes espaços unitários.

Já vimos que a Escola Alemã preconizava uma ordem onde os Estados fortes assimilariam as unidades estatais mais fracas, de pequenas dimensões. Semelhantemente o novo Califado pretende sustentar a sua existência, através de um apetite territorial, que tem em vista os diversos Estados debilitados da região e progressivamente do resto do mundo.

Tal como Ratzel, que olhava para um avanço racional do Estado sobre territórios ricos, o EI esforça-se para assimilar, na sua área, recursos naturais, humanos e energéticos que lhe garantem a força e a autossuficiência. A componente militar está bem visível tanto na Geopolítica Alemã como no EI. Relembramos que a experiência militar de Haushofer influenciou em muito os escritos de toda a Escola de Munique, sendo

facilmente instrumentalizada para servir os desígnios do partido Nazi de Hitler. As vitórias do EI no Iraque e na Síria, e a consolidação de um Estado centralizado, não teriam sido possíveis sem o génio militar de diversos estrategas e membros das forças de segurança, que outrora compuseram as fileiras do antigo partido Baath de Saddam Hussein.

Já vimos que o Organicismo de Kjéllen partia do pressuposto de que o Estado era semelhante a um ser vivo que, ao percorrer um ciclo de vida normal, nascia, crescia e acabava por morrer. Assistimos ao nascimento de uma entidade estatal jihadista em 2006, quando a Organização se anuncia como um Estado Islâmico no Iraque. O seu crescimento é visível no ano de 2013 com a sua presença na Síria e com a declaração do seu Califado a 29 de Junho de 2014. Contudo, é nos anos de 2014-2015 que se verificaram as conquistas territoriais capazes de proporcionar ao EI um crescimento e uma vitalidade própria. Ratzel acreditava que a perda de território de um Estado era o começo do seu fim. Se, por um lado, é verdade que o EI tem sofrido duros golpes e pesadas derrotas e consequente perda de território, situado no epicentro do Califado, ao longo do Iraque e da Síria, por outro também é verdade que o EI se tem expandido para novos territórios ao longo de todo o Médio Oriente, Ásia e Norte de África, levantando-se assim dúvidas sobre o seu suposto enfraquecimento.

Conclusão

A principal intenção desta investigação foi tentar perceber quais os contributos e a aplicabilidade dos pressupostos da Geopolítica alemã no modo de operação da expansão territorial do Estado Islâmico, bem como situar o EI no âmbito da Teoria Realista das Relações Internacionais. Estamos perante uma realidade do foro internacional que em muito se assemelha à Anarquia descrita por Hobbes. Na perspetiva deste teorizador, o Sistema Internacional é anárquico, conflituoso e o Direito Internacional não é valorizado, predominando a lei do mais forte. Semelhantemente o EI não obedece a nenhum poder, senão ao do Califado, nem considera o Direito Internacional. Tal facto é evidenciado através da expansão ilegítima para territórios que experienciam instabilidade, pelo desrespeito demonstrado pelas fronteiras instituídas através de Tratados Internacionais e pela violação sistemática dos direitos humanos.

Ainda na perspetiva de Hobbes, a garantia da sobrevivência e de bem-estar de um indivíduo estão relacionadas com a potenciação das suas capacidades para fazer frente aos seus inimigos e aqueles que o rodeiam. É visível o esforço do EI para destruir e subjugar todos os atores que tentam minar a sua ordem interna e impedir as suas pretensões territoriais. Aos judeus conspiradores, aos xiitas opressores, aos cristãos infiéis, aos yazidis adoradores do diabo, e aos cruzados é imperativo combater para que a população sunita possa sobreviver. Num ambiente de guerra de todos contra todos, pudemos observar que o EI também combate fações jihadistas com projetos similares ao seu. A competição da Al Qaeda de Ayman Al-Zawahiri com o Estado Islâmico de Al-Baghdadi pela coroa do Islão sunita radical forma um dos casos mais evidentes dessa dissensão. Ambos almejam o Califado, contudo diferem do método de como o consolidar. Por outro lado, a propriedade e o domínio estão destinados apenas àqueles que são capazes de o conseguir, imperando por isso a lei do mais forte na região. Estados como o Iraque, Síria e Líbia, debilitados pela instabilidade social, política e religiosa têm perdido porções territoriais perante a eficácia militar da Organização jihadista. As fações jihadistas como a *Frente Islâmica* sofreram pesadas derrotas às mãos da Organização visto perderem território disputado, como a cidade de Maskana. A fação Jabhat Al-Nusra, o braço armado da Al-Qaeda na Síria, enfrentou a deserção de muitos dos seus soldados

para o EI. Outras fações insurgentes islâmicas como o *Exército Islâmico* e *Ansar Al-Suna* não ficaram poupados às táticas violentas da Organização.

As lógicas de Morgenthau e de Carr, que afirmam que o interesse do Estado no Sistema Internacional assenta na procura e na acumulação de poder, estão igualmente patentes quando observáveis no comportamento do EI. Assim, envolvido numa guerra total e cercado por uma coligação de Estados que o coloca ao isolamento, o EI sabe que só pode contar com as suas capacidades para sobreviver. Para persistir, a Organização tem centralizado os mecanismos de poder em torno de um Estado totalitário Islâmico e em torno de um líder máximo que é o Califa. A conquista de território constitui-se como uma forma de defesa, na medida em que anda de mãos dadas com a sua vitalidade económica. A ocupação de um espaço ambicioso e amplo, com dimensões semelhantes ao território que compõe a Grã Bretanha, rico em recursos naturais, humanos e bélicos, tem garantido uma revitalização organizacional e ideológica de todo o seu projeto jihadista. O avanço tático e estratégico sobre o território que tem em vista a obtenção de recursos humanos, naturais, energéticos e militares constituem um dos principais objetivos da Organização. A potenciação de recursos naturais e energéticos conquistados alimentam o esforço de guerra e a força sobre a qual assenta. A novidade do EI é a sua territorialidade que tem assegurado um espaço próprio, capaz de facultar as condições básicas à sobrevivência e independência da Organização. Os seguidores que se querem alistar podem, de uma forma facilitada chegar às fronteiras do EI e ser encaminhados e permanecer no seu território. A ocupação dinâmica de território com vista a alcançar um bloco terrestre abrangente, rico em recursos militares, económicos e humanos constitui-se como uma tentativa de acumular poder que lhe permita influenciar a política regional e posteriormente mundial. A defesa e a expansão das fronteiras do Estado assumem-se assim como o principal objetivo e fim da Organização, que luta para impedir o seu desaparecimento. A consolidação de um Califado pode ser compreendida dentro de uma lógica da procura de poder na cena internacional.

Assim, neste trabalho, argumentámos que a recente expansão territorial do EI e a construção do novo califado evidenciam a atualidade dos pressupostos da Escola Alemã da Geopolítica Clássica, considerada “morta” pela generalidade dos autores. Independentemente do valor dos argumentos, dos vários autores, acerca da não utilidade atual, das Teorias da Escola de Munique, ela ajudou-nos a compreender a forma arcaica

de expansão territorial do Estado Islâmico e, portanto, a confirmar a sua utilidade enquanto teoria. Para provar o nosso argumento, foram testadas e validadas três hipóteses, com os dados recolhidos através do nosso modelo teórico de análise, ao longo de três capítulos, sendo o primeiro, centrado nas Teorias da Geopolítica Clássica Alemã, e os seguintes referidos ao Estado Islâmico.

A primeira hipótese relacionou a consolidação de um espaço rico em recursos humanos, naturais e militares, associado ao conceito de Espaço Vital da *Geopolitik*, que garante a vitalidade do EI, com o regresso às glórias do Islão. Daí se concluiu que o Estado Islâmico tem procedido à sua expansão territorial ao longo do Rio Tigre e Eufrates, absorvendo as regiões mais importantes para o seu desígnio como a conquista de áreas e cidades dotadas de grandes recursos humanos com elevada densidade populacional. Exemplos disso foram a conquista de Fallujah, Ramadi, Tikrit, Mosul, Raqqah, Hawijah, Palmyra e Sinjar, bem como a conquista de áreas ricas em recursos energéticos e naturais como os campos de petróleo, de gás natural e de cereais iraquianos e sírios. A referir ainda, as áreas que lhe permitem consolidar posições estratégicas para ofensivas futuras no centro e norte do Iraque e da Síria e o controlo de pontos de fronteira com a Turquia e a Jordânia. Por fim, a expansão para áreas vizinhas que perfilham da cultura sunita como o Triângulo sunita iraquiano, assim como províncias sunitas sírias de Deir Ezzor, Raqqah e Aleppo e Iraquianas de Ninawa, Salah Ad-Din e Al-Anbar. Conclui-se ainda que as vitórias e conquistas territoriais do EI evidenciam a sua eficácia e supremacia militar, uma vez que aplica a força e usa táticas operacionais violentas, alicerçadas numa interpretação extremista do *Alcorão* e *Sunnah*, para a expansão do Califado e recuperação de determinado controlo territorial, a fim de alcançar as glórias do Islão. Assim, a primeira hipótese foi validada visto que a ambição do EI em criar um Califado tem incentivado, acima de tudo, à obtenção de um espaço rico e forte que o tem dotado de poder, segurança e conseqüentemente tem alimentado o seu apetite de expansão territorial.

A segunda hipótese afirma que a exploração dos recursos naturais e energéticos das províncias conquistadas pelo EI resulta da tentativa deste Estado de criar uma economia autossuficiente, inspirada no conceito de autarcia económica. Concluiu-se que a territorialidade do EI tem assegurado o desenvolvimento das suas próprias fontes de rendimento. Vimos que os avanços sobre os vários campos agrícolas, oleodutos e

gasodutos servem fins estratégicos que tendem não só a alimentar a máquina de guerra jihadista mas, acima de tudo, constituem como uma forma de consecução de uma economia livre de quaisquer restrições internacionais. Através da análise efetuada no capítulo III comprovou-se que o EI demonstra capacidade para potenciar os recursos naturais, humanos e energéticos e tem-se focado em atividades que garantem a sua autossuficiência e independência financeira. Tal facto, valida a segunda hipótese.

A terceira hipótese associa o alargamento das fronteiras do EI a Estados considerados mais fracos no Médio Oriente, Ásia e Norte de África, com a criação de uma Pan Região hegemónica e consequente alargamento da fé islâmica a todo o mundo. O teste desta última hipótese evidenciou que o EI não reconhece a legitimidade dos Estados que foram implementados no Médio Oriente, a partir dos interesses ocidentais, sendo até designado, por alguns especialistas, como um *counter-state* ou *state-breaker*. A sua expansão territorial e a proclamação do Califado ilustra por si só o desrespeito pelas fronteiras instituídas pelo Tratado de Sykes Picot ao alargar a sua influência a territórios indefesos e que atualmente experienciam crises e instabilidade política, despojando-os da sua identidade e impondo-lhes uma versão extrema da *Sharia* e uma identidade moldada pelos princípios do Califado. Através de uma capacidade prática, para uma ação arrojada, agressiva e até mesmo violenta, o EI conquistou e controla uma zona geográfica proeminente dentro do Iraque, Síria e Líbia e tem ganho força e poder através da declaração de províncias afiliadas, espalhadas ao longo da Ásia, Norte de África e Médio Oriente. Vimos que são evidentes as relações funcionais entre o Epicentro do Califado, o Iraque e a Síria, com a periferia, as suas *Wilayats*, as quais o dotam de poder e formam o seu alcance estratégico. A criação destas Províncias e o seu consequente alargamento provam a pretensão do EI em criar um Estado com aspirações hegemónicas de controlo mundial, baseado em preceitos religiosos sunitas.

Ao confirmarmos as hipóteses colocadas, validamos o argumento de que a expansão territorial do EI e a construção do novo califado evidenciam a atualidade dos pressupostos da Escola Alemã da Geopolítica Clássica. Conclui-se a existência de uma relação estreita entre os pressupostos desta teoria e a forma expansionista do Estado Islâmico. A lógica do Espaço Vital, que está na base da expansão territorial da Geopolítica Clássica alemã, é a lógica subjacente à pretensão da construção de um Califado do EI. Como vimos, para os teorizadores da Escola Alemã, a superfície terrestre

constituía o fator essencial e vital a todos os Estados fortes. Assim, o espaço geográfico conferia força coletiva, riqueza e poder e só o poder permitia o desenvolvimento total da nação. Deste modo, a dimensão territorial era crucial na Geopolítica da Escola Alemã. A ideia do *Lebensraum*, ou Espaço Vital, está relacionada com a conquista e ocupação de território fértil, no sentido de garantir a prosperidade e o bem-estar de uma determinada população. A sua expansão era um dever e deveria ser efetuada à custa da força e da guerra com vista à apropriação dos recursos dos Estados ou entidades mais fracas.

Semelhantemente, o EI é caracterizado pela sua ambição expansionista, desenfreada, obsessiva e sem limites na conquista de uma vasta área territorial rica em recursos. A dimensão geográfica é fundamental para o EI, pois à medida que a sua área territorial tem sido ampliada, a sua força, o seu poder, a sua riqueza também têm sido fortalecidos. A conquista e a expansão são entendidas como um dever, neste caso, para alcançar as glórias do Islão e assim unir a comunidade muçulmana. A supremacia militar é traduzida em conquistas territoriais. Tal como a Escola de Munique, que inspirou o nazismo alemão, defendia o recurso à força na expansão lógica do espaço vital, o EI é caracterizado pela extrema violência no seu alargamento territorial. Assim, a conquista de território no Iraque e na Síria, bem como a sua expansão através das *Wilayats*, evidenciam a criação de um espaço vital defendido pelas teorias da Escola alemã da Geopolítica Clássica. Isto é, ambos defendem que o seu alargamento territorial só é possível através da subjugação pela força de Estados vizinhos militarmente e culturalmente mais fracos. Enquanto a Alemanha se considerava uma raça superior a nível cultural e intelectual, o Estado Islâmico considera-se superior do ponto de vista religioso, pretendendo impor o islamismo sunita sobre o xiita e alcançar a universalidade da revelação muçulmana, por forma a que o mundo inteiro perfilhe da fé islâmica e esteja submetido à sua autoridade. Tal como as fronteiras do *Lebensraum* que eram entendidas como algo relativo, mutável e inconstante, legitimando uma ideia expansionista e imperialista baseada em critérios culturais, também o EI não reconhece a legitimidade das fronteiras estabelecidas pelos Tratados Internacionais por se constituírem como linhas divisórias da comunidade muçulmana e por isso se oporem à união da civilização islâmica.

À semelhança das ideias de Haushofer, que defendia o nacionalismo económico e a autossuficiência, através da potenciação de recursos e riquezas presentes no seu território, o EI procura também a sua subsistência e autonomia económica através do uso

e da exploração e exportação de petróleo e de outros recursos no mercado negro, fundamentalmente para financiar o seu esforço de guerra e para a sua construção estatal. De facto, a apropriação de recursos naturais resultantes das conquistas territoriais têm permitido ao EI tornar-se numa das Organizações terroristas mais ricas do mundo. A exploração dos campos de gás e de petróleo e de campos de trigo apreendidos no Iraque e na Síria, tem dotado o EI de uma base monetária e financeira impressionante, capaz de financiar não só os seus afiliados na condução de uma guerra global, mas a consolidar uma economia autónoma, liberta de qualquer restrição internacional.

De forma idêntica à *Geopolitik* que olhava para a divisão do mundo em zonas de influência ou Pan-Regiões, vistas como áreas funcionais abrangentes que ligavam Estados centrais a periferias ricas em recursos a fim de garantir a paz e prosperidade, também o EI tem promovido a criação de províncias, ou *Wilayats*, isto é, áreas funcionais que ligam Estados centrais, Iraque e a Síria, a periferias sujeitas ao Califado, com uma ideologia única que se baseia na obediência ao Califa e na propagação da fé Islâmica.

Houve uma tendência, presente em toda a Geopolítica Clássica, que consistia na aceitação da hegemonia das grandes potências, sobre espaços alargados, para justificar uma vocação imperial eurocentrada. Esta tendência verifica-se de igual modo no EI que se pretende expandir gradualmente, até construir um Estado, o primeiro Estado jihadista de todo o mundo, com a missão de estender o Islão a um vasto território, da Índia à Península Ibérica, incluindo o centro e o norte de África, recuperando todo o território que em tempos pertenceu ao mundo islâmico. De forma generalizada, podemos afirmar, que se o EI, através da guerra, pretende anexar territórios do Médio Oriente, Ásia, África, Europa e explorar os seus recursos naturais, militares e humanos, então tem como objetivo consolidar um império Pan-regional autossuficiente que dispute a hegemonia global.

Em suma, verifica-se, quer na teoria alemã, quer nas práticas do EI, a valorização dos três fatores tradicionais do poder: dimensão do território, importância demográfica e abundância de matérias-primas. Os pilares em que assenta a Escola Alemã estão presentes na estrutura do Estado Islâmico. Conclui-se, então, que as estratégias expansionistas do EI se enquadram no determinismo e estrutura conceptual da Geopolítica da Escola de Munique.



Importa ainda referir que a análise das premissas da Teoria Realista das Relações Internacionais deu contributos para uma melhor compreensão da estrutura anárquica do Sistema Internacional. Ao assumir-se como um Estado totalitário, semelhante ao totalitarismo nacional-socialista e soviético que obedeciam às orientações do líder, também o EI tem sido capaz de consolidar uma autoridade centralizada, nos territórios ocupados, capaz de impor ordem e de influenciar todos os campos da vida social dos seus cidadãos. Atualmente o novo Estado tem um exército, uma bandeira, polícia e instituições próprias que por sua vez o ajudam a gerir a sua economia e a guerra. A cooperação é pouco visível quando aplicado ao EI, existindo um clima de conflito e desconfiança na natureza do novo Estado, sendo recorrente envolver-se em conflitos com outras fações que defendem projetos similares aos seus. As cláusulas do Direito Internacional são violadas e desrespeitadas diariamente conquistando terra e subjugando a população às suas leis religiosas. Visto a política externa do novo Califado com os outros Estados, ser baseada na coerção e na guerra, o EI enfrenta uma coligação de 62 Estados e um isolamento internacional. Para sobreviver e fazer frente ao cerco a que está sujeito, o EI só pode contar com as suas próprias capacidades e recursos, a fim de acumular o poder que lhe permita sobreviver na arena Internacional.

A consolidação de um Califado sunita no seio do Médio Oriente alterou o equilíbrio de poderes que se veio a modificar desde a intervenção americana no Iraque em 2003. Os jihadistas conseguiram desestabilizar Estados xiitas, altamente suportados pelo Irão, como o regime de Assad e de Al Maliki e Al Abadi no Iraque. A sua presença põe em causa toda a estabilidade nacional e regional. Países situados no Levante, e próximos ao núcleo do Califado, como o Líbano, Jordânia, Israel e Turquia são altamente suscetíveis de sofrer ataques protagonizados pela EI. Por outro lado, países como a Líbia, cuja influência do EI é altamente visível, constitui uma ameaça crescente aos países europeus, situados na margem norte do mediterrâneo. A extensão territorial do EI ao longo do Crescente Fértil tem consolidado o poder da Organização, dotando-a de uma economia capaz de financiar futuras vagas de terrorismo à escala global. Apesar do objetivo deste trabalho não se centrar no encontrar de soluções que tenham em vista o mitigar dos conflitos que presentemente assolam o Médio Oriente, gostaríamos de apresentar, enquanto estudiosos interessados nestas questões das Relações Internacionais,

algumas sugestões para futura pesquisa e tecer algumas considerações que nos parecem ter sentido e utilidade.

O avanço do EI poderia eventualmente ser impedido mediante uma maior coordenação e intensificação de esforços por parte da Coligação Internacional, que não se limitassem maioritariamente a campanhas aéreas de bombardeamentos. E, quando operacionalizadas deveriam ter como alvo as principais infra-estruturas produtoras de recursos energéticos, como os campos de petróleo, que mais contribuem para a alimentação dos esforços de guerra jihadistas e que representam a sua principal fonte de receita. Bombardear acidentalmente, ou intencionalmente, alvos civis e estruturas sociais pode comprometer a segurança de cidadãos inocentes, que nada têm a ver com o EI, e conduzir à deslegitimação dos esforços efetuados pela Coligação. As capitais do EI, na Síria, Raqqah, e no Iraque, Mosul, quando libertadas podem infligir um grande golpe ao projeto político do Califado, visto constituírem pontos estratégicos que projetam o seu poder no norte dos dois países. Porém, isso implicaria uma ofensiva terrestre que pressione os jihadistas a abandonar as áreas ocupadas.

Se o novo Estado for suficientemente forte para fazer frente ao cerco de nações a que está sujeito e moderar a sua política externa baseada no apetite territorial, talvez daqui a uns anos lhe possa ser concedida a oportunidade de ser reconhecido como um Estado par nas Relações Internacionais. Contudo, e devido ao contexto atual, a Comunidade Internacional parece estar pouco interessada em lhe reconhecer tal legitimidade, devido à ameaça que coloca a todo o globo. Para além das decapitações, do genocídio e das práticas que advém da sua interpretação extremista do Islão, contrárias às conceções ocidentais dos Direitos Humanos, são também as suas formas coercivas, brutais e radicais de conquista de território que alteram todo o equilíbrio regional, e os numerosos fluxos crescentes de refugiados que poderão ter efeitos desestabilizadores na Europa.

Semelhantemente a Estados que se consolidaram no Sistema Internacional através de conflitos sangrentos ao longo da história, também o EI consolidou o seu Califado através da guerra, não devendo ser por isso entendido como um processo estranho aos olhos de um especialista das Relações Internacionais. Se o novo Califado desvanecer num futuro próximo, é necessário que os sunitas, não só no Iraque e na Síria mas em toda a região, tenham voz na condução das políticas domésticas. Assim, em

ordem de mitigar o ódio religioso presente nestes dois países, dever-se-ia promover políticas inclusivas e evitar o sectarismo, a violência e a divisão, a fim de que os sunitas não se sintam iludidos com projetos populistas de glória e grandeza, preconizados por redes terroristas como o EI e a Al Qaeda. Todavia ao longo da história, os fenómenos radicais no mundo Islâmico têm sido recorrentes, tanto entre sunitas como xiitas. De facto, não são apenas as fações sunitas, como o EI, que se têm envolvido numa campanha de massacres sobre as populações que não partilham da mesma religião. As milícias xiitas, amplamente apoiadas pelo Irão, têm também enveredado em ações retaliatórias contra populações sunitas, recorrendo a diversos tipos de atrocidades, exacerbando e alimentando ressentimentos e conflitos.

A solução poderia passar, pela criação de entidades estatais culturais homogéneas feitas com o intuito de evitar os choques religiosos que sustentam os ódios entre as fações. É nesta linha de pensamento que se levanta a possibilidade de se criar ao longo do Iraque e da Síria, um Estado sunita, um Sunistão, um Estado xiita, um Xiistão, um Estado curdo, um Curdistão, e um Estado Alauita, um Alaustião. Tal facto implicaria o redesenho das fronteiras como as conhecemos, contudo também não é certo se este florescimento de novos Estados, quando aprovado, traria estabilidade à região. Não sabemos se o novo Califado veio para ficar, contudo se a guerra cessar num futuro próximo, esta pode-se constituir como uma das possibilidades a seguir, com o intuito de criar um Médio Oriente mais inclusivo e pacífico.

Lista de Referências Bibliográficas:

Almeida, Políbio Valente (2012) *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa: ISCSP.

Al-Ani, Marwan (2016) “The war on ISIS: Why put Mosul before Hawija?” *Fikra Forum* publicado a 24 de Junho de 2016, disponível em: <http://fikraforum.org/?p=9555#.V7DHLcsrI2w> [28 de Julho de 2016].

Al Arabiya (2016) “First Palmyra residents to return Saturday: Syrian official” *Al Arabiya English* publicado a 7 de Abril de 2016, disponível em: <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2016/04/07/First-Palmyra-residents-to-return-Saturday-Syrian-official.html> [20 de Junho de 2016].

Al Arabiya (2015) “ISIS claims Iraqi-Jordanian border crossing attack” *Al Arabiya English* publicado a 25 de Abril de 2015, disponível em: <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2015/04/25/Car-bombings-target-Iraq-Jordan-border-crossing.html> [19 de Julho de 2016].

Al Arabiya (2014) “ISIS militants seize wheat from state silos” *Al Arabiya English* publicado a 13 de Agosto de 2014, disponível em: <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2014/08/13/ISIS-militants-seize-wheat-from-state-silos-.html> [19 de Julho de 2016].

Al Arabiya (2014) *Iraq wheat silos held by Islamic State* [mapa] <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2014/08/13/ISIS-militants-seize-wheat-from-state-silos-.html> [10 de Julho de 2016].

Alfred, Charlotte (2015) “What do you need to know about ISIS’s Sinai affiliate” *The World Post* publicado a 11 de Maio de 2015, disponível em: http://www.huffingtonpost.com/entry/isis-sinai-egypt_us_563a7cafe4b0b24aee48b615 [25 de Maio de 2016].



Aljazeera (2016) “Fallujah: 50 000 Iraqis trapped by assault on ISIS” *Aljazeera* publicado em 28 de Maio de 2016, disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/2016/05/fallujah-50000-iraqis-trapped-assault-isis-160528060107284.html> [30 de Maio de 2016].

Aljazeera (2014a) “Half a million flee unrest in Iraq’s Mosul” *Aljazeera* publicado a 11 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/06/tens-thousands-flee-unrest-iraq-mosul-201461175824711415.html> [20 de Janeiro de 2016].

Aljazeera (2014b) “Iraq city of Tikrit falls to ISIS fighters” *Aljazeera* publicado a 12 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/06/iraqi-city-tikrit-falls-isis-fighters-2014611135333576799.html> [21 de Janeiro de 2016].

Aljazeera (2014c) “Islamic State takes Iraqi oilfield and towns” *Aljazeera* publicado a 3 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/08/fighters-capture-oilfield-northern-iraq-2014838218162585.html> [21 de Janeiro de 2016].

Almukhtar, Sarah (19 de Maio de 2015) “ISIS finances are Strong” *The New York Times* publicado a 19 de Maio de 2015, disponível em: <http://www.nytimes.com/interactive/2015/05/19/world/middleeast/isis-finances.html> [2 de Novembro de 2015].

Alves, José Lopes (1988) “O Espaço das Nações – Panorama Pós-Segunda Guerra Mundial” *Nação e Defesa*. XIII-47, 13-35.

Al-Sahly, Suadad (2013a) “Al Qaeda says it freed 500 inmates in Iraq jail-break” *Reuters* publicado a 23 de Julho de 2013, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-iraq-violence-alqaeda-idUSBRE96M0C720130723> [3 de Janeiro de 2016].

Al-Sahly, Suadad (2013b) “Al Qaeda tightens grip on western iraq in bid for Islamic state” *Reuters* publicado a 11 de Dezembro de 2013, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-iraq-violence-al-qaeda-idUSBRE9BA00820131211> [11 de Janeiro de 2016].

Al-Shaly, Suadad; Arango, Tim (2014) “Sunni militants drive Iraqi army out of Mosul” *The New York Times* publicado a 10 de Junho de 2014, disponível em: http://www.nytimes.com/2014/06/11/world/middleeast/militants-in-mosul.html?_r=0 [12 de Janeiro de 2016].

Al-Tamimi, Aymenn; Mccants, William (2016) “Experts Weigh In (part2): Is ISIS good at governing?” *Brookings Institution* publicado a 3 de Fevereiro de 2016, disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2016/02/03-experts-weigh-in-isis-governance-altamimi-mccants> [10 de Julho de 2016].

Aregawi, Hermela (2015) “Operation Inherent Resolve: A year of fighting ISIS” *Aljazeera* publicado a 14 de Agosto de 2014, disponível em: <http://america.aljazeera.com/watch/shows/third-rail/articles/2015/8/14/operation-inherent-resolve-a-year-of-fighting-isis.html> [27 de Agosto de 2016].

Arcassa, Wesley de Sousa; Mourão, Paulo Fernando (2011) “A Geopolitik Alemã e o III Reich” *Revista Geoatos*. 11 1, 1-14.

Ashkenas, Jeremy; Tse, Archie; Watkins, Derek; Yourish, Karen (2014) “A rogue State along two rivers” *The New York Times* publicado a 3 de Julho de 2014, disponível em: http://www.nytimes.com/interactive/2014/07/03/world/middleeast/syria-iraq-isis-rogue-state-along-two-rivers.html?_r=0 [28 de Julho de 2016].

Barnes, Julian E. (2014) “Sunni extremists in Iraq occupy Hussein’s chemical weapons facility” *The Wall Street Journal* publicado a 19 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.wsj.com/articles/sunni-extremists-in-iraq-occupy-saddams-chemical-weapons-facility-1403190600> [25 de Junho de 2016].

BBC (2015) “Sete perguntas para entender o Estado Islâmico e como ele surgiu” *BBC Brasil* publicado a 16 de Novembro de 2015, disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151114_estado_islamico_entenda_rb [25 de Janeiro de 2016].

BBC (2014) “Syria conflict: Islamic State seizes Taqba airbase” *BBC News* publicado a 24 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-28918792> [25 de Janeiro de 2016].

BBC (2016) “Palmyra: Syria forces enter Islamic State-held city” *BBC News* publicado a 26 de Março de 2016, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35903375> [29 de Julho de 2016].

Beck, John (2016) “Iraq’s Yazidis living in fear on Mount Sinjar” *Aljazeera* publicado a 26 de Julho de 2016, disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/2016/07/iraq-yazidis-living-fear-mount-sinjar-160726063155982.html> [30 de julho de 2016].

Bertrand, Natasha (2016) “We just got the clearest sign yet that the Assad regime helped make ISIS very, very rich” *Business Insider* publicado a 26 de Abril de 2016, disponível em: <http://uk.businessinsider.com/isis-loot-market-prices-for-war-spoils-antiquities-electronics-cars-2016-4> [1 de Junho de 2016].

Boghani, Priyanka (2016) “Where the black flag of ISIS flies” *Frontline* publicado a 13 de Maio de 2016, disponível em: <http://apps.frontline.org/isis-affiliates/> [19 de Julho de 2016].

Bokhari, Kamran; Mccants, William (2016) “Experts Weigh In (part 4): Is ISIS good at governing?” *Brookings Institution* publicado a 17 de Fevereiro de 2016, disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2016/02/17-experts-weigh-in-isis-governance-bokhari-mccants> [10 de Julho de 2016].

Braudillard, Jean (2002) *O Espirito do Terrorismo*. Porto: Campo das Letras.

Brinded, Lianna (2016) “Inside the ISIS loot market – here’s how much fighters can sell their war spoils for” *Business Insider* publicado em 8 de Abril de 2016, disponível em: <http://uk.businessinsider.com/isis-loot-market-prices-for-war-spoils-antiquities-electronics-cars-2016-4> [1 de Junho de 2016].

Bunzel, Cole (2015) “From Paper State to Caliphate: The ideology of Islamic State”. *The Brookings project on U.S relations with the Islamic World* No. 19. Massachusetts.

Byman, Daniel (2016) “ISIS goes global: fight the Islamic State by targeting its affiliates” *Brookings Institution* publicado a 17 de Fevereiro de 2016, disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2016/02/17-islamic-state-affiliates-byman> [1 de Março de 2016].

Calzoni, Davide (2015) *Oil and gas fields in Syria and Iraq controlled by ISIS* [mapa] http://www.geopoliticalatlas.org/wp-content/uploads/2015/02/oil_and_gas_fields_in_syria_and_iraq_controlled_by_ISIS1.png [15 de Junho de 2016].

Carr, Edward C (1981) *1919-1939: Vinte Anos de Crise*. Brasília: Universidade de Brasília.

Chothia, Farouk (4 de Maio de 2015) “Who are Nigeria’s Boko Haram Islamists?” *BBC News* publicado a 4 de Maio de 2015, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-13809501>[15 de Junho de 2016].

Cockburn, Patrick (2014) *O Novo Estado Islâmico*. Cacém: Self – Desenvolvimento Pessoal.

Cohen, Saul Bernard (1963) *Geography and politics in a world divided*. University of Michigan: Random House.

Coles, Isabel; Parker, Ned (2015) “How Saddam’s men help Islamic State Rule” *Reuters* publicado a 11 de Dezembro de 2015, disponível em:



<http://www.reuters.com/investigates/special-report/mideast-crisis-iraq-islamicstate/> [15 de fevereiro de 2016].

Collard, Rebecca (2015) “Iraqi victory over ISIS in Tikrit could worsen sectarian strife” *Time* publicado a 2 de Março de 2015, disponível em: <http://time.com/3728671/tikrit-isis-sectarian/> [29 de Julho de 2016].

Correia, Pedro de Pezarat (2010) *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – volume I Conceitos, teorias, doutrinas*. Coimbra: Edições Almedina.

Correia, Pedro de Pezarat (2012) “Geopolítica e Geoestratégia” *Nação e Defesa*. 5 (131) 229-246.

Costachie, Silviu (2011) “German School of Geopolitics. Evolution, Ideas, prospects” *Revista Romana de Geografie Politica*. 2, 264-276.

Clawsewitz, Carl Von (2007) *Da Natureza da Guerra*. Vialonga: Coisas de Ler Edições.

Curry, Andrew (2015) “Here are the ancient sites ISIS has damaged and destroyed” *The National geographic* publicado a 1 de Setembro de 2015, disponível em: <http://news.nationalgeographic.com/2015/09/150901-isis-destruction-looting-ancient-sites-iraq-syria-archaeology/> [9 de Julho de 2016].

Dabiq (2014) “Remaining and Expanding” 1436 Muharram 5 Issue, disponível em: <https://media.clarionproject.org/files/islamic-state/isis-isil-islamic-state-magazine-issue-5-remaining-and-expanding.pdf> [10 de Agosto de 2016].

D’Avillez, Filipe (2015) “O que é o Estado Islâmico?” *Renascença* publicado a 14 de Dezembro de 2015, disponível em: http://rr.sapo.pt/noticia/40440/o_que_e_o_estado_islamico [2 de Junho de 2015].

Defarges, Philippe Moreau (2003) *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva Editora.

Dias, Carlos Manuel Mendes (2005) *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio Editora.

DN (2015) “Como o petróleo alimenta os jihadistas do Estado Islâmico” *DN* publicado a 18 de Outubro de 2015, disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/como-o-petroleo-alimenta-os-jihadistas-do-estado-islamico-4840479.html> [3 de Julho de 2016].

DN (2014) “De Portugal ao Paquistão: mapa do Califado islâmico” *DN Globo* publicado a 10 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.dn.pt/globo/medio-orientes/interior/de-portugal-ao-paquistao-mapa-do-califado-islamico-4072378.html> [10 de Agosto de 2014].

Donnelly, Jack (2005) “Realism” in Burchill, Scott; Linklater, Andrew; Devetak, Richard; Paterson, Matthew; Reus-Smith, Christian; True, Jacqui; Donnelly, Jack (eds.) *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 29-52.

Dos Santos, Loureiro (2016) *A Guerra no meio de nós*. Lisboa: Clube do Autor, S.A.

Dreazen, Yochi (2014) “From electricity to sewage, U.S. Intelligence says the Islamic State is fast learning how to run a country” *Foreign Policy* publicado a 19 de Agosto de 2014, disponível em: <http://foreignpolicy.com/2014/08/19/from-electricity-to-sewage-u-s-intelligence-says-the-islamic-state-is-fast-learning-how-to-run-a-country/> [10 de Junho de 2016].

Duarte, Filipe Pathé (2015) *Jihadismo Global, das Palavras aos Actos*. Queluz de Baixo: Marcador Editora.

Dugulin, Ricardo (2016) “The emerging Islamic State threat in the north Caucasus” *Global Risk Insights* publicado a 3 de Abril de 2016, disponível em: <http://globalriskinsights.com/2016/04/the-emerging-islamic-state-threat-in-the-north-caucasus/> [10 de Agosto de 2016].



Elgot, Jessica (2014) “Raqqa, The “boring” syrian city turned Caliphate capital, now the target of US bombs” *The Huffington post* publicado a 25 de Setembro de 2014, disponível em: http://www.huffingtonpost.co.uk/2014/09/25/raqqa-islamic-state-syria_n_5872324.html [12 de Julho de 2016].

Engel, Pamela (2015a) “ISIS has found a huge money-making method that is impervious to sanctions and air raids” *Business Insider* publicado a 2 de Dezembro de 2015, disponível em: <http://www.businessinsider.sg/isis-taxation-extortion-system-2015-12/#6eqoJuLHBSXZ1Kyb.97> [5 de Dezembro de 2015].

Engel, Pamela (2015b) “ISIS economy just got a huge boost” *Business Insider* publicado a 1 de Junho de 2015, disponível em: <http://www.businessinsider.com/the-isis-economy-just-got-a-huge-boost-2015-6> [1 de Novembro de 2015].

Engel, Pamela (2015c) “ISIS is steadily gaining strength in another Middle eastern country while everyone looks the other way” *Business Insider* publicado a 17 de Dezembro de 2015, disponível em: <http://www.businessinsider.com/isis-in-yemen-2015-12> [19 de Julho de 2016].

Engel, Pamela (2016a) “ISIS looting of the Middle East is “The largest-scale mass destruction of cultural heritage since WWII” *Business Insider* publicado a 12 de Janeiro de 2016, disponível em: <http://www.businessinsider.com/isis-antiquities-destroyed-smuggling-2016-1> [15 de Junho de 2016].

Engel, Pamela (2016b) “How one major failure allowed ISIS to exploit the chaos in its newest hotspot” *Business Insider* publicado em 28 de Janeiro de 2016, disponível em: <http://www.businessinsider.com.au/isis-libya-rise-2016-1>[28 de Maio de 2016].

Fairfield, Hannah (2015) “How ISIS expands” *The New York Times* publicado a 21 de Maio de 2015, disponível em: <http://www.nytimes.com/interactive/2015/05/21/world/middleeast/how-isis-expands.html> [1 de Novembro de 2015].

Falcão, Catarina (2014) “Onde é que o Estado Islâmico vai buscar dinheiro?” *Observador* publicado a 2 de Setembro de 2014, disponível em: <http://observador.pt/especiais/onde-e-que-o-estado-islamico-vai-buscar-dinheiro/> [1 de Novembro de 2014].

Fantz, Ashley (2015) “How ISIS makes (and Takes) Money” *CNN* publicado a 20 de Fevereiro de 2015, disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/02/19/world/how-isis-makes-money/> [1 de Novembro de 2015].

Fernandes, José Pedro Teixeira (2003) *As pan-regiões de Haushofer* [mapa] https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1395/1/NeD105_JosePedroTeixeiraFernandes.pdf [5 de Dezembro de 2015].

Ferreira, Ana (2016) “Líderes militares do Estado Islâmico estão a refugiar-se na Líbia” *Publico* publicado a 4 de fevereiro 2016, disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/importantes-comandantes-militares-do-estado-islamico-estao-a-refugiarse-na-libia-1722359> [25 de Março de 2016].

Fernandes, José Pedro (2003) “Geopolítica Revisitada” *Nação e Defesa*. 2 (105), 221-244.

Fernandes, Marisa (2011) “O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais” *Nação e Defesa* (129), 263-287.

Fernandes, José Pedro (2002) “Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna: Entre a rutura e continuidade” *Politica Internacional*. 26, 161-186.

Fick, Maggie (2014a) “ISIS controlled Iraq is looking at a wheat storage” *Business Insider* publicado a 20 de Janeiro de 2014, disponível em: <http://www.businessinsider.com/r-special-report-for-islamic-state-wheat-season-sows-seeds-of-discontent-2015-1> [25 de janeiro de 2016].

Fick, Maggie (2014b) “Special Report: Islamic State uses grain to tighten grip in Iraq” *Reuters* publicado a 30 de Setembro de 2014, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-wheat-idUSKCN0HP12J20140930> [25 de janeiro de 2015].

Forrest, Caitlin (2016) *ISIS’S regional campaign: May 2016* [Mapa] http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Regional%20Map%20May%20HIGH%20Res%202016-01_5.png [10 de Agosto de 2016].

France 24 (2014) “Islamists seize most of main iraqi oil refinery at Baiji” *France 24* publicado a 18 de junho de 2014, disponível em: <http://www.france24.com/en/20140618-isis-islamists-attack-iraq-oil-refinery-baiji> [25 de Março de 2016].

Freitas, João Manuel da Costa (2004) “Karl Haushofer, Geopolitik e atualidade: Breves Notas” *Revista Militar*. 2434 http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=439 [11 Outubro de 1015].

Ghazy, Yasir; Arango, Tim (2014) “Al Qaeda linked militants in Iraq Secure nearly full control of Fallujah” *The New York Times* publicado a 4 de Janeiro de 2014, disponível em: http://www.nytimes.com/2014/01/05/world/middleeast/shelling-in-iraqi-city-held-by-qaeda-linked-militants-kills-at-least-8.html?_r=0 [11 de Janeiro de 2016].

Gold, Danny (2015) “Welcome to Stalingrad. Welcome to Kobane: Inside the Syrian town under siege by the Islamic State” *Vice News* publicado a 13 de Janeiro de 2015, disponível em: <https://news.vice.com/article/welcome-to-stalingrad-welcome-to-kobane-inside-the-syrian-town-under-siege-by-the-islamic-state> [15 de Maio de 2016].

Goldkorn, Giacomo (2015) *Syria and Iraq main ethnic and religious groups* [mapa] <http://www.geopoliticalatlas.org/syria-and-iraq-main-ethnic-and-religious-groups/> [11 de Junho de 2016].

Gordon, Michael R. (2007) “Pushed out of Baghdad, Insurgents move north” *The New York times* publicado a 6 de Dezembro de 2007, disponível em:

<http://www.nytimes.com/2007/12/06/world/middleeast/06mosul.html> [1 de março de 2016].

Hassan, Ghazwan (2014) “Iraq dislodges insurgents from city of Samarra with airstrikes” *Reuters* publicado a 5 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-iraq-security-idUSKBN0EG1RG20140605> [24 de Julho de 2016].

Hassan, Hassan; Mccants, William (2016) “Experts weigh in (part7): Is ISIS good at governing?” *Brooking Institution* publicado a 18 de Abril de 2016, disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2016/04/18-experts-weigh-in-isis-governance-hassan-mccants> [10 de Julho de 2016].

Haushofer, Karl (1998a) “Why Geopolitik?” in Ó Tuathail, Gearóid; Dalby, Damon; Routledge, Paul (eds.) *Geopolitics Reader*. London and New York: Routledge, 33-36.

Haushofer, Karl (1998b) “Defense of German Geopolitics” in Ó Tuathail, géaroid; Dalby, Damon; Routledge, Paul (eds.) *Geopolitics Reader*. London and New York: Routledge, 40-43.

Hendawi, Hamza; Abdul-Zahara, Qassim (23 de Outubro de 2015) “ISIS is making up to \$50 million a month from oil sales” *Business Insider* publicado a 23 de outubro de 2015, disponível em: <http://uk.businessinsider.com/isis-making-50-million-a-month-from-oil-sales-2015-10> [10 de junho de 2016].

Holmes, Oliver (2014) “Islamic State killed 270 in Syrian gas field battle – monitor” *Reuters* publicado a 19 de Julho de 2014, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-syria-crisis-attack-idUSKBN0FO05O20140719> [21 de Janeiro de 2016].

Human Rights Watch (3 de Março de 2015) “Iraq: Prevent militia reprisals in Tikrit fighting” publicado a 3 de Março de 2015, disponível em Human Rights Watch:



<https://www.hrw.org/news/2015/03/03/iraq-prevent-militia-reprisals-tikrit-fighting> [20 de Julho de 2016].

Hunt, Emily (2005) “Zarqawi’s Total War on Iraqi Shiites exposes a divide among Sunni Jihadists” *The Washington Institute* publicado a 15 de Novembro de 2005, disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/zarqawis-total-war-on-iraqi-shiites-exposes-a-divide-among-sunni-jihadists> [1 de Fevereiro de 2016].

Huttington, Samuel (1996) *Choque de Civilizações e a Mudança da Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.

Ijtemaye, Lema (2014) “Backgrounder – Boko Haram and political instability in Nigeria” publicado a 29 de julho de 2014, disponível em Security Sector Reform Resource Centre: <http://www.ssresourcecentre.org/2014/07/29/backgrounder-boko-haram-and-political-instability-in-nigeria/> [19 de julho de 2016].

Institute for the study of War (2014) *ISIS Sanctuary map: December 5, 2014* [mapa] <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Map%20DEC%205.pdf> [10 de Julho de 2016].

Kasfir, Nelson; Mampilly, Zaccariah; Mccants, William (2016) “Experts weigh in (part 6): Is ISIS good at governing?” *Brookings Institution* publicado a 22 de Março de 2016, disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2016/03/22-experts-weigh-in-isis-governance-kasfir-mampilly-mccants> [10 de julho de 2016].

Kaplan, Michael (2015) “ISIS bank robbery? Islamic State funds military endeavours with \$1B in looting from Syria, Iraq Vaults” *International Business Insider* publicado a 12 de Novembro de 2015, disponível em: <http://www.ibtimes.com/isis-bank-robbery-islamic-state-funds-military-endeavors-1b-looting-syria-iraq-vaults-2222460> [7 de Julho de 2016].

Kavalek, Tomás (2015) “From al-Qaeda in Iraq to Islamic State: The story of Insurgency in Iraq and Syria in 2003-2015” *Alternatives Turkish journal of international Relations*. 14-5, 1-32.

Kelley, Michael B.; Nudelman, Mike (2014) “Why the US needs to do more against ISIS sooner than later” *Business Insider* publicado a 18 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.businessinsider.com/map-of-islamic-state-in-iraq-and-syria-2014-8> [3 de março de 2016].

Kelley, Michael B; Nudelman, Mike (2014) *Syraq* [mapa] <http://www.businessinsider.com/whats-needed-to-eliminate-isis-2014-8> [28 de Agosto de 2016].

Lawrence, John (2015) *ISIS Sanctuary: December 21, 2015* [mapa] http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Sanctuary%20MASTER%2021%20DEC%202015_5.png [10 de Julho de 2016].

Leigh, Karen; French, Jason; Juan, Jovi (2016) “Islamic State and its affiliates” *The Wall Street Journal* publicado em 2016, disponível em: <http://graphics.wsj.com/islamic-state-and-its-affiliates/> [10 de Agosto de 2016].

Lewis, Jessica; Kagan, Kimberly; Kagan, Frederick W. (2014) “Middle East Security report 23: A strategy to defeat the Islamic State” *Institute for the Study of War* publicado a Setembro de 2014, disponível em: http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Defeating%20ISIS_0.pdf [3 de Janeiro de 2016].

Lewis, Jessica (2014a) “Middle East Security report 18: The Islamic State of Iraq returns to Diyala” *Institute for the Study of War* publicado a Abril de 2014, disponível em: <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Lewis-Diyala.pdf> [3 de Janeiro de 2016].

Lewis, Jessica (2014b) “Iraq update: Showdown in Anbar” publicado a 3 de Janeiro de 2014”, disponível em *Institute for the Study of War*:



<http://iswresearch.blogspot.pt/2014/01/iraq-update-2014-1-showdown-in-anbar.html> [11 de janeiro de 2016].

Lister, Charles (2015a) “ISIS extortion and taxation are lucrative and hard to suppress” *The New York Times* publicado a 20 de Novembro de 2015, disponível em: <http://www.nytimes.com/roomfordebate/2015/11/20/draining-isis-coffers/isis-extortion-and-taxation-are-lucrative-and-hard-to-suppress> [5 de Dezembro de 2015].

Lister, Charles (2016) “Jihadi Rivalry: The Islamic State challenges Al-Qaida”. *Brookings Doha Center Analysis paper No16*. Washington.

Logiurato, Brett (2014) “ISIS is making an absurd amount of Money on ransom payments and black-market oil sales” *Business Insider* publicado a 27 de Outubro 2014, disponível em: <http://www.businessinsider.in/ISIS-Is-Making-An-Absurd-Amount-Of-Money-On-Ransom-Payments-And-Black-Market-Oil-Sales/articleshow/44943442.cms> [5 de Janeiro de 2015].

Losano, M. (2008) “Karl Haushofer (1869-1946): o pai da Geopolítica das ditaduras Europeias”. *Verba Juris*. 8-8, 447-474.

Macedo, Danilo (2014) “Entenda a ascensão do Estado Islâmico e o conflito envolvendo o grupo no Iraque” *Agência Brasil* publicado a 22 de Agosto de 2014, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-08/entenda-ascensao-do-estado-islamico-e-o-conflito-envolvendo-o-grupo-no> [15 de junho de 2016].

Macias, Amanda; Bender, Jeremy (2014) “Here’s how ISIS, the world’s richest terrorist group, makes \$3M everyday” *Business Insider* publicado a 28 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.businessinsider.com.au/heres-how-isis-the-worlds-richest-terrorist-group-makes-up-to-3-million-every-day-2014-8> [10 de julho de 2016].

Malas, Nour; Abi-Habib, Maria (2014) “Islamic State Economy runs on extortion, oil piracy in Syria and Iraq” *The Wall Street journal* publicado a 28 de Agosto de 2014,

disponível em: <http://www.wsj.com/articles/islamic-state-fills-coffers-from-illicit-economy-in-syria-iraq-1409175458> [10 de Junho de 2016].

Mccants, William (2015a) *ISIS Apocalypse*. New York: St. Martin's Press

Mccants, William (2015b) "The believer: How an introvert with a passion for religion and soccer became Abu Bakr al-Baghdadi, leader of Islamic State" *The Brookings Essay* publicado a 1 de Setembro de 2015, disponível em: <http://aa61a0da3a709a1480b1-9c0895f07c3474f6636f95b6bf3db172.r70.cf1.rackcdn.com/content/research/essays/2015/thebeliever.html> [1 de Março de 2016].

Mccants, William; Mendelshon, Barak (2016) "Experts weigh in: What is the future of Al Qaeda and the Islamic State?" *Brookings institution* publicado a 7 de Janeiro de 2016, disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2016/01/07-future-of-al-qaida-and-isis-mendelsohn-mccants> [11 de Janeiro 2016].

Mcfate, Jessica Lewis (2015a) "ISIS is a state-breaker- Here's the Islamic State's strategy for the rest of 2015" *Business Insider* publicado a 15 de Maio de 2015, disponível em: <http://www.businessinsider.com/isis-is-a-state-breaker--heres-the-islamic-states-strategy-for-the-rest-of-2015-2015-5> [1 de Julho de 2016].

Mcfate, Jessica Lewis (2015) *ISIS Wilayats in Iraq and Syria* [mapa] <http://www.businessinsider.com/isis-is-a-state-breaker--heres-the-islamic-states-strategy-for-the-rest-of-2015-2015-5> [28 de Agosto de 2016].

Mcfate, Jessica Lewis (2015b) "Middle East security report 27: The ISIS Defense in Iraq and Syria: Countering an adaptive Enemy" *Institute for the Study of War* publicado em Maio de 2015, disponível em: <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Defense%20in%20Iraq%20and%20Syria%20--%20Standard.pdf> [4 de Janeiro de 2016].

Mecham, Quinn; Mccants, William (2016) "Experts weigh in (part5): Is ISIS good at governing?" *Brookings Institution* publicado a 7 de Março de 2016, disponível em:

<http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2016/03/07-experts-weigh-in-isis-governance-mecham-mccants> [10 de Julho de 2016].

Mellen, Ruby (2015) “ISIS is making millions from the art market. Here’s how congress wants to stop that” *The Huffington Post* publicado a 11 de Abril de 2015, disponível em: http://www.huffingtonpost.com/entry/islamic-state-smuggling-bill_us_56324969e4b0c66bae5b5c4d [11 de Abril de 2015].

Micallef, Joseph (2015a) “The battle for Ramadi: Whatever happened to the Anbar campaign?” *The World Post* publicado a 9 de Abril de 2015, disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joseph-v-micallef/the-battle-for-ramadi-wha_b_8085242.html [28 de julho de 2016].

Micallef, Joseph V. (2015b) “The Islamic State in Lybia: Why it matters” *The World Post* publicado a 19 de Dezembro de 2015, disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joseph-v-micallef/the-islamic-state-in-liby_b_8842944.html [16 de Fevereiro de 2016].

Micallef, Joseph V. (2015) *Libyan oil fields and facilities in zones controlled (purple) and contested (striped) by Islamic State* [mapa] http://www.huffingtonpost.com/joseph-v-micallef/the-islamic-state-in-liby_b_8842944.html [10 de Julho de 2016].

Mohney, Gillian (2015) “Islamic State claims to mint gold coins in effort to drive US to financial ruin” *Vice News* publicado a 30 de Agosto de 2015, disponível em: <https://news.vice.com/article/islamic-state-claims-to-mint-gold-coins-in-effort-to-drive-us-to-financial-ruin> [27 de Agosto de 2016].

Moore, Jack (2014) “Mosul seized: Jihadis loot \$429m from city’s central bank to make ISIS world’s richest terror force” *International Business times* publicado a 11 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.ibtimes.co.uk/mosul-seized-jihadis-loot-429m-citys-central-bank-make-isis-worlds-richest-terror-force-1452190> [3 de Fevereiro de 2015].

Moraes, António Carlos Robert (1990) *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática.

Morgenthau, Hans J. (1990) “Uma Teoria Realista da Política Internacional” in Brillard, Philippe (ed.) *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 130-147.

Morgenthau, Hans J. (1948) *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf Inc.

Nakhoul, Samia (2015) “ISIS victories this week reveal an ominous thruth” *Business International* publicado a 22 de maio de 2015, disponível em: <http://www.businessinsider.com/r-islamic-state-expands-its-state-2015-5> [11 de Janeiro de 2016].

Neriah, Jacques (2014) “Is the fall of Mosul in Iraq to the Jihadists a game changer?” *Jerusalem Center for Public Affairs* publicado a 11 de junho de 2014, disponível em: <http://jcpa.org/fall-mosul-iraq-jihadists-game-changer/> [15 de Janeiro de 2016].

Nick, thompson; Shubert, Atika (2015) *ISIS Anatomy* [Gráfico] <http://edition.cnn.com/2014/09/18/world/meast/isis-syria-iraq-hierarchy/> [20 de Julho de 2016].

Nogueira, João Pontes; Messari, Nizar (2005) *Teorias das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.

Observador (2016) “Militante Francês do Estado Islâmico ameaça Portugal e Espanha em vídeo” *Observador Mundo* publicado a 1 de Fevereiro de 2016, disponível em: <http://observador.pt/2016/02/01/militante-frances-do-estado-islamico-ameaca-portugal-espanha-video/> [10 de Agosto de 2016].

Of Malmesbury, Thomas Hobbes (1651) *Leviathan or the matter, forme and power of a Common-Wealth Ecclesiasticall and civill*. London: McMaster University Archive of the History of Economic Thought,

<http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/hobbes/Leviathan.pdf> [1 de Junho de 2016].

O'LOughlin, John; Wusten, Herman Van Der (1990) “Political Geography of Panregions” *Geographical Review*. 80 1, 1-20.

UNAMI; OHCHR (2016) *Report on the Protection of Civilians in the Armed Conflict in Iraq: 1 May – 31 October 2015*. Baghdad: UNAMI/OHCHR.

Ó Tuathail, Gearoid (2006) *The Geopolitics Reader*. London and New York: Routledge.

Pinto, Maria do Céu de Pinho Ferreira (2008) *Infiéis na Terra do Islão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pregent, Michael; Weiss, Michael (2014) “Exploiting the ISIS vulnerabilities in Iraq” *The Wall Street Journal* publicado a 12 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.wsj.com/articles/michael-pregent-and-michael-weiss-exploiting-the-isis-vulnerabilities-in-iraq-1407884145> [25 de Junho de 2016].

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Editores.

Qsiyer, Kamal (2015) “The Islamic State (IS) in Lybia: Expansion by political crisis” *Aljazeera* publicado a 23 de Junho de 2015, disponível em: <http://studies.aljazeera.net/en/reports/2015/06/201562310837854715.html> [23 de Maio de 2016].

Ramonet, Ignácio (2002) *Guerras do século XXI – Novos Medos, Novas Ameaças*. Porto: Campus das letras Editores.

Ramos, Graça Andrade (2014) “O Califado de Abu Bakr al-Bagdadi” *RTP Notícias* publicado em 2014 disponível em: http://media.rtp.pt/blogs/estadoislamico/a-jihad-de-al-bagdadi/forcas-e-fraquezas-estado-islamico_488 [5 de Dezembro de 2014].

Ramos, Graça Andrade (2014) *Pretensões do Califado* [mapa] http://media.rtp.pt/blogs/estadoislamico/a-jihad-de-al-bagdadi/forcas-e-fraquezas-estado-islamico_488 [10 de Junho de 2016].

Rasheed, Ahmed; Georgy, Michael (2014) “Iraq’s Yazidis face Islamic State or perilous mountains” *Reuters* publicado em 5 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-iraq-security-yazidis-idUSKBN0G51UV20140805> [20 de Julho de 2016].

Ratzel, Friedrich (1987) “A relação entre o solo e o Estado – Capítulo I – O Estado como organismo ligado ao solo” *GEOUSP – Espaço e Tempo*. Tradução de Matheus Pfrimer 2011, 29, 51-58, disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74186/77829> [1 de Novembro de 2015].

Ratzel, Friederich (1898) “O Solo, a Sociedade e o Estado” tradução de Mário António Enfrásio 1982 93-101, disponível em <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/viewFile/47081/50802>

Rasheed, Ahmed; Chmaytelli, Maher (2015) “Iraqi army declares first major victory over Islamic State in Ramadi” *Reuters* publicado a 27 de Dezembro de 2015, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-iraq-ramadi-idUSKBN0UA06P20151227> [10 de Agosto de 2016].

Rahmani, Bardia; Tanco, Andrea (2016) “ISIS growing Caliphate: profiles of Affiliates” *Wilson Center* publicado a 19 de Fevereiro de 2016, disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/isiss-growing-caliphate-profiles-affiliates> [2 de Julho de 2016].

Revkin, Mara; Mccants, William (2015) “Experts Weigh In: Is ISIS good at governing?” *Brookings Institution* publicado a 20 de Novembro de 2015, disponível em:

<http://www.brookings.edu/blogs/markaz/posts/2015/11/20-experts-weigh-in-isis-governance-revkin-mccants> [15 de Julho de 2016].

Reyes, Julian (2014) “ISIS seizes more military equipment after capturing Iraqi army base” *Fusion News* publicado a 16 de Outubro de 2014, disponível em: <http://fusion.net/story/22122/isis-seizes-more-military-equipment-after-capturing-iraqi-army-base/> [25 de Junho de 2016].

Roston, Aram (2014) “There will be blood: ISIS is trying to finance its Caliphate with oil” *Buzzfeed* publicado a 15 de Agosto de 2014, disponível em: https://www.buzzfeed.com/aramroston/isis-financing-caliphate-with-oil?utm_term=.kk9KmPEKl#.fcexjEqx1 [9 de Junho de 2015].

RT (2014a) “ISIS controls 40% of Iraq’s wheat, selling it back to govt on black market – report” *RT Question More* publicado a 14 de Agosto de 2014, disponível em: <https://www.rt.com/news/180280-islamicstate-iraq-wheat-seize/> [1 de Setembro de 2015].

RT (2014b) “ISIS takes over Iraq’s main oil refinery at Baiji – reports” *RT News* publicado a 24 de Junho de 2014, disponível em: <https://www.rt.com/news/167988-iraq-baiji-oil-refinery/> [15 de Março de 2016].

RT (2014c) “Islamic State seizes second gas field in Syria in a week” *RT News* publicado a 3 de Novembro de 2014, disponível em: <https://www.rt.com/news/201831-islamic-state-seize-gas-field/> [30 de Junho de 2016].

RT (2014d) “ISIS retakes strategic city of Tal Afar, airport as Sunni militant Iraq offensive spreads” *RT* publicado a 23 de Junho de 2014, disponível em: <https://www.rt.com/news/167928-iraq-isis-tal-afar/> [24 de Janeiro de 2016].

Rudaw (2015) “ISIS captures al-Waleed border crossing into Syria” *Rudaw* publicado a 24 de Maio de 2015, disponível em: <http://rudaw.net/english/middleeast/iraq/240520151> [19 de Julho de 2016].

Russell, Jacob (2014) “Iraqi Yazidis caught in Islamic State advance” *Aljazeera* publicado a 5 de Agosto de 2014, disponível em:

<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/08/iraq-yazidis-islamic-state-sinjar-2014856612595603.html> [24 de Junho de 2016].

Russell, Jill S. (2015) “How important is the battle for Iraq’s Baiji oil refinery?” *BBC News* publicado a 12 de Maio de 2015, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-32663262> [30 de Janeiro de 2016].

Saad, Hwaida; Gladstone, Rick (2014) “Border fighting intensifies between ISIS and Lebanon” *The New York Times* publicado a 4 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/08/05/world/middleeast/isis-lebanon-syria.html> [12 de Julho de 2016].

Salih, Mohammed A; Van Wilgenburg, Wladimir (2014) “Iraqi Yazidis: If we move they will kill us” *Aljazeera* publicado a 5 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/08/iraqi-yazidis-if-move-they-will-kill-us-20148513656188206.html> [20 de Julho de 2016].

Shabi, Rachel (2015) “Looted in Syria – and sold in London: the british antiques shops dealing in artefacts smuggled by ISIS” *The Guardian* publicado a 3 de Julho de 2015, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/03/antiquities-looted-by-isis-end-up-in-london-shops> [3 de Junho de 2016].

Shaheen, Kareem; Stephen, Chris (2015) “From Syria to Bosnia: ISIS and its affiliates around the World” *The Guardian* publicado a 3 de Julho de 2015, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/03/isis-and-affiliates-around-the-world> [10 de Agosto de 2016].

Sherlock, Ruth (2015) “ISIL seizes syrian regime’s lucrative phosphate mines” *The Telegraph* publicado a 27 de maio de 2015, disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/syria/11633289/Isil-seizes-Syrian-regimes-lucrative-phosphate-mines.html> [30 de Junho de 2016].

Sinnhuber, Karl A. (1954) “Central Europe: Mittleurope : Europe Centrale, An analysis of a Geographical Term” *Royal Geographical Society*. 20, 15-39.

Sly, Liz (2014) “Al-Qaeda force captures Fallujah amid rise in violence in Iraq” *The Washington Post* publicado a 3 de Janeiro de 2014, disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/al-qaeda-force-captures-fallujah-amid-rise-in-violence-in-iraq/2014/01/03/8abaeb2a-74aa-11e3-8def-a33011492df2_story.html [25 de Julho de 2016].

Smith, Woodruff D. (1980) *Frederich Ratzel and the origins of Lebensraum*. San Antonio: The John Hopkins University Press.

Spiegel Online (2014) “Dueling Jihadists: Is Islamic State beating Al Qaeda?” *Spiegel Online*, publicado em 23 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/brookings-scholar-explains-the-disturbing-rise-of-the-islamic-state-a-987294.html> [2 de Julho de 2016].

Stern, Jessica; Berger, J.M, (2015) *Estado Islâmico: Estado de Terror*. Rio Tinto: 20/20 Editora.

Swanson, Ana (2015) “How the Islamic State makes its Money” *The Washington Post* publicado a 18 de Novembro de 2015, disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2015/11/18/how-isis-makes-its-money/> [4 de Janeiro de 2016].

Tawfeeq, Mohammed; Botelho, Greg (2015) “ISIS claims suicide bombing in central Iraqi city of Baquba that kills at least 30” *CNN* publicado a 10 de Agosto de 2015, disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/08/10/middleeast/isis-iraq-violence/> [10 de Julho de 2016].

The Daily Star (2014) “ISIS takes over Syria army base, behead soldiers: activists” *The Daily Star* publicado a 26 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.dailystar.com.lb/News/Middle-East/2014/Jul-26/265226-85-syria-troops-killed-in-jihadist-advance-activists.ashx> [25 de Junho de 2016].

The Economist (2014) “Islamic State: Can It Govern?” *The Economist* publicado em 25 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.economist.com/blogs/pomegranate/2014/08/islamic-state> [9 de Julho de 2016].

The Japan Times (2014) “Insurgents seize two more iraqi towns; Obama threatens airstrikes” *The Japan Times* publicado a 13 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/news/2014/06/13/world/insurgents-seize-two-more-iraqi-towns-obama-threatens-airstrikes/#.V7H4sssrI2w> [15 de Julho de 2016].

The Irish Times (2014) “Militants take Iraq gas town; reports of Syria strikes on ISIS” *The Irish Times* publicado a 26 de Junho de 2014, disponível em: <http://www.irishtimes.com/news/world/militants-take-iraq-gas-town-reports-of-syria-strikes-on-isis-1.1846180> [20 de Janeiro de 2016].

The Week (2015) “Life under the ISIS Caliphate” *The Week* publicado a 22 de Agosto de 2015, disponível em: <http://theweek.com/articles/572910/life-under-isis-caliphate> [26 de Agosto de 2016].

Thompson, Nick; Shubert, Atika (2015) *Anatomy of ISIS* [Esquema] <http://linkis.com/UrRiq> [25 de Agosto de 2016].

Tierney, Dominic (2015) “How can a group of Insurgents declare war on humanity and win?” *The Atlantic* publicado a 12 de Outubro de 2015, disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/10/war-isis-us-coalition/410044/> [13 de Outubro de 2015].

Tuysuz, Gul; Castillo, Mariano (2014) “Syrian Kurds warn of mounting crisis as ISIS advances, takes more villages” *CNN* publicado a 19 de Setembro de 2014, disponível em: <http://edition.cnn.com/2014/09/19/world/meast/isis-threat/> [29 de Julho de 2016].

Vesentini, José W. (2003) *As geopolíticas clássicas e sua Crise: Novas Geopolíticas. As representações do século XXI*. São Paulo: Contexto.

Vocativ, Valdi Vovcuk (2015) “ISIS just seized one of the Syrian regime’s last big sources of income” *Business Insider* publicado a 27 de Maio de 2015, disponível em: <http://mobile.businessinsider.com/isis-just-seized-one-of-the-syrian-regimes-last-big-sources-of-income-2015-5> [30 de Junho de 2016].

Warrick, Joby (2015) *Black Flags: The rise of ISIS*. New York: Doubleday.

Weiss, Michael; Hassan, Hassan (2015) “Takfirinomics: How ISIS funds its Caliphate” *Business Insider* publicado a 2 de Março de 2015, disponível em: <http://www.businessinsider.com/tafrikonomics-how-isis-funds-its-caliphate-2015-3> [30 de Março de 2016].

Weiss, Caleb (2015) “Islamic State reportedly seizes all of the Al Waleed border crossing in Iraq” *The Long War Journal* publicado a 25 de Maio de 2015, disponível em: <http://www.longwarjournal.org/archives/2015/05/islamic-state-reportedly-seizes-all-of-the-al-waleed-border-crossing-in-iraq.php> [19 de Julho de 2016].

Weiss, Michael; Hassan, Hassan (2015) *ISIS: Inside the army of Terror*. New York: Reagan Arts.

Westall, Sylvia (2014) “Islamic State seizes oil fields and towns in Syria east” *Reuters* publicado a 3 de Julho de 2014, disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-syria-crisis-islamicstate-idUSKBN0F80SO20140703> [20 de Janeiro de 2016].

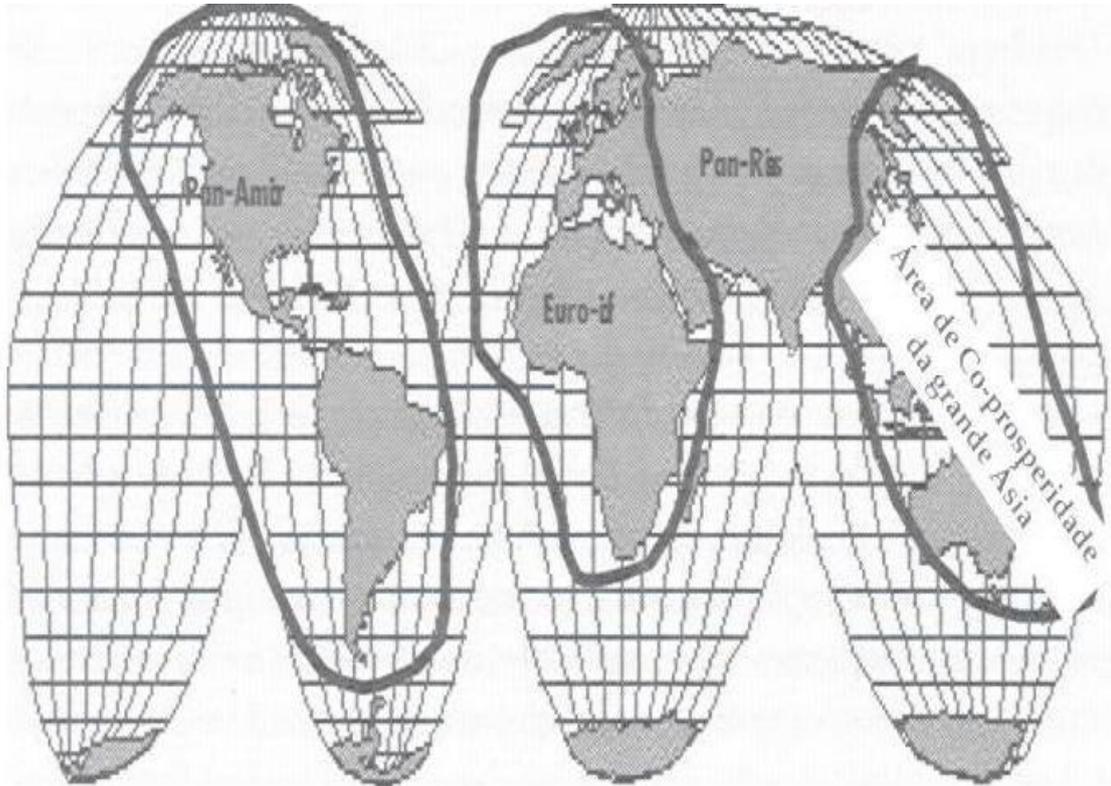
Wikipedia *Mapa do Triângulo Sunita* [mapa] https://pt.wikipedia.org/wiki/Tri%C3%A2ngulo_sunita#/media/File:Sunni_triangle.jpg [10 de Agosto de 2014].

Withnall, Adam (2015) “Boko Haram renames itself Islamic State’s west Africa Province (Iswap) as militants launch new offensive against government forces” *The Independent* publicado a 26 de Abril de 2015, disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/boko-haram-renames-itself-islamic-states-west-africa-province-iswap-as-militants-launch-new-10204918.html> [23 de julho de 2016].

Zelin, Aaron (2014) “ISIS has declared the creation of provinces in several arab countries” *Business Insider* publicado a 14 de Novembro de 2014, disponível em: <http://www.businessinsider.com/aaron-zelin-isis-declared-provinces-in-arab-countries-2014-11> [2 de Março de 2016].

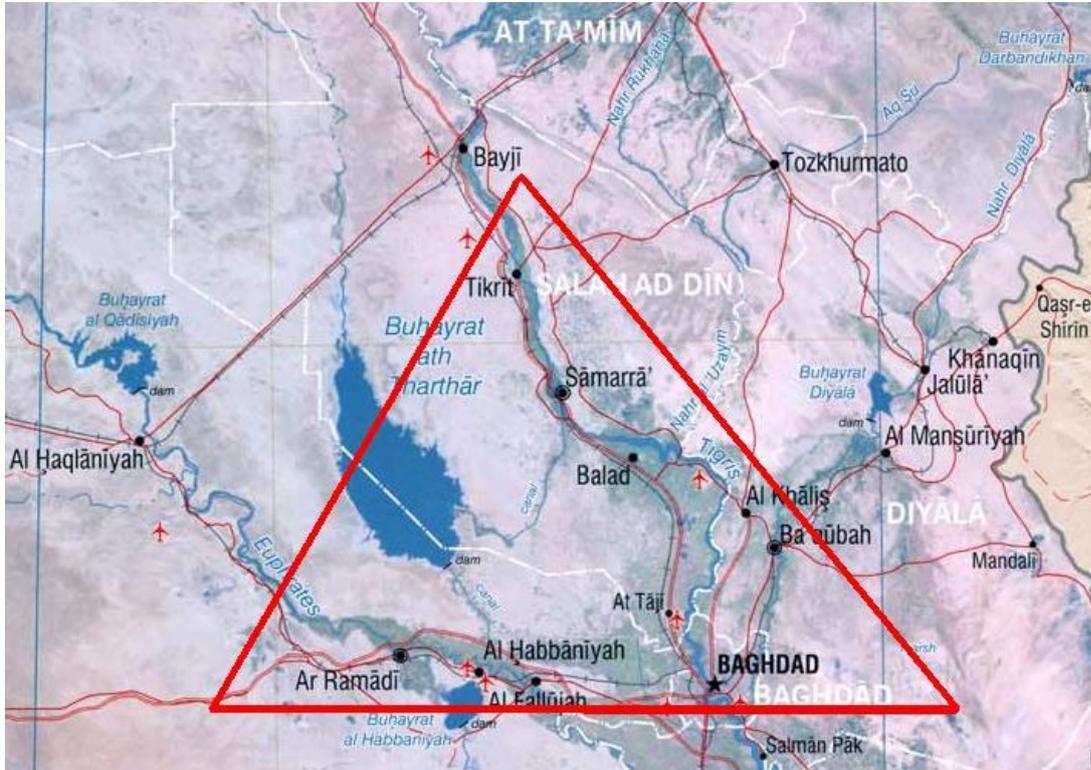
Anexos

Anexo I: As Pan-Regiões propostas por Haushofer



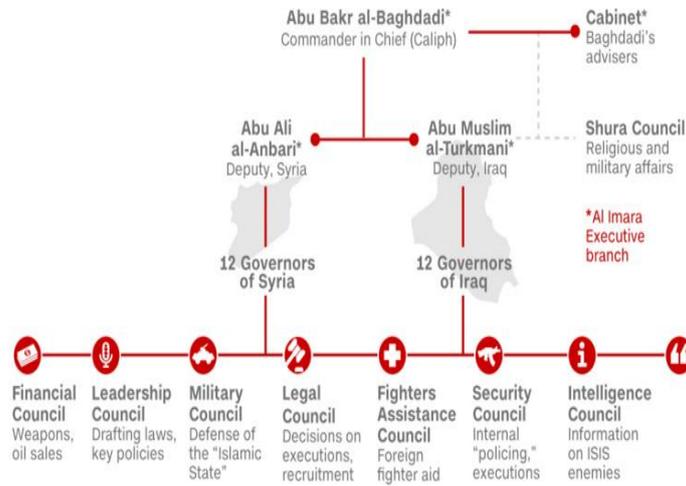
Fonte: Adaptado de Fernandes, José Pedro Teixeira (2003) “A Geopolítica Clássica Revisitada” *Nação e Defesa*. 2 (105), 231, Mapa I, disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1395/1/NeD105_JosePedroTeixeiraFernandes.pdf

Anexo II: Triângulo Sunita Iraquiano



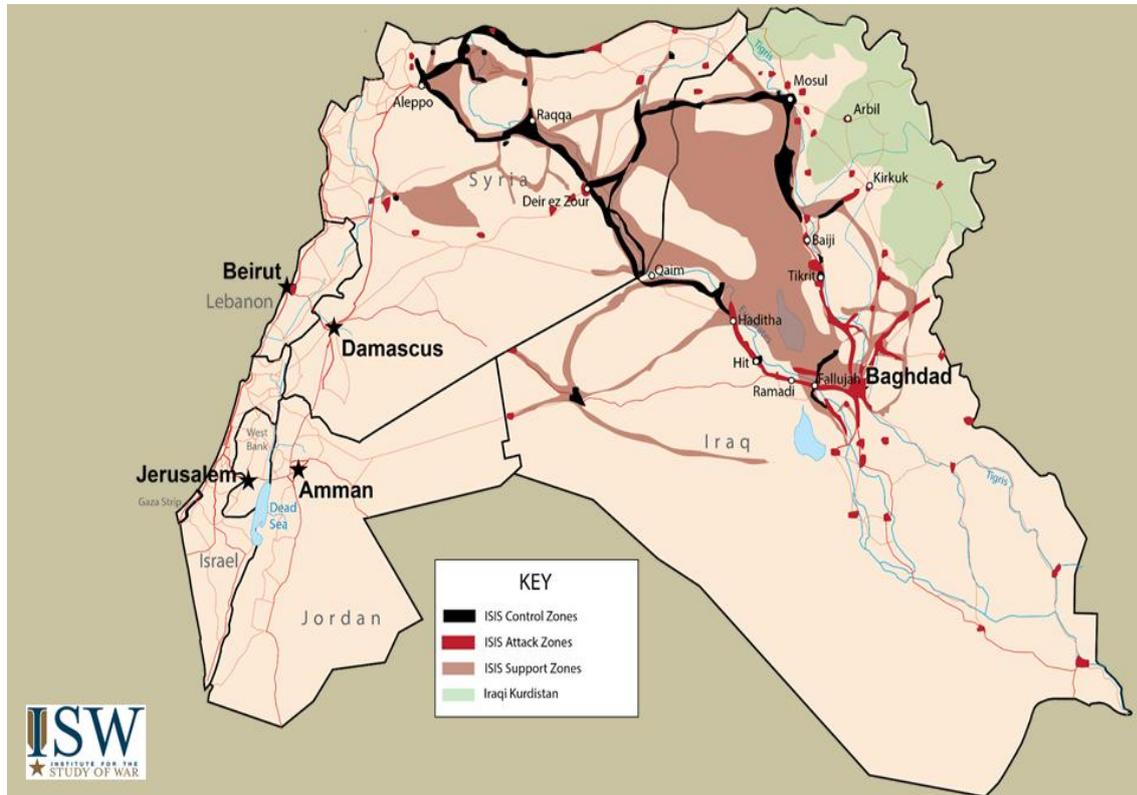
Fonte: Wikipedia, *Mapa do Triângulo Sunita*. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Tri%C3%A2ngulo_sunita#/media/File:Sunni_triangle.jpg

Anexo III: Hierarquia do Estado Islâmico



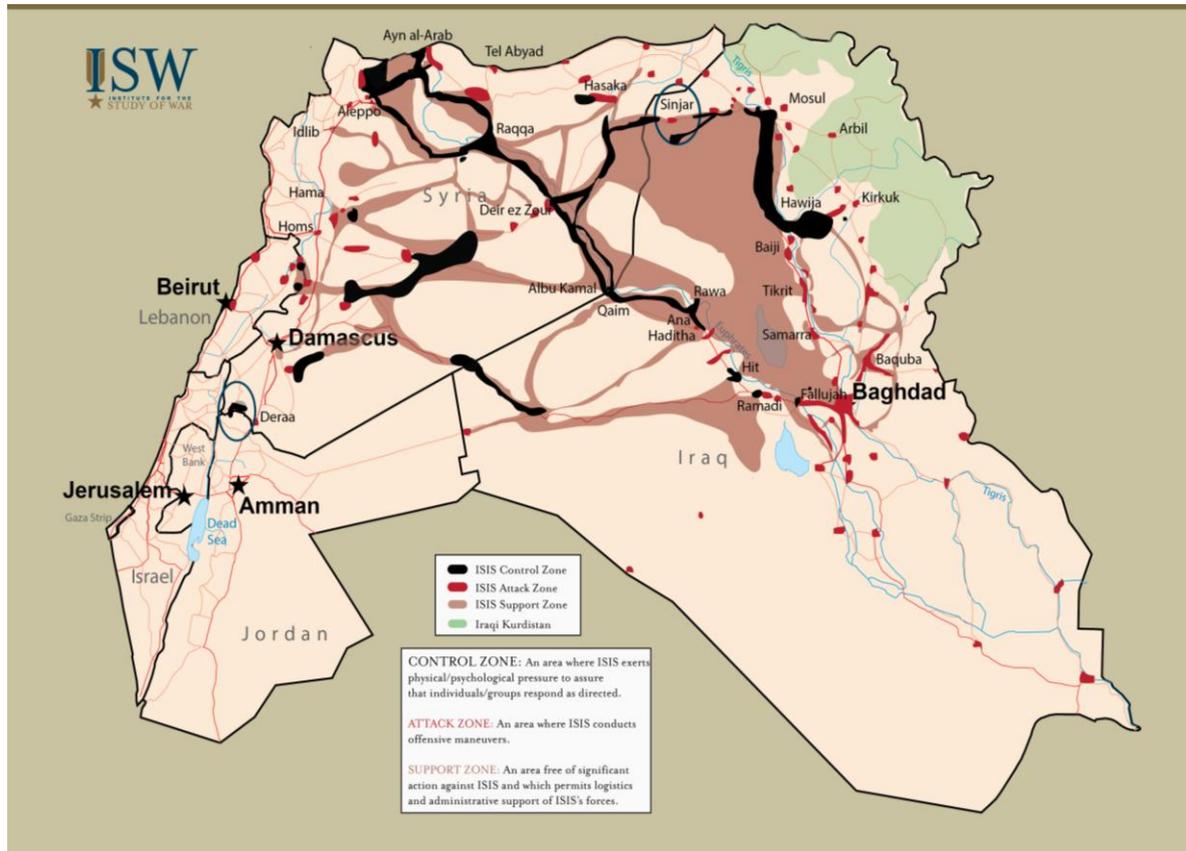
Fonte: Adaptado de Thompson, Nick; Shubert, Atika (2015) "The anatomy of ISIS: How the Islamic State is run, from oil to beheadings" *CNN* publicado a 14 de Janeiro de 2015, disponível em: <http://linkis.com/UrRiq>

Anexo IV: Área ocupada pelo EI no final de 2014



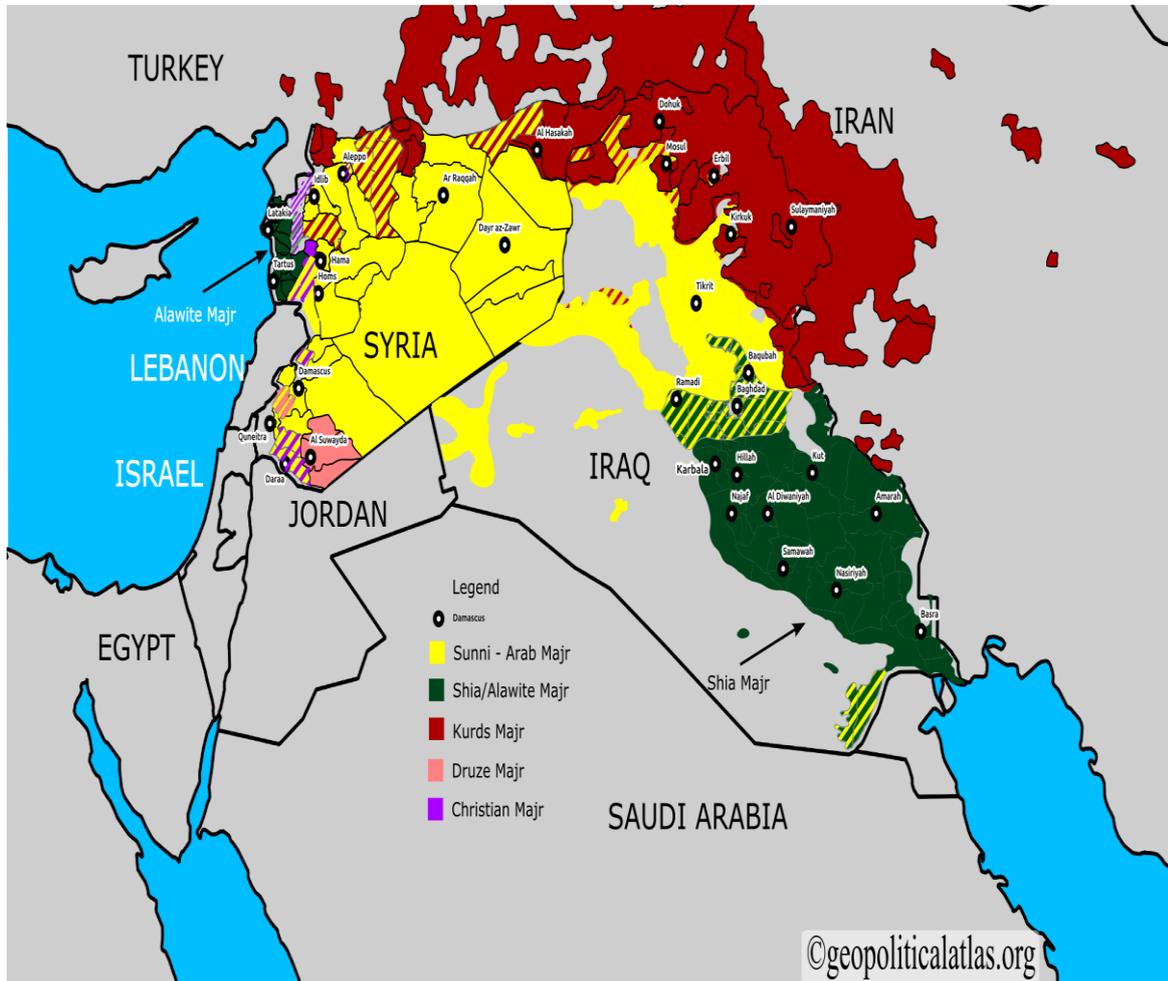
Fonte: Adaptado de Institute for The Study of War (2014) *ISIS Sanctuary: December 5, 2014*. Disponível em <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Map%20DEC%205.pdf>

Anexo V: Área ocupada pelo EI, no final de 2015

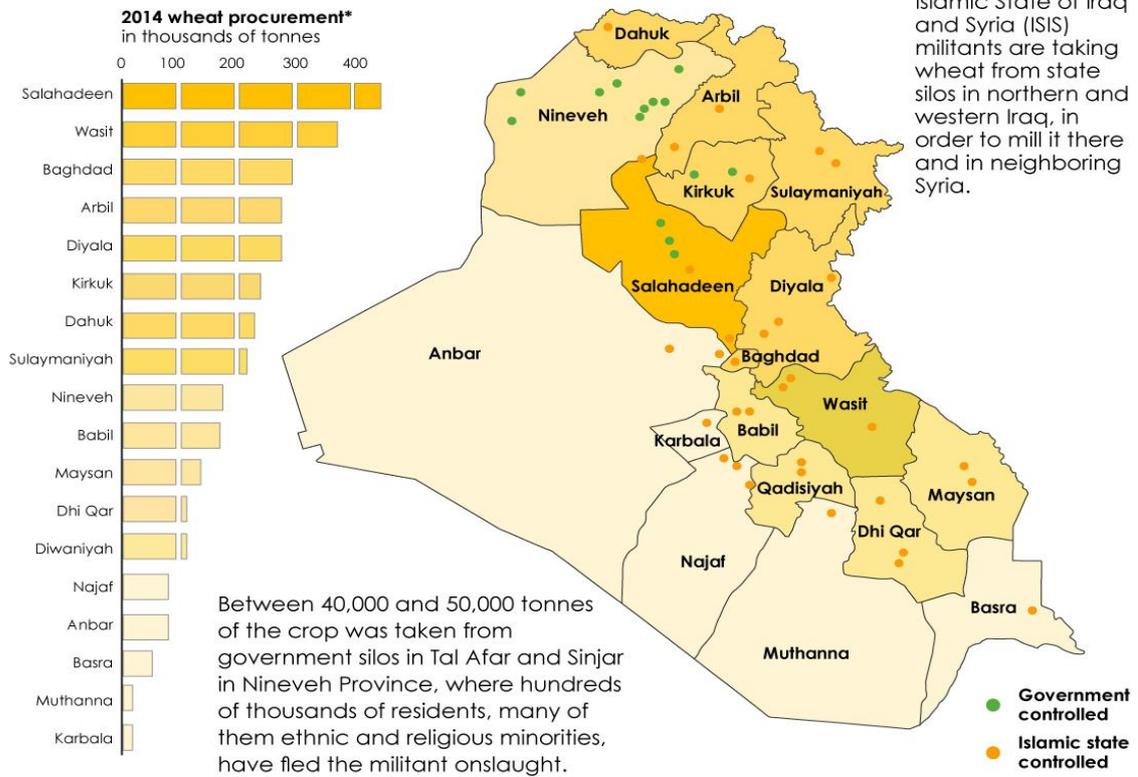


Fonte: Adaptado de Lawrence, John (2015) *ISIS Sanctuary: December 21, 2015*. Disponível em http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Sanctuary%20MASTER%2021%20DEC%202015_5.png

Anexo VI: Distribuição étnica e religiosa do Iraque e da Síria

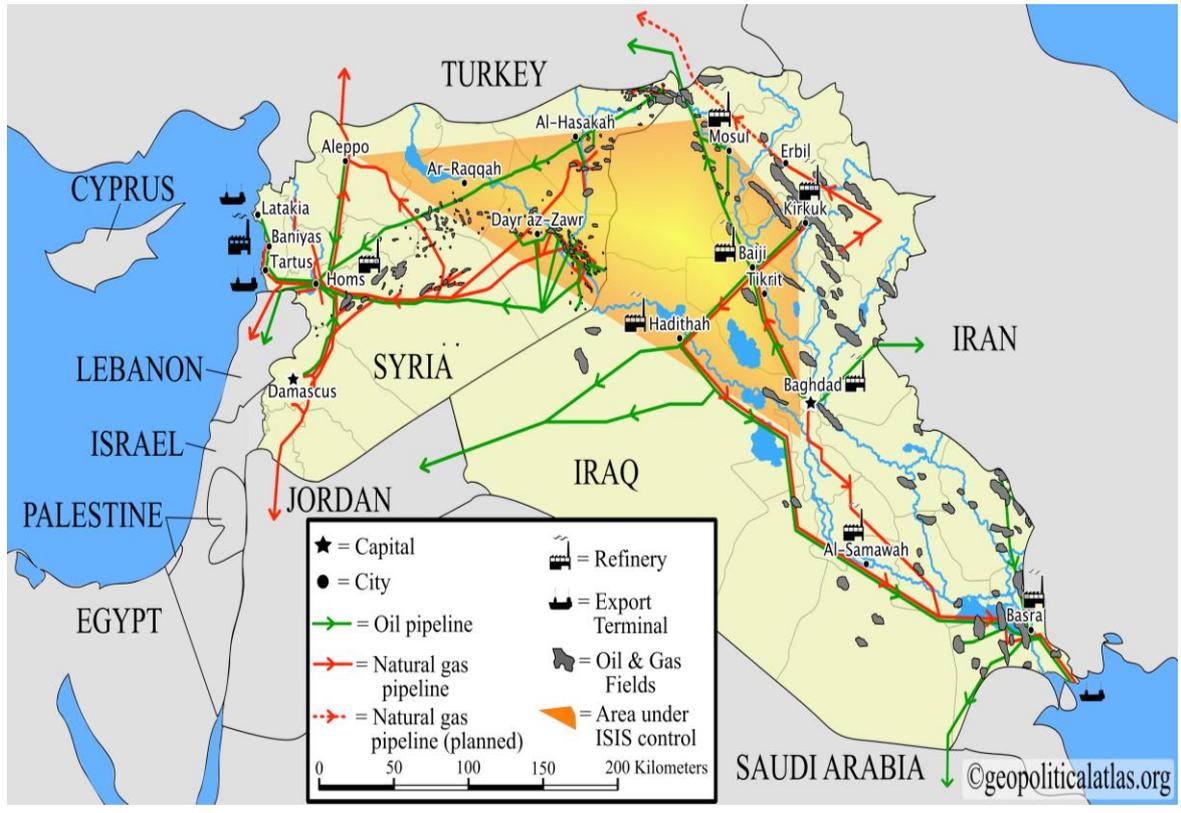


Anexo VII: Silos de trigo ocupados pelo EI no Iraque



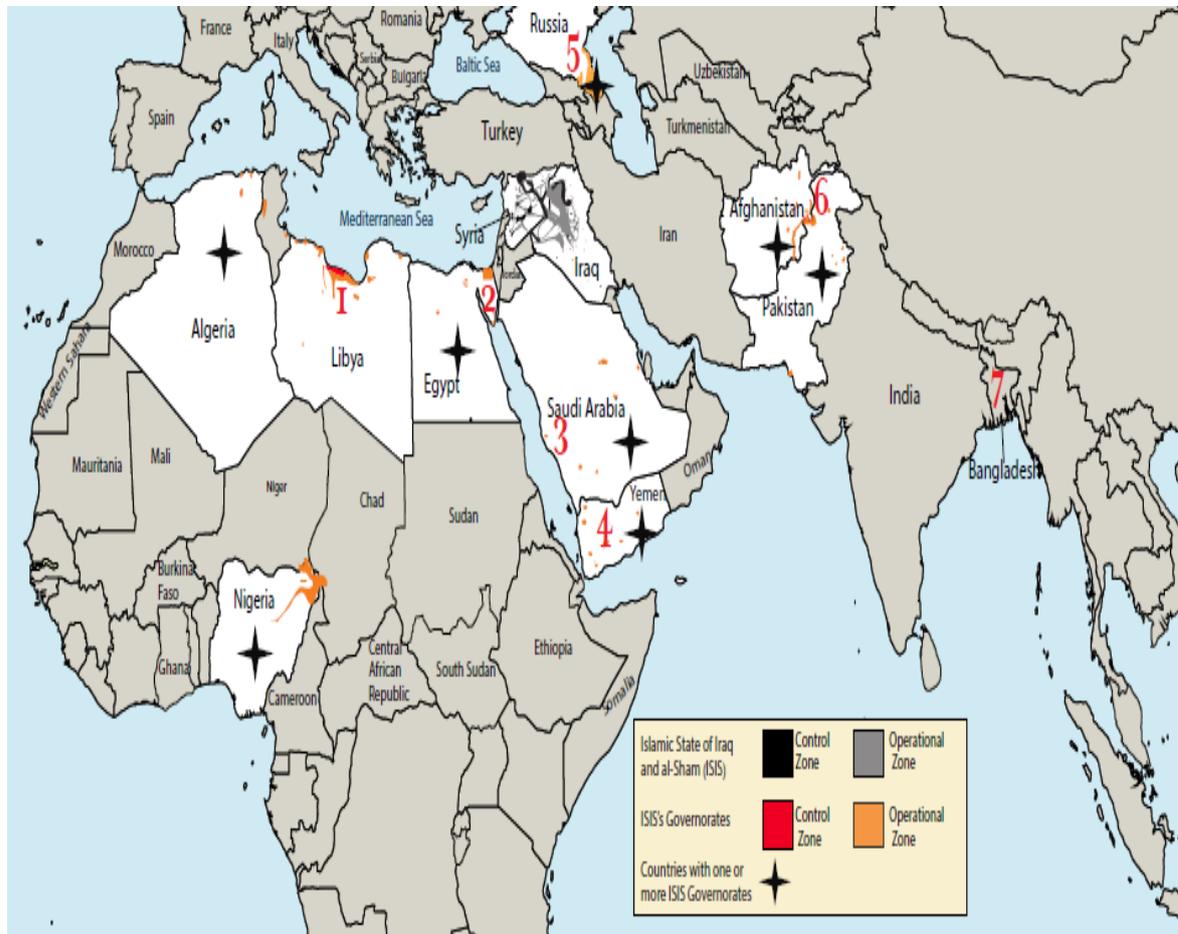
Fonte: Adaptado de Alarabyia News (2014) "ISIS militants seize wheat from state silos" *Alarabyia* publicado a 13 de Agosto de 2014, disponível em <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2014/08/13/ISIS-militants-seize-wheat-from-state-silos-.html>

Anexo VIII: Campos de petróleo e gás natural controlados pelo EI no Iraque e na Síria



Fonte: Calzoni, Davide (2015) *Oil and gas fields in Syria and Iraq controlled by ISIS*. Disponível em http://www.geopoliticalatlas.org/wp-content/uploads/2015/02/oil_and_gas_fields_in_syria_and_iraq_controlled_by_ISIS1.png

Anexo IX: Zonas de controlo e de operações do EI



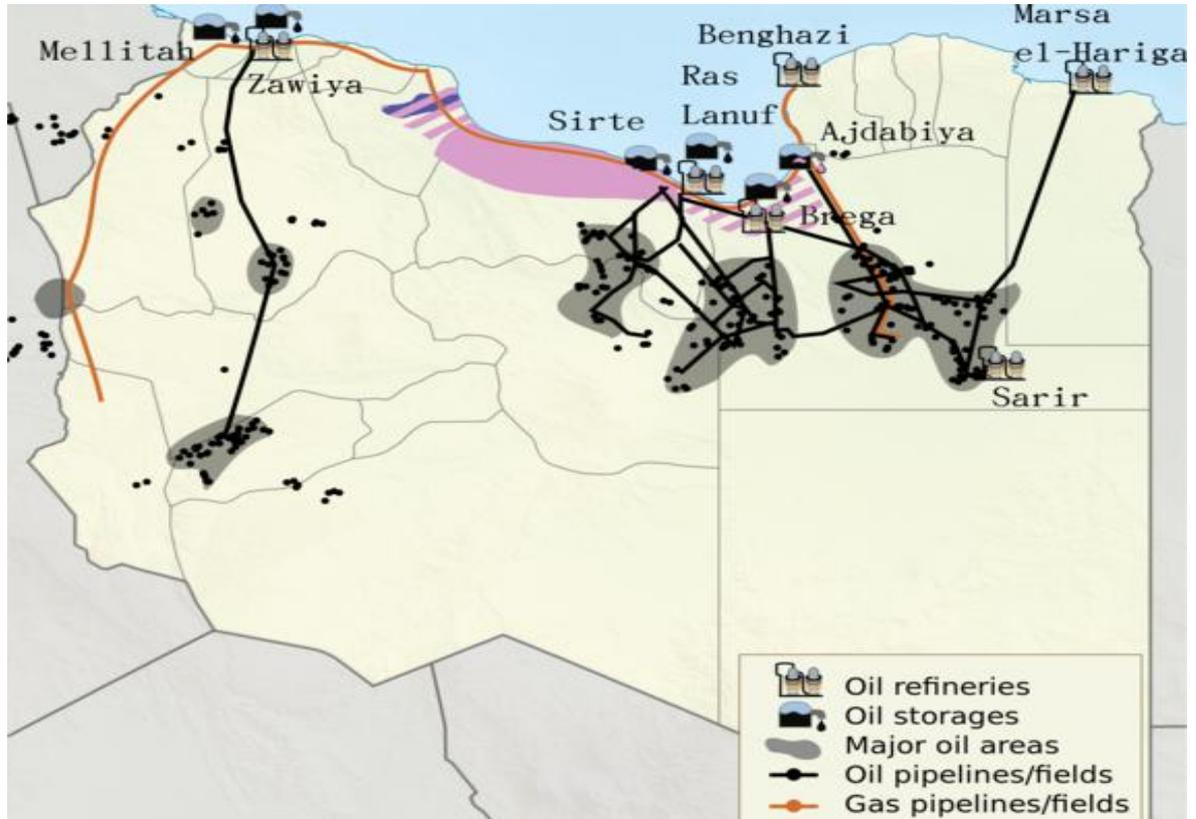
Fonte: Forrest, Caitlin (2016) *ISIS'S regional campaign: May 2016*. Disponível em: http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Regional%20Map%20May%20HIGH%20Res%202016-01_5.png

Anexo X: Wilayats do EI no Iraque e Síria



Fonte: Adaptado de Mcfate, Jessica Lewis (2015) “ISIS is a State-breaker – Here’s the Islamic State strategy for the rest of 2015” *Business Insider* publicado a 15 de Maio de 2015, disponível em: <http://www.businessinsider.com/isis-is-a-state-breaker--heres-the-islamic-states-strategy-for-the-rest-of-2015-2015-5>

Anexo XI: Área Líbia controlada pelo EI a roxo, e área disputada às riscas em 2015.



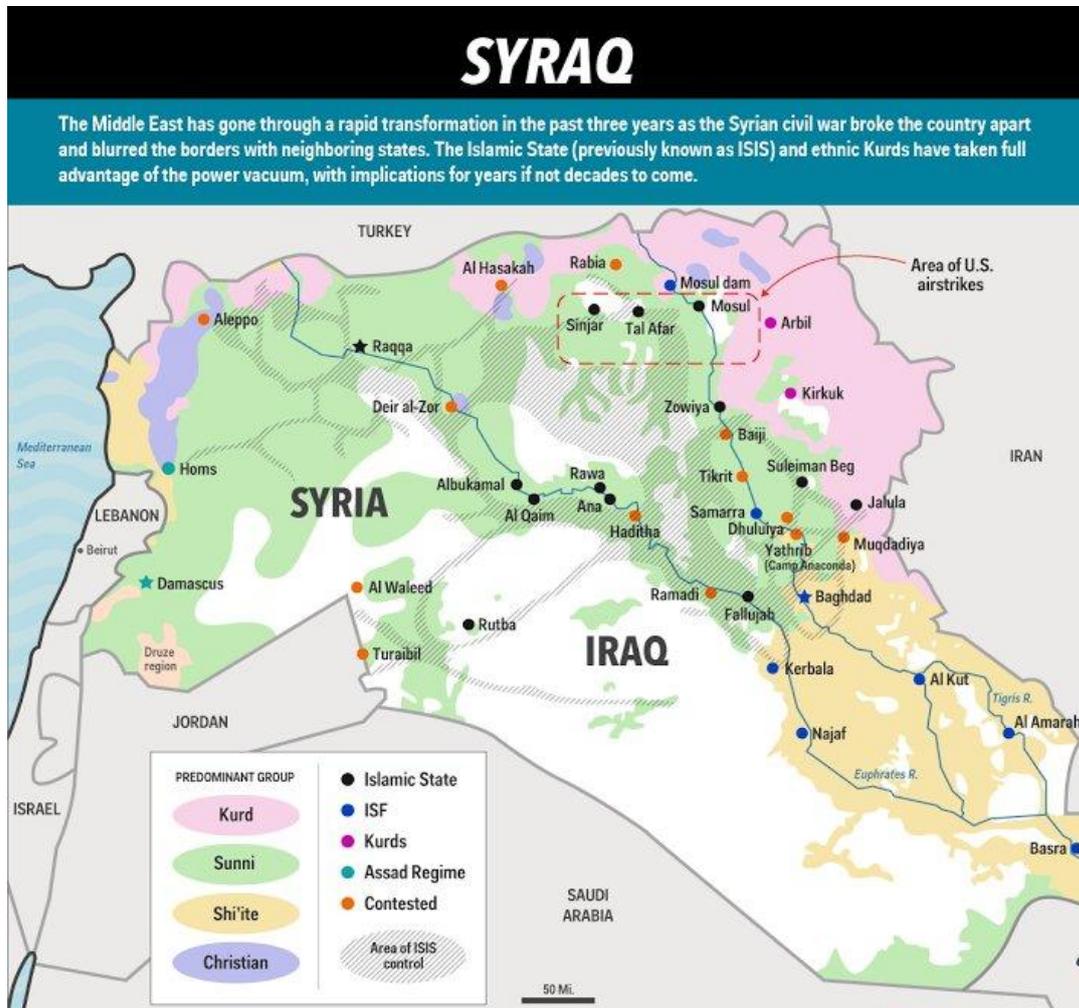
Fonte: Adaptado de Micallef, Joseph V. (2015) “The Islamic State in Lybia: Why it matters” *The World post* publicado a 19 de Dezembro de 2015, disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joseph-v-micallef/the-islamic-state-in-liby_b_8842944.html

Anexo XII: Pretensões do Califado



Fonte: Adaptado de Ramos, Graça Andrade (2014) “O Califado de Abu Bakr al-Baghdadi” *RTP Notícias*, publicado em Junho de 2014, disponível em: http://media.rtp.pt/blogs/estadoislamico/a-jihad-de-al-bagdadi/forcas-e-fraquezas-estado-islamico_488

Anexo XIII: Syraq



Fonte: Adaptado de Kelley, Michael B; Nudelman, Mike (2014) “Everyone who wants to destroy ISIS needs to know one hard truth” *Business Insider*, publicado a 20 de Agosto de 2014, disponível em: <http://www.businessinsider.com/whats-needed-to-eliminate-isis-2014-8>